



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA – MESTRADO



JÚLIA GARCIA DE SOUZA DA SILVA

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM
SANTO AMARO – BAHIA: IMPLICAÇÕES DO PAA E PNAE
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Salvador

2016

JÚLIA GARCIA DE SOUZA DA SILVA

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM
SANTO AMARO – BAHIA: IMPLICAÇÕES DO PAA E PNAE
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos

Salvador

2016

Júlia Garcia de Souza da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos (Orientador). Instituição: Universidade Federal da Bahia

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Alvino Oliveira Sanches Filho. Instituição: Universidade Federal da Bahia

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Roni Meyer Lomba. Instituição: Universidade Federal do Amapá

Julgamento: _____ Assinatura _____

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ESPAÇO, POLÍTICA PÚBLICA E CAMPESINATO	20
2.1 Espaço: Produção e Reprodução	20
2.2 Debatendo o conceito de Campesinato	31
2.2.1 O campesinato brasileiro - "...É a parte que te cabe deste latifúndio/ É a terra que querias, ver dividida"	45
2.3 Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa: Constituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	58
3. "RENDA PRA QUEM PRODUZ E COMIDA NA MESA DE QUEM PRECISA": AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	84
3.1 O PAA em Santo Amaro	84
3.2 O PNAE em Santo Amaro	93
4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM SANTO AMARO	98
4.1 Latifúndio e surgimento do MST no Brasil	98
4.2 Formação Socioeconômica de Santo Amaro – BA	106
4.3 Estrutura Fundiária de Santo Amaro – BA	117
5. "OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR": IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PNAE E PAA NOS ASSENTAMENTOS SANTO ANTÔNIO DOS CALMONS (BELA VISTA) E ELDORADO DO PITINGA	123
5.1 Assentamentos de Santo Antônio dos Calmons (Bela Vista) e Eldorado do Pitinga	124
5.2 As implicações do PNAE e do PAA nas dinâmicas migratórias	132
5.3 O PAA e o PNAE e as Relações de Trabalho	144
5.4 Geração de ocupação e renda	154
5.5 Práticas Agroecológicas	159
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXOS	192

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, seus coordenadores e professores. Em especial, meu orientador professor José Antônio Lobo dos Santos, pela compreensão aos meus posicionamentos políticos e ideológicos, por ouvir minha opinião, pela leitura cuidadosa, orientação e paciência que teve durante o período do mestrado.

Aos professores Roni Meyer e Alvino Sanches pelas importantes contribuições ao desenvolvimento dessa pesquisa a partir do exame de qualificação, ambos fizeram críticas bastante construtivas e deram sugestões para as etapas posteriores ao exame.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra que me deu oportunidade de conhecer um novo mundo, de construir em mim a vontade de lutar por um país mais justo e igualitário onde as terras sejam para quem nela trabalham. Em especial os assentados do Bela Vista e Eldorado do Pitinga, que me receberam tão bem, todas as vezes que fui a campo.

Agradeço à Consulta Popular, à Marcha Mundial das Mulheres e ao Levante Popular da Juventude, de todo o Brasil, vocês estão em cada página desse trabalho, fazem parte dos meus dias e da vida que construo e continuarei construindo até o triunfo dos nossos sonhos, serão meus companheiros e companheiras de luta e da vida, sem a perspectiva de um novo mundo, nada disso teria sentido.

A cada uma das flores, Daiane Santos, Rowenna Brito, Raquel Nogueira, Lícia Gabriela, Poliana Reis, Sarah Martins e Eliza Maia, que a graduação em geografia me deu de presente, e que agora, quase dez anos depois, continuam sendo meu porto seguro.

As de SEMPRE, PARA SEMPRE, Camila Barreto, Adria Suemi e Maíra de Castro, o amor de vocês me conforta, e a confiança que vocês têm em mim, muitas vezes nem sabendo bem o que eu estou fazendo, é fundamental pra que eu continue.

A cada pessoa que leu esse trabalho, que ouviu minhas dúvidas, que dividiu comigo as angústias de fazer um trabalho acadêmico, que corrigiu, recorrigiu, e que torceu pra que desse certo. É até difícil citar nomes, sempre estou acompanhada. Mas, Poli, Vítor, Kelly, Gabi, Laura, Carol, Mamá, vocês não podiam deixar de estar aqui, muito obrigada.

Agradeço a minha família, meus tios, Roberto e Jijinho, que sempre me

apoiaram e me deram condições de continuar estudando e que coloriram minha vida com os primos, amigos de sangue, Vitor, Bernardo e Pedro. Ao meu pai que me deu meu primeiro livro, e que sempre me influenciou a estudar tanto. Aos meus irmãos Luíza e Daniel, saber que terei vocês na vida é um alívio.

Por fim, quero agradecer às duas mulheres mais importantes da minha vida, que deram tudo pra que eu estivesse aqui, que me deram a vida. Hoje, o que eu queria era que minha vó tivesse aqui vendo nosso objetivo ser alcançado. E minha mãe, Anamaria, que eu não tenho palavras pra dizer o quanto eu amo e agradeço, por ter me dado a vida e por dedicar a sua vida a mim. Eu luto por elas.

Lista de Abreviaturas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BV – Bela Vista

CAE's – Conselhos de Alimentação Escolar

CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar

CDS – Compra com Doação Simultânea

CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar

CIMAS – Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade

CME – Campanha de “Merenda” Escolar

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centros de Referência da Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializados da Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EDP – Eldorado do Pitinga

EJA – Educação para Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAE – Fundação de Assistência aos Estudantes

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IG – Índice de GINI

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOSAN – Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MP – Medida Provisória

MPOG – Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores por Direitos

NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas e Práticas Agrárias

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PA's – Projetos de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SISPAA – Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SE – Secretaria de Educação

SEDES/SIAA – Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SFCI – Secretaria Federal de Controle Interno

SIAA – Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar

TCU – Tribunal de Contas da União

TDA's – Títulos da Dívida Agrária

UNB – Universidade de Brasília

Lista de Tabelas

Tabela 1. Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação – 1985/2006	68
Tabela 2. Recursos aplicados no PAA no Brasil – 2003 / 2014	90
Tabela 3. Justificativa para a não execução dos 30% dos recursos na compra dos produtos da Agricultura Familiar – Brasil e Regiões, FNDE, 2010	97
Tabela 4. Atividades econômicas de Santo Amaro – 2011 a 2014 (x100)	115
Tabela 5. Participação do Setor no PIB Municipal – Santo Amaro, 2011 a 2015	115
Tabela 6. Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas, Santo Amaro (BA) – 2009 a 2014	116
Tabela 7. Número e área dos estabelecimentos agropecuários, 1985 a 2006 – Bahia	118
Tabela 8. Evolução do Índice de Gini de Santo Amaro, BA, 1920 a 2006	120
Tabela 9. Número e área dos estabelecimentos agropecuários, 1985 a 2006 – Santo Amaro	121
Tabela 10. PA's Regional Recôncavo do MST – Bahia (2015)	125
Tabela 11. Práticas produtivas nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga – 2015	174

Lista de Figuras

Figura 1: Localização da área de estudo – Santo Amaro, BA.	19
Figura 2: Espacialização da atuação do PAA nos municípios – 2014	91
Figura 3. Evolução dos investimentos do PNAE em Santo Amaro, 2011 a 2014	95
Figura 4: Território de Identidade Recôncavo Baiano	112
Figura 5: Venda de produtos do assentamento Bela Vista na feira municipal, Santo Amaro, Bahia	114
Figura 6: Evolução do Índice de Gini de Santo Amaro, BA, 1920 – 2006	119
Figura 7: Vista do Assentamento Bela Vista	126
Figura 8: Classificação etária do Assentamento Bela Vista, 2015	127
Figura 9: Horta Coletiva do Assentamento Bela Vista, Santo Amaro – BA	128
Figura 10: Classificação etária do Assentamento Eldorado do Pitinga	129
Figura 11: Feira de Santo Amaro, Bahia	130
Figura 12: Classificação de sexo nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga	131
Figura 13: Mapa de Localização dos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga	132
Figura 14: Identidade dos/as assentados/as	138
Figura 15: Encontro Regional dos Sem Terrinha, Itamaraju - BA	139
Figura 16: Antigo assentado do PA Bela Vista, Santo Amaro – BA	141
Figura 17: Três gerações de mulheres do assentamento Bela Vista	142
Figura 18: Evolução do número de associados da APRBV (Associação dos Produtores Rurais do Bela Vista)	147
Figura 19: Antiga assentada do Eldorado do Pitinga, Santo Amaro – BA	153
Figura 20: Oficina de agroecologia do NEPPA, 2013	156
Figura 21: Técnica agroecológica de sombreamento e irrigação, PA Eldorado do Pitinga	176
Figura 22: Viveiro de mudas, Bela Vista	178
Figura 23: Simbologia do MST, bandeira na entrada do Bela Vista	179

Lista de Quadros

Quadro 1. Aspectos estruturais da execução do PAA no Brasil	87
Quadro 2. Modalidades, Objetivos, Executores e Limites Financeiros do PAA	89
Quadro 3. Distribuição étnico-racial do município de Santo Amaro, 2015	113

SILVA, J.G. de Souza. **Produção e reprodução do espaço agrário em Santo Amaro – Bahia: implicações do PAA e PNAE em assentamentos de reforma agrária**. 2016, 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo deslindar aspectos relativos às territorialidades de produção e reprodução do espaço agrário em Santo Amaro, município da região metropolitana de Salvador, Bahia, tendo como parâmetro de análise dois programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Procurou-se, pois, observar elementos concretos da realidade dos/as sujeitos e sujeitas assentadas, tais como questões relativas às oportunidades, hoje, no campo brasileiro, os fluxos migratórios, os processos históricos de conquista da terra na referida região do recôncavo baiano, bem como se debruçar sobre questões teóricas que ajudaram a elucidar pontos antes incompreensíveis na relação entre o homem, o campo e o Estado brasileiro com suas políticas públicas. Dessa maneira, buscou-se construir, também, uma metodologia relacionada ao saber prático com demanda social, estabelecendo o elo para com a academia, em forma de unir as duas pontas da mesma realidade – muitas vezes considerada antagônica – durante o estudo. O trabalho se realizou, assim, majoritariamente, nos assentamentos Santo Antônio dos Calmons, conhecido como Bela Vista e Eldorado do Pitinga, ambos localizados em Santo Amaro – Bahia, observando quatro aspectos relativos aos programas PAA e PNAE: a) as implicações da adoção dessas políticas no campo brasileiro; b) a maneira com que a adesão aos referidos programas foi feita; e; c) se a adesão aos programas derivou formas alternativas de desenvolvimento agrário. As reflexões, entretanto, levaram a um cenário muito mais complexo que uma equação analítica acerca da eficiência ou não das referidas políticas públicas, levando as novas considerações acerca da realidade do campo brasileiro, de seus sujeitos e das relações estabelecidas entre esses, sendo, por fim, a presente dissertação um convite, também, a novos e amplos olhares acerca da realidade do/a camponês/a e à experiência complexa do campo brasileiro.

Palavras-chave: Espaço Agrário; Programas PAA e PNAE; Reforma agrária.

SILVA, J.G. de Souza. **Production and reproduction of agrarian space in Santo Amaro – Bahia: implications of PAA and PNAE in agrarian reform settlements.** 2016, 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2016.

ABSTRACT

This study aims to disentangle aspects of the territoriality of production and reproduction of the agrarian space in Santo Amaro, the metropolitan region of Salvador, Bahia. For the analysis parameter, was used two programs: Programa de Aquisição Alimentar (PAA) and Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Therefore, is observe concrete elements of reality of the subject settled, such as issues relating to the opportunities today in the Brazilian countryside, migration, the historical processes of land acquisition in that region of the Bahian Recôncavo, and dwell on theoretical issues that helped elucidate points before incomprehensible in the relationship between man, the field and the Brazilian state with its public policies. Thus, was used a related methodology to practical knowledge with social demand, establishing the link toward the gym in order to unite the two ends of the same reality - often considered antagonistic - during the study. The work took place, so mostly in Santo settlements Antonio of Calmons, known as Bela Vista and Eldorado do Pitinga, both located in Santo Amaro - Bahia, watching four aspects relating to the PAA and PNAE programs: a) the implications of the adoption of these policies in the Brazilian countryside; b) the way that adherence to these programs was made; and; c) adherence to programs derived alternative forms of agricultural development. The reflections, however, led to a much more complex scenario that an analytical equation about the effectiveness or not of such policies, leading the new considerations about the reality of the Brazilian countryside, its subjects and the relationships established between them, and, by Finally, this dissertation an invitation also to new and wide eyes about the reality of / a farmer / and the complex experience of the Brazilian countryside.

Keywords: Agrarian space; PAA and PNAE programs; Agrarian reform

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário e a segurança alimentar e nutricional se propõem a cumprir um importante papel no contexto da produção e reprodução do espaço agrário no Brasil, em um cenário de grande desigualdade tanto no campo quanto na cidade, visualiza-se uma possível mitigação dos problemas sociais a partir da intervenção do Estado em setores mais precarizados e marginalizados, como é o caso da agricultura camponesa, que compete, na ordem de prioridade, com o setor do agronegócio, visto como um dos principais pilares da reprodução do capital na economia brasileira.

Nesta pesquisa foram analisadas as implicações do PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no processo de produção e reprodução do espaço agrário nos assentamentos de reforma agrária, Santo Antônio dos Calmons conhecido como Bela Vista e Eldorado do Pitinga, em Santo Amaro – Bahia, no período entre 2008 e 2015, tendo como perspectiva o contexto da intervenção estatal e sua efetividade nas transformações das perspectivas de reprodução social.

Foram avaliados alguns aspectos considerados fundamentais para o entendimento deste processo, tais quais a alteração da matriz produtiva da agricultura, bem como elementos referentes à geração de ocupação e renda, abarcando, ainda, as modificações nas relações de trabalho e migração de jovens e adultos do campo. Teve-se, por sua vez, os seguintes objetivos específicos como norte do desenvolvimento dessa pesquisa:

a) análise das implicações do PNAE e do PAA nas dinâmicas migratórias, visto que, há no campo baiano uma grande evasão gerada por diversos fatores, como dificuldades na produção e comercialização de cultivares, ausência de serviços básicos como saúde e educação, deficit de postos de trabalho, além do não acesso à terra, como meio de vida e de trabalho;

b) compreensão das implicações do PAA e o PNAE no contexto da geração de ocupação e renda nos assentamentos pesquisados, a fim de avaliar sua efetividade nas perspectivas de reprodução social dos agricultores e agricultoras beneficiados/as;

c) avaliação da forma que a adesão aos programas citados podem modificar as

relações de trabalho, já que a proposta normativa fomenta a formação de cooperativas, o que pode significar uma nova forma de sociabilização dos meios de produção e dos produtos do trabalho, além da compreensão de organização em torno do trabalho coletivo, que influencia nas relações sociais entre os assentados;

d) por fim, verificação da relação entre o PAA e o PNAE com a adoção de práticas alternativas no processo produtivo dos assentamentos, que se apresenta como vantagem de preço nas propostas normativas dos programas, com um valor 30% maior para os alimentos orgânicos. Neste ponto, não podemos deixar de ressaltar a importância de ter avaliado a viabilidade dessa produção para o mercado além do institucional, a fim de compreender a relação de dependência possivelmente construída entre os produtores e produtoras e o Estado.

Vale frisar que o PAA e o PNAE têm como propostas a realização de distribuição de renda, o investimento de capital na economia local e o incentivo à produção agrícola de transição agroecológica. Por apresentarem um grande potencial de modificação das dinâmicas socioespaciais, justifica-se a importância em estudar suas implicações enquanto instrumento de desenvolvimento agrário.

O município de Santo Amaro foi escolhido como área de estudo por apresentar um histórico de resistência de movimentos sociais de luta pelo direito à terra, concentrando atualmente 13 assentamentos de Reforma Agrária, o que justificaria a possibilidade de analisar os aspectos selecionados na presente pesquisa. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) chegou a Santo Amaro em 1996, porém, ainda hoje, os assentamentos apresentam muitas dificuldades primárias, como falta de abastecimento de água e luz, além dos entraves para produção e comercialização de alimentos. Situação que retrata a necessidade de fortalecer a organização social e o aparato estatal para alterar a realidade dos agricultores e agricultoras.

Os assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga foram o recorte empírico desta pesquisa por conta do seu processo de tentativa de conformação de um polo de produção agroecológica, desde o ano de 2008. Em 2012, os supracitados assentamentos, através da adesão ao PAA e PNAE, passaram a fornecer produtos da agricultura camponesa para a Prefeitura Municipal de Santo Amaro.

A principal questão elucidada no decorrer desta pesquisa girou em torno das

implicações do PNAE e do PAA na produção e reprodução do espaço agrário dos Assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga. Aponta-se como um dos problemas recorrentes da agricultura camponesa no Brasil a inserção da sua produção nos mercados e em cadeias produtivas. Alguns estudos vêm demonstrando o quão importante é esse desafio que envolve esforços de diferentes órgãos do Estado brasileiro e dos/as próprios/as produtores/as e organizações sociais do campo.

Dessa forma, é importante estudar as políticas públicas e o seu papel no desenvolvimento agrário, afinal, o país vive um momento novo em relação às políticas sociais, dado que desde o primeiro mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2006), foi retomada a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a partir de políticas sociais de caráter, qualidade e quantidade diferenciadas da década de 90, políticas estas, antes restritas, passam a cumprir novo papel de redistribuição de renda com o principal intuito de fortalecer a economia interna e o mercado consumidor nacional. É oportuno examinar os programas e sua real efetividade e isso traz a necessidade de se debruçar sobre esse tema, sendo importante sua avaliação por pesquisadores das diversas disciplinas – Ciência Política, Sociologia, Geografia e Ciências Sociais Aplicadas – para que se tenha avanços teóricos e empíricos.

O PAA e o PNAE têm como propostas normativas a realização de distribuição de renda, o investimento de capital na economia local e o incentivo à produção agrícola de transição agroecológica. Apresentando assim, se forem efetivadas, um grande potencial de modificação do espaço agrário, a partir de transformações da matriz produtiva, das relações de trabalho, no fortalecimento das organizações sociais e nas migrações. Dessa forma, a Geografia, que se propõe analisar o espaço, não deve se furtar em estudar a temática. Afinal, uma política dessa natureza pode modificar as perspectivas socioespaciais tanto no campo como na cidade.

A inserção dos assentamentos de reforma agrária no mercado institucional representa duas perspectivas, onde, de um lado, há a possibilidade de resolução de um problema fundamental, o escoamento da produção, e por outro, a discussão quanto à geração de dependência dos agricultores, que ao se proporem a produzir a partir das exigências do mercado institucional, necessitam dessas políticas para que tenham viabilidade econômica.

Todo o esforço para a realização dessa pesquisa se justificou pela possibilidade de avaliar novas formas de reprodução social de grupos que, historicamente, foram excluídos dos programas e das políticas públicas. Como exemplo, há que se mencionar o desequilíbrio de investimentos no agronegócio e na agricultura camponesa que, em 2015, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 187,7 bilhões para o agronegócio, enquanto a agricultura familiar recebeu R\$ 28,9 bilhões, ou seja, 13,34% do total. É um cenário discrepante e preocupante que deve ser revertido a partir da disputa na construção do modelo de desenvolvimento nacional e da intervenção do Estado a fins de transformar e possibilitar aos beneficiados o encontro de alternativas para aprimorar seu modo de vida.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi adotado o método histórico dialético, como instrumento de análise. A partir dessa perspectiva é possível compreender as contradições existentes no que se refere à intervenção do Estado na agricultura camponesa, fundamentado na mediação das políticas públicas e das implicações na produção e reprodução do espaço agrário.

A avaliação de uma política pública deve considerar a correlação entre diferentes sujeitos, o movimento de produção e reprodução é marcado por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Assim, a política pensada para o campo é definida com base em disputas, contradições e antagonismos de classe.

A dialética é um exercício de busca pela totalidade, a partir da inclusão dos contrários. É um método focado no movimento, nas práticas sociais e nas relações em um determinado tempo histórico. Segundo Konder (2003, p. 8), “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Deve-se evidenciar então que não se pode avaliar as políticas públicas de forma isolada das outras manifestações sociais. Por isso, a contribuição dessa concepção metodológica nas pesquisas sobre o PNAE e o PAA reside na constante busca de um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que possibilitem captar seu movimento em universalidade.

O desenvolvimento dessa pesquisa efetuou-se a partir dos procedimentos metodológicos da Pesquisa Participante, reconhecendo sua aplicabilidade em diferentes

experiências, sobretudo em unidades de ação social que atuam preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares. Geralmente, essa metodologia é posta em prática dentro de movimentos sociais ou se reconhecem estando a serviço de tais movimentos. Neste caso se adequa das duas formas, ao destacar a visão da ciência como instrumento de luta social e do desenvolvimento do pensamento humano. Reafirma-se que com a metodologia o compromisso social, político e ideológico para com a comunidade e a academia, visto que esse procura manter o rigor científico voltando-o para a aplicabilidade e produção de conhecimento relevante social.

A partir dessa pesquisa, buscou-se formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos, criando e recriando processos de autonomia dos sujeitos pesquisados a partir de abordagens participativas. Afinal, ao construir um saber partilhado, abrangente e sensível às origens do conhecimento popular, visualiza-se a “pesquisa participante” não somente como uma ferramenta de pesquisa, mas como uma postura, na compreensão de uma maneira distinta de se conceber o fazer científico (BRANDÃO, 1981).

A escolha dessa metodologia se deu pelo fato de primar pela presença do sujeito pesquisador nas problematizações construídas na pesquisa, ressaltando não só as experiências e percepções dos diversos sujeitos envolvidos, como o sentido político que emana da própria investigação. Dessa forma, é a metodologia que melhor se aplicou ao caso, visto que, desde 2008 a pesquisadora tem executado e sistematizado projetos de extensão nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga.

Para ser capaz de solucionar os problemas elencados na pesquisa, foi necessário a utilização de técnicas quantitativas e qualitativas. Assim sendo, para avaliar o programa a partir da ótica dos atores sociais envolvidos e do Estado, foram dados os seguintes passos:

a) Coleta de Dados em fontes secundárias. Nesta fase da pesquisa foi realizada uma análise bibliográfica, que contribuiu ao entendimento do processo de formação social e econômica da área de estudo, além de desvendar a construção desses assentamentos do MST. Também foram investigados documentos externos (governamentais) através dos censos mais recentes do IBGE, dados fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local e pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

(EBDA), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e INCRA;

b) Pesquisa Exploratória: Fase considerável da pesquisa, foi o momento de reconhecimento da área de estudo que foi realizada a partir de idas a campo, cotidianamente, desde o ano de 2008. Buscou-se analisar a organização do espaço agrário e suas modificações ao longo do processo de execução dos programas. Esse momento de campo ocorreu durante toda a construção da dissertação.

c) Aplicação de Entrevistas semiestruturadas: as entrevistas foram realizadas a partir de quatro principais eixos que se relacionam com os objetivos da pesquisa (dinâmicas migratórias, relações de trabalho, geração de ocupação e renda e adoção de práticas agroecológicas no processo produtivo dos assentamentos). Foram entrevistadas todas as famílias dos dois assentamentos, as que são beneficiadas pelos programas e aquelas que não são. O total de casas ocupadas nos assentamentos é 51, 19 casas no Bela Vista e 32 casas no Eldorado Pitinga. Foram realizadas, no processo de pesquisa, entrevistas com os agentes do estado, o secretário de agricultura e o de educação do município de Santo Amaro.

d) Reuniões coletivas: durante o processo da pesquisa, a pesquisadora participou das assembleias do movimento, que ocorrem quinzenalmente, quando estas discutiram o setor de produção e o polo de produção agroecológica, totalizando oito assembleias. Foram momentos de diálogo participativo com os assentados envolvidos no programa, no qual foi possível discutir os projetos a partir da perspectiva dos atores sociais beneficiados. Dessas reuniões foram produzidas relatorias detalhadas.

As informações obtidas foram sistematizadas e relacionadas à base teórica para que sejam formuladas as questões essenciais ao processo de desenvolvimento do presente trabalho.

Para fins organizativos, a dissertação foi dividida em cinco partes: a introdução, que decorre, sendo a primeira, já a segunda parte se refere às categorias de análise e referencial teórico, na qual são trabalhados os conceitos principais nos quais se fundamentam a pesquisa, como o conceito de campesinato. O segundo capítulo se debruça sobre as Políticas Públicas PAA e PNAE analisando o contexto e o histórico de suas formulações, além de suas propostas normativas. O terceiro capítulo, "Produção do

Espaço Agrário de Santo Amaro – Bahia”, refere-se à análise concreta da realidade do campo do local escolhido para esta pesquisa. Na quarta parte encontra-se a principal síntese de todo o trabalho, em que ocorre a análise das implicações da implantação do PAA e do PNAE nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga. E nas Considerações Finais, sexto capítulo, construiu-se não uma finalização do trabalho, mas sim uma porta de entrada para as questões colocadas na pesquisa, visando sempre a continuação do processo de construção praxiológica da ciência e sua relação para com a sociedade.

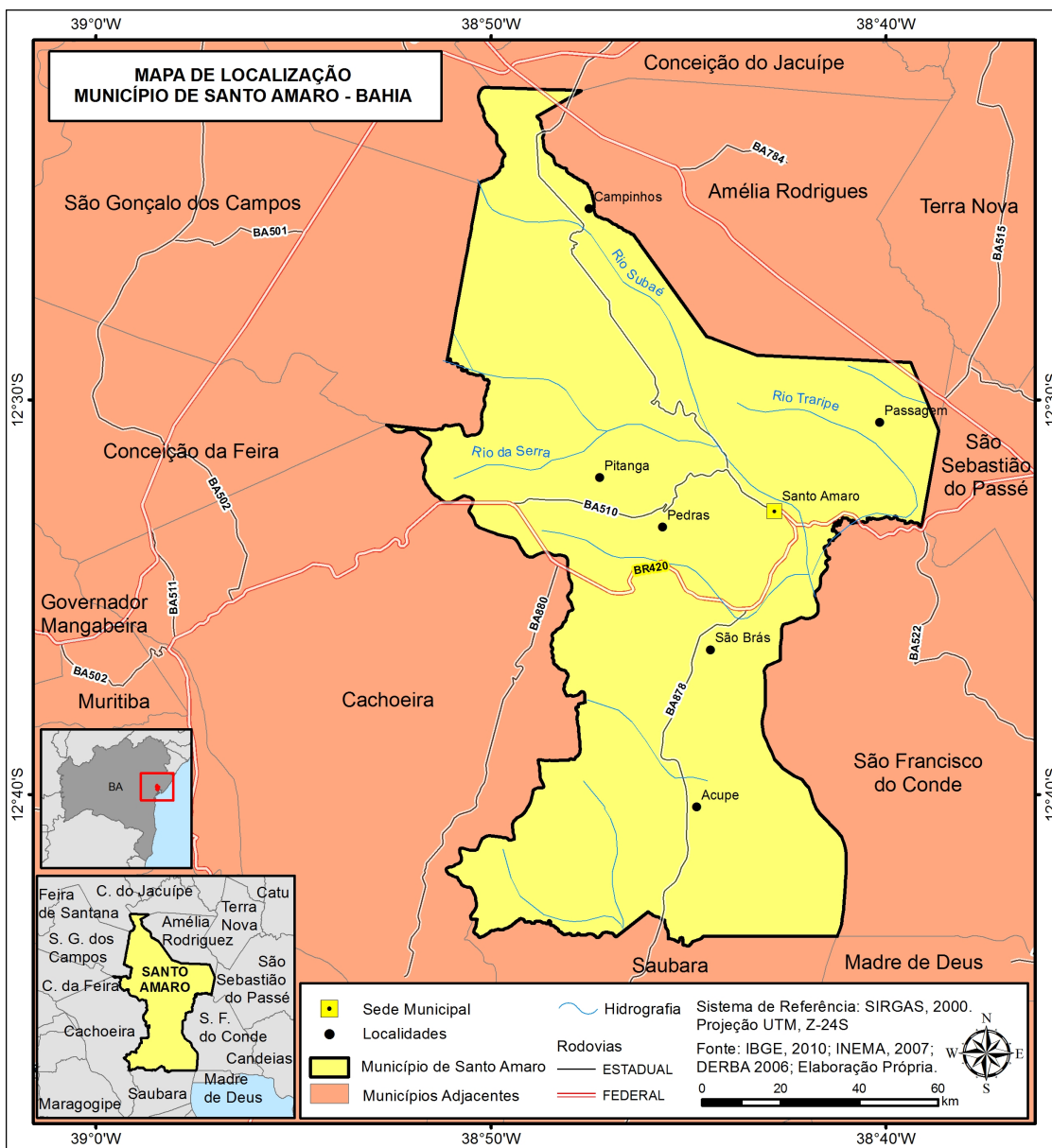


Figura 1: Localização da área de estudo – Santo Amaro, BA.

Fonte: SILVA, J.G., 2015

2. ESPAÇO, POLÍTICA PÚBLICA E CAMPESINATO

O presente capítulo tem por objetivo trazer o debate teórico que se fará presente em toda a dissertação, dando centralidade a alguns conceitos e categorias fundamentais para a compreensão da realidade no estudo de caso escolhido.

Inicialmente, foram debatidos os conceitos de espaço e o seu processo de produção e reprodução, com base em autores fundamentalmente da geografia crítica e outras ciências.

Em seguida, o histórico do conceito de campesinato, seu uso atual e finalidade na conformação das políticas públicas em oposição, muitas vezes, ao conceito de agricultura familiar.

Por fim, será debatido o conceito de política pública, a atuação do poder público na construção de políticas de reforma agrária, o histórico das políticas PAA e PNAE, e os resultados atuais de ambas.

2.1 Espaço: Produção e Reprodução

O espaço enquanto objeto de estudo da Geografia passou, e continua passando, por diversas transformações ao longo do tempo, processo que tem permitido a evolução de seu conceito e sua multiplicidade, conforme as dinâmicas do debate teórico conceitual. Os conceitos e categorias não foram tratados neste trabalho de forma imutável, pois compreende-se que as definições devem ser tratadas de forma flexível, visto que representam o momento histórico ao qual os definem.

Nessa perspectiva, a geografia marxista se empenhou na tarefa de incorporar o materialismo histórico e dialético como método para a realização da análise das contradições sociais no espaço. Coloca-se a categoria trabalho enquanto objeto central, uma vez que a produção e reprodução do espaço parte da relação homem-natureza.

A configuração da geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens. Pelo seu trabalho os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material, que o trabalho do ho-

mem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Entende-se que o trabalho constituiu o homem, ser social, tal qual é hoje. Isto é, a interação do homem com o mundo natural, de tal modo que os elementos deste último são conscientemente modificados para alcançar um determinado propósito. O trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de modificá-la de acordo com suas necessidades. As relações dos seres humanos entre si e com a natureza são mediadas pelo trabalho e o desenvolvimento dessas relações na história criam as relações socioeconômicas e socioespaciais. “É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza”. (CORRÊA, 1986, p. 54).

Portanto, o trabalho apresenta uma centralidade fundante do ser social e no conjunto de atividades intelectuais e manuais organizadas pela espécie humana e aplicada sobre a natureza, visando assegurar sua existência. Segundo Marx (1844), os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzirem enquanto seres humanos e a forma específica desta reprodução é dada por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho. A categoria do trabalho emerge, desta forma, como categoria central do ser social.

Baseando-se nas concepções da dialética marxista, reforça-se aqui que sem o trabalho o ser humano não poderia existir socialmente, pois ao mesmo tempo em que ele transforma a natureza, diante do trabalho, vai transformando, também, o seu próprio ser. Neste processo transforma o trabalho social em um fator fundamental para a sociabilidade humana, como vemos em:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, 2008, p.218)

O materialismo histórico dialético foi amplamente utilizado no processo de renovação da geografia que ocorreu entre os anos 1960-1980, a partir de elaborações sobre a relação tempo-espaço enquanto materialidade fundamental da dialética socioespacial. O “es-

paço”, aqui tomado como categoria, será interpretado a partir dos processos em curso, dando ênfase ao espaço agrário, com o absoluto esforço de superar as relações reducionistas da lógica formal, associando a dialética à noção de movimento.

A obra “Por uma Geografia Nova” é um dos marcos desse momento de transformações da ciência geográfica e tem como centralidade a análise do espaço geográfico, por onde dá-se aqui o ponto de partida para a compreensão dessa categoria:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

O espaço, então, é aqui considerado como uma construção social histórica, ou seja, como meio, condição e produto das relações sociais de produção, relações estas inseridas no sistema econômico hegemônico, condicionando-as ao modo de produção capitalista, reproduzindo suas desigualdades e contradições. Em meio a esse debate Camacho (2010) aponta que:

O espaço geográfico é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e natureza mediada pelas relações de trabalho, ou seja, o que temos no processo de produção espacial é a natureza primitiva transformada em segunda natureza, este é o processo de historicização/humanização/socialização da natureza. Todavia, partindo do pressuposto que as relações de trabalho se encontram subordinadas ao modo de produção capitalista, o processo de produção do espaço se faz condicionado, também, ao capitalismo que tem como características inerentes a sua lógica a produção/ reprodução e acumulação do capital fruto da exploração do trabalho, gerando como consequências: as desigualdades, as contradições e a luta de classes. (CAMACHO, 2010. p. 75)

Sob este aspecto, deve-se enfatizar que a produção do espaço se dá a partir da ação de fatores determinantes e não de forma espontânea ou aleatória, e no modo de produção capitalista o poder econômico e a atuação do Estado Burguês atuam como preponderantes no processo de produção, como afirma Corrêa:

Organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 1986, p. 61).

Ainda nesse sentido Rossini (2009) afirma que:

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as parcelas do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada uma terá no processo de trabalho geral. Estabelece-se então uma diversidade de relações com intensidades desiguais, que vão produzir o espaço global mediante a produção de parcelas espaciais menores. Na formação econômica da sociedade capitalista, a categoria determinante da análise é o capital. Desse modo teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital, uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar. (ROSSINI, 2009. p. 10)

Partindo-se desse pressuposto e alicerçando-se nos argumentos de Rossini (2009), é que se busca construir a análise da (re)produção do espaço agrário no município de Santo Amaro, destacando que todas as escalas podem e devem ser analisadas seguindo as concepções da ciência geográfica que se propõe à “análise concreta, da realidade concreta” (LÊNIN, 1916. p. 135)

[...] não podemos pensar em produzir uma ciência que busca compreender essência da realidade sem entender como as relações socioespaciais são produzidas e, conseqüentemente, sem entender a subordinação dessas relações ao modo capitalista de produção. Em uma sociedade de classes, o espaço social/geográfico refletirá a natureza classista dessa sociedade, bem como sua forma de produção e o consumo dos bens materiais. Visto que o espaço reflete as características do grupo que o criou. (CAMACHO, 2010. p. 82)

Portanto, intenta-se analisar os assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga, partindo do pressuposto que a busca de sínteses das contradições apontará diversas problemáticas, além das já colocadas enquanto questões de pesquisa, que devem superar o estudo de caso, englobando múltiplas escalas e dimensões, mesmo que ainda sejam representações e delimitações absolutas desse.

Para tanto, afirma-se aqui o esforço de buscar compreender a totalidade do espa-

ço, principiando da análise estrutural e relacionando com a realidade local, construindo a percepção do estudo de caso a partir das diversas escalas e categorias que o compõe, como explica Santos (1978):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

A partir dessa lógica de análise da totalidade do espaço, deve-se entender esses dois assentamentos do Recôncavo Baiano como espaços absolutos, relativos e relacionais, o que significa afirmar que cada uma dessas concepções irão se apresentar de acordo com a perspectiva dada ao fenômeno abordado, e nunca de forma isolada, compreendendo que não é possível analisar, por exemplo, as relações de trabalho no interior de um assentamento sem os relacionar com o avanço do capital no campo, os interesses contraditórios das grandes corporações detentoras de grande parte das terras do país e a intervenção do Estado, essas concepções devem ser complementares. Segundo Harvey (1973):

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma 'coisa em si mesma', com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo de relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (...). O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. (HARVEY, 1973, p. 13)

David Harvey (1973) concebe o espaço como sendo ao mesmo tempo, absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (espaço que contém e que está contido nos objetos). Considerando que, para este autor, o espaço não é nem um, nem o outro em si mesmo, mas, sim, que pode-se transformar em um ou outro, dependendo das circunstâncias.

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana. (HARVEY, 1973. p. 15)

Corrêa (1982, p. 46) destaca que tais conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional não são excludentes e que refletem diferentes valores de uso e valores de troca, desde variadas relações. Os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o Estado, que almejam a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho.

Devemos destacar aqui o papel que cumpre o Estado na organização do espaço, pois, considera-se o Estado como instrumento da classe dominante, logo, serve a estruturação do capitalismo. Na visão de Poulantzas (1985, p. 41) compreende-se que o Estado, quanto à direção política, em sua forma e estrutura, traduz os interesses da classe dominante, uma vez que as medidas econômicas deste aparelho ideológico apresentam conteúdo político, pois contribuem para a acumulação do capital e exploração da força de trabalho; centrando-se na estratégia política delineada pela fração hegemônica da sociedade.

Santos (2006) trata o espaço como uma instância da sociedade construída e reconstruída através de um processo dialético. Para ele, o espaço é primeiramente um “conjunto de fixos e fluxos, os fixos e os fluxos interagem construindo e reconstruindo o espaço, os fixos que produzem fluxos, e este que levam a reprodução de fixos e vice-versa” (SANTOS, 2006, p. 38).

Ao aprofundar essa discussão, o autor define o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 39), nunca considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Os objetos e ações são partes indissociáveis que formam o espaço,

onde ambos interagem entre si:

De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Tendo em conta o que foi posto pelo autor, pode-se dizer que há uma indivisibilidade dos objetos e das ações por existir um constante movimento de produção e reprodução do espaço. Assim, os lugares se criam e se recriam tendo por condicionante de todo esse processo a divisão social do trabalho, que leva aos lugares novos “conteúdos” e cria novas “formas”, propiciando uma constante metamorfose na qual estão integrados os “objetos” e as “ações” (SANTOS, 2006).

Então, se o espaço é um sistema de objetos, a análise de sua produção leva o espaço a se tornar a dimensão concreta da organização do sistema de ações que o produz. Para Rossini (1986, p. 1274) “Nesta relação dialética de sistemas, a produção desigual do espaço deve ser analisada em sua totalidade, não apenas baseada no modo de produção capitalista, mas na sociedade como um todo”. Tal análise começa pela produção do espaço, através das relações de trabalho, que de acordo com Rossini (1986), ocorrem através da divisão que já existe na sociedade e no espaço, e em ambos, o principal objetivo é a reprodução ampliada do capital.

Lefebvre *apud* Correa (2000, p. 66) traz uma importante contribuição ao dizer que o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção, pois dentro desta visão, o espaço aparece como “um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo”, agindo na produção da sociedade. Isso leva a afirmar que a população não pode ser tomada como um grupo de indivíduos, mas, sim, a indivíduos socialmente divididos em classes, que ocupam e se apropriam do espaço de maneiras distintas:

Em primeiro lugar, a população não se reflete a uma somatória de indivíduos, mas a uma sociedade de classes. Em segundo lugar, trata-se de estabelecer como essa sociedade produz o espaço geográfico, já que ela o faz por via da relação de trabalho. Portanto, o que nos interessa inicialmente é a população trabalhadora –

a força de trabalho –, como ela vai produzir, com que instrumentos, como o trabalho será dividido e organizado. Ela é também uma população consumidora, na medida em que se apropria desse espaço para suprir as suas necessidades. Na medida em que está consumindo, ela está impulsionando a produção. O consumo dos produtos do trabalho, no entanto, será determinado pela produção: o consumo privado, que se dá por intermédio do habitar, e o consumo coletivo, por meio do lazer, locomoção, saneamento etc. O acesso a esse consumo é bastante desigual, pois, enquanto o processo de produção é uma tarefa coletiva, o produto do processo de trabalho é privado. (ROSSINI, 2009. p. 10)

Santos (2006), por sua vez, ao tratar do espaço que une e separa, expõe que no “espaço construído, a estrutura e a técnica é seletivamente utilizada pelos diversos tipos de modalidades de capital” e acrescenta que “com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes” (SANTOS, 2007, p. 32).

Sendo assim, a produção do espaço é, também, a produção de objetos organizados geograficamente a partir de uma lógica econômica, que cumprem diferentes funções de acordo com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão do trabalho.

Em Harvey (2004, p. 93) se pode perceber melhor o desdobrar dessa afirmação, pois, para o autor, ainda que o espaço seja construído de maneira desigual, gerando desenvolvimentos geográficos que reproduzem essa desigualdade, dificultando, portanto, a unificação dos múltiplos interesses das classes sociais. Dessa forma, não há possibilidade de conciliação entre a classe detentora dos meios de produção e a classe da qual se expropria o meio de trabalho. Assim, ao se pensar o espaço agrário desde essa concepção, é, também, refletir acerca da contradição existente entre os produtores de toda a riqueza a partir do trabalho, a mediação estabelecida entre o homem e a natureza, e, por fim, dos ‘donos’ das terras.

Moreira (2008, p. 11) afirma que “o espaço não seria formação espacial se o processo de produção, não fosse, em verdade, um processo de reprodução”. Por isso, pensar a produção sem a reprodução do espaço é afirmar a existência efêmera desse, pois ele só existiria no momento de transformação da “primeira natureza” em bens, através do trabalho e, encerrado o processo de produção, também teria fim a “ordem espacial”.

Para Moreira (2008, p. 23) essa é uma realidade espacial que se materializa através das relações sociais: “Essa relação interna do homem com o restante do universo da na-

tureza se internaliza para se materializar na forma do espaço” (MOREIRA, 2008, p. 24), pois se o espaço tem uma existência permanente, isso significa que o processo de produção também é o de reprodução, e, como a produção do espaço corresponde à sociedade na qual está inserida, tem-se uma relação dialética que imprime marcas nas relações sociais.

Moreira (2008, p. 36) expõe, ainda, que o espaço interfere e age como elemento regulador da produção, através de uma realidade material de arranjo de localizações e distribuições territoriais das relações estruturais da sociedade. Dessa forma, o espaço se torna elemento da ação, sendo, pois, condicionante na relação homem/natureza.

O mesmo autor, pressupondo a estrutura de classes e que a classe hegemônica se encontra no controle do processo global de produção, conclui que, ao ocorrer a reprodução das relações sociais de produção, reproduzir-se-á, também, a estrutura de classes presente no espaço (MOREIRA, 2008, p. 12).

No modo de produção capitalista, as relações entre classes ocorrem num campo marcado pelas desigualdades que são, conseqüentemente, impressas na produção e reprodução do espaço. Esse processo influencia as estruturas, tornando-se um elemento fundamental da totalidade social, e é a partir desses parâmetros que se coloca a análise do espaço agrário. Não como espaço isolado, mas, relacionado com o espaço urbano, pensando na totalidade do espaço geográfico.

A ação do capital realiza profundas mudanças na estrutura de produção e de relações sociais no campo. As formas são refuncionalizadas, ou seja, ganham novas utilidades; e outras novas são inseridas, para atender uma nova realidade de consumo. Um novo agente, o capital, agora mais atuante, na agricultura, torna ainda mais complexa as relações no espaço. (ROSSINI, 2009. p. 24)

O processo de produção do espaço se dá, então, como expressão da sociedade de classe, na qual os detentores dos meios de produção se apropriam e alienam cada vez mais os que têm apenas a força de trabalho. Nesse caso, analisamos a terra como meio de trabalho fundamental para a produção e reprodução dos camponeses. O espaço agrário brasileiro é historicamente marcado pelas grandes propriedades, concentração de terra, monocultura e agroexportação, mas, também, pela resistência dos movimentos sociais de luta pela terra de trabalho.

A agricultura camponesa sempre esteve em segundo plano, apesar de cumprirem um importante papel na produção alimentar e na geração de trabalho, emprego e renda. O direcionamento das verbas públicas e subsídios são continuamente aliçados das classes mais populares no campo, sendo que esse processo se realiza de forma conflituosa e com a resistência de movimentos organizados e trabalhadores (as) em geral.

Sendo assim, o espaço agrário expõe no seu conteúdo e nas suas formas as contradições sociais que o produziram, ou seja, o avanço sistemático do capitalismo no campo brasileiro, onde a estrutura agrária é, desde a colônia, baseada na grande exploração rural, não dissolveu as estruturas antigas, baseadas na pequena produção de excedentes agrícolas que ainda resistem.

Mesmo diante de novas condições de produção, os mecanismos intrínsecos do modelo camponês continuam sendo utilizados. Tratar o camponês como algo estranho ao capital é, de certa forma, cair num reducionismo, pois tal modelo se encontra já inserido dentro da lógica capitalista. O capital extrai o excedente, quando o camponês vende seus produtos por um preço inferior, e o mesmo assim transfere parte de sua renda para a sociedade, é a sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 1991, p. 81)

Acerca desse cenário, Oliveira (1986, p.11) afirma que é “o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento”. Ou seja, as relações não capitalistas no campo são essenciais para a manutenção do capitalismo.

Assim, para continuar garantindo sua existência, sua expansão, e o processo contínuo de acumulação, o capital necessita, contraditoriamente, de relações não-capitalistas de produção. Embora a tendência seja a de substituição da economia mercantil simples pela economia capitalista, para que o processo de acumulação primitiva continue se dando – e, com ele, para além da produção do capital, continue se dando a recriação da burguesia –, essa substituição nem sempre ocorrerá. Em outras palavras, para continuar garantindo a acumulação primitiva e a (re)criação da burguesia, é necessário continuar a garantir a existência de relações não-capitalistas de produção, o que explicaria a permanência e a (re)criação camponesa no seio do capitalismo (FABRINI e MARCOS, 2010, p. 16).

Tendo isso posto, é importante mencionar que estão em disputa dois projetos para o campo brasileiro: o primeiro tem o objetivo claro à maximização da competitividade do agronegócio, através da minimização dos custos de produção, isso porque são utilizadas grandes quantidades de insumos e maquinários para produzir cultivos de interesses mercadológicos. Ou seja, um projeto que produz intensas contradições de interesses opostos aos dos trabalhadores a partir de seu *modus operandi*, já que expulsa do campo parte dos produtores e produtoras e da outra parte realiza a exploração do capital a partir da sujeição da renda da terra:

Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 1986. p. 13)

Enquanto isso, o segundo projeto tem por objetivo a diversificação das economias locais, a construção da autonomia dos(as) trabalhadores(as), com produção de alimentos e utilização da terra para o trabalho e a reprodução da vida. Nele, o espaço agrário é, também, reflexo das mediações e dos conflitos de classe no campo brasileiro

A agricultura camponesa passa, então, por uma alteração na sua dinâmica, não prevenindo sua extinção, mas, sim, sua reformulação, gerada pela economia de mercado o que traz severas consequências. Dessa maneira, a compreensão das transformações que aconteceram e estão acontecendo passa, necessariamente, pelo estudo do processo histórico de constituição do espaço agrário enquanto espaço de produção e reprodução social de sua população. Vale ressaltar que, dentro desse cenário, o camponês resiste e é incorporado ao sistema capitalista, visto que não existe forma de escapar das relações postas desde elementos da estrutura e base social, mas, ainda assim, se organiza e luta pela terra, inserindo-se de forma marginal no mercado.

Diante do que foi exposto, torna-se necessário que seja discutida de que forma se dá a inserção do capital no campo brasileiro e qual é a expressão disso na organização do espaço agrário no país, trazendo para o centro do debate a realidade dos camponeses e

camponesas, sujeitos e sujeitas inseridos dentro dessa contradição.

2.2 Debatendo o conceito de Campesinato

As transformações que ocorreram no campo Europeu, no final do século XIX, conseqüente à lógica de reprodução ampliada do capital, suscitaram diversos debates no que diz respeito às teorias sobre os camponeses e o seu destino no movimento da história. Duas foram as principais correntes de pensamento que surgiram nesse período; a primeira, a partir da linha do marxismo ortodoxo, compreendia a questão do campesinato como um grupo social que desapareceria por conta das mudanças geradas pelo avanço das relações mercadológicas e dos processos de modernização e industrialização que estavam vinculados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade. Os principais percussores dessa corrente foram Lênin e Kautsky, tendo como base a análise de Marx, em relação ao desenvolvimento linear dos modos de produção.

A segunda corrente, conhecida como marxismo heterodoxo clássico, compreendia e defendia que era possível a reprodução camponesa no capitalismo. Destacaram-se como principais autores desta linha de interpretação, Rosa Luxemburgo, Chayanov e Theodor Shanin.

Busca-se, aqui, debater o conceito de campesinato em sintonia com o contexto e o objeto dessa pesquisa, que são assentamentos de Reforma Agrária, na tentativa de reconstruir a história desse debate no Brasil, entendendo quais os autores clássicos influenciaram e influenciam as perspectivas aqui construídas, bem como a maneira pela qual essas teorias reverberam no processo de construção das políticas públicas para o campo no período atual.

Entende-se aqui que o objetivo não é fazer com que o termo campesinato implique e signifique a total semelhança entre os camponeses em todo o mundo, e/ou a sua existência fora de um contexto de uma sociedade mais ampla, pois é a partir de uma dada realidade que será desenvolvida esta ideia, o objetivo é, antes, delinear a realidade brasileira dentro desse cenário, compreendendo as contradições e realizações desse setor em território nacional

De antemão, afirma-se a compreensão da atualidade e da pertinência do uso do conceito de campesinato para a compreensão da realidade agrária brasileira, partindo da

análise de sua história e do seu conteúdo socioespacial, como defendido por Marques (2000):

O conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo. (MARQUES, 2000. p. 58)

Parte-se aqui da questão que opõe dois conceitos referentes a grupos sociais que por vezes convergem, (agricultor familiar e camponês), e, por vezes, que são utilizados em detrimento um do outro, como sinônimos, de forma a visibilizar algumas questões fundamentais que serão tratados adiante. Para compreendermos o grupo ao qual nos referimos iniciamos pela definição de Sandroni (1985):

O conjunto de grupos sociais de base familiar que, em graus diversos de autonomia, se dedica a atividades agrícolas em glebas determinadas. Em termos gerais, caracteriza-se por produzir baseado no trabalho da família, empregando eventualmente mão-de-obra assalariada; possuir a propriedade dos meios de trabalho (...) ter autonomia total ou parcial na gestão da propriedade; e ser dono de parte ou da totalidade da produção. (SANDRONI, 1985, p. 44-45)

Neste sentido, vemos em Fernandes (2001) a que se baseia a oposição dos conceitos de agricultor familiar e camponês:

Produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001. p. 29)

A partir do levantamento bibliográfico dos pensadores marxistas, tendo como ponto

de partida o século XIX e acompanhando as suas transformações ao longo do tempo. Será dado, também, ênfase ao impacto gerado pelo avanço do capitalismo no campo partindo de formulações teóricas e conceituais que compreendem que a reprodução desse grupo se dá na produção de formas de resistência às imposições do modo capitalista de produção, mas também de modificações ao longo da história que lhes torna viáveis dentro do sistema. Reafirmando a (r)existência camponesa, Thomaz Junior (2009) destaca:

Então, é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente crescente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência. (THOMAZ JUNIOR, 2009. p. 279)

O debate sobre o campesinato passa a ganhar força no final do século XIX, quando, Lênin, e Kautsky, analisando a realidade Russa e Alemã, respectivamente, formularam teorias acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo. Ambos os autores eram adeptos da teoria marxista, o que definiu assim uma linha similar de análise da relação do capitalismo com o espaço agrário, apesar de avaliarem processos distintos e terem um ponto de partida adverso. “A questão Agrária”, de Karl Kautsky, e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Vladimir Lênin, são obras fundamentais no que se refere aos estudos da questão agrária.

Uma importante contribuição de Kautsky, e que merece destaque, para o entendimento da questão agrária no capitalismo é o caráter contraditório deste sistema que, ao mesmo tempo em que destrói as relações não capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento. Kautsky utiliza como exemplo que, em sua época, o estabelecimento capitalista, ao promover intensas concentrações fundiárias pela expropriação dos camponeses vizinhos, tinha a necessidade de reverter o processo, arrendando suas terras aos camponeses, ou então vender parte delas. Isso acontecia porque o estabelecimento capitalista, ao expulsar o camponês, também expulsava a mão de obra que empregava para a produção agrícola, formadas por camponeses que tinham necessidade de desenvolver trabalho acessório para suprir as necessidades de sua família. Desta for-

ma, o campesinato, antes desapropriado, também é recriado pelo próprio capital (Kautsky, 1986, *apud* Girardi, 2008, p. 93 – 94).

Ainda em Kautsky, são ressaltadas as limitações da exploração agrícola capitalista, as quais são importantes para o entendimento da questão agrária ainda hoje. Esses problemas de exploração agrícola capitalista são principalmente a concentração fundiária, proletarização, expropriação e submissão do campesinato.

Estes são os principais fatores do enfraquecimento da agricultura camponesa, pois além de desapropriar o campesinato do seu modo de vida, abastece, também, o exército de reserva de excluídos e marginalizados da sociedade capitalista: “Este exército de reserva criado pelo capital contribui para o aumento da mais-valia devido à possibilidade de diminuição dos salários pagos aos trabalhadores. Este processo intensifica a diferenciação e a desintegração do campesinato” (GIRARDI, 2008).

Segundo Girardi (2008), o trabalho de Kautsky também auxilia no entendimento da diferença entre a produção capitalista e a camponesa, pois a fonte de renda do camponês, o qual cultiva a terra com sua família, provém do mais-produto e não da mais-valia, como na produção capitalista (GIRARDI, 2008, p. 94), diferindo da realidade dentro dos sistemas de produção atual.

Nesse sentido Girardi afirma que:

Isso explica o fato do camponês poder estar inserido no mercado de trabalho e ainda assim não ser capitalista. O que define o capitalista é a fonte de mão-de-obra e a apropriação da mais-valia no processo de produção. Enquanto o camponês produz majoritariamente com a mão de obra própria, o capitalista compra a mão-de-obra de trabalhadores expropriados do meio de produção e produz majoritariamente com a mão-de-obra assalariada, gerando e se apropriando da mais-valia. O camponês tem a produção e o consumo coletivo, já no sistema capitalista a produção é coletiva, mas o fruto desta produção é apropriado individualmente pelo capitalista (GIRARDI, 2008, p. 95).

É fundamental que se tenha a compreensão de que essas teorias foram construídas em um momento histórico diferente do atual, como afirma Paulino (2006, p. 29), conseguindo delinear seus aspectos produtivos de manutenção, e as variações históricas ocorridas ao longo do tempo, evitando, também, equívocos epistemológicos e/ou aproximações e aplicações restritas:

Quando Kautsky e Lênin, interpretando Marx, sentenciaram o desaparecimento dessa classe, o fizeram num momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais estava fundamentada em teses oriundas da profunda análise das transformações urbano-industriais. [...] Por outro lado, não é possível retomar a discussão sobre o campesinato sem transitar pela obra desses teóricos, pois muitas lacunas e falsos consensos podem ser explicitados à medida que as teorias revelam uma coerência compatível com o contexto em que foram produzidas. A inconsistência reside no esforço de moldar a realidade a partir de modelos previamente definidos, sem contudo sugerir com isso que o permanente pulsar da história leve ao descarte dos saberes produzidos no passado: nada soaria mais insano, pois não se faz ciência por decreto, ela é uma produção humana que invariavelmente evolui a partir de preceitos que, nos diferentes tempos históricos, são aceitos como verdadeiros. (PAULINO, 2006. p. 29)

A teoria que apontava o fim da pequena propriedade familiar apresentava um arcabouço teórico baseado na obra marxista, porém, apesar da concordância nesse ponto, os autores discordavam do processo em que se daria essa transformação.

Marx (1988) afirmava que o campesinato era um resquício do sistema feudal e que necessariamente não sobreviveria ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista ao socialismo, considerando os camponeses uma classe secundária e fadada à diminuição da população até a sua extinção. Mantendo-se três grupos:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. (MARX, 1988, p. 99).

Já Engels (1981, p. 52), acerca dessa mesma questão, afirma:

O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína. (ENGELS, 1981, p. 52)

É em Kautsky (1980), contudo, que se tem uma posição mais definida acerca da relação capital/campo, pois, para ele, a inserção do capitalismo no campo era irreversível. Assim, a interpretação que este autor tinha sobre o campo é que o capitalismo destruiria

qualquer outra forma que não os naturais desse sistema, tal como o campesinato, uma vez que o capitalismo só abrangeria duas classes: a burguesia e o proletariado. Ou seja, o camponês, por vezes proprietários de seus meios de produção, aparecendo enquanto pequeno-burgueses, por vezes assalariados do campo, apresentavam um entrave ao desenvolvimento do socialismo, devido à sua inconstância política.

Em Kautsky, encontramos um inédito esforço em transpor para a agricultura os pressupostos construídos por Marx, nos quais prevalece a concepção de que o desenvolvimento capitalista no campo seria uma extensão dos processos verificados na indústria. Cumpre salientar que, nessa passagem, já se perde muito da riqueza do pensamento de Marx, construído sobre a tríade terra, trabalho e capital, pois, em grande medida, as análises privilegiam apenas o embate entre burgueses e proletários. (PAULINO, 2006. p. 30)

O que Kautsky (1980) sinaliza enquanto problema fundamental frente a questão agrária é a impossibilidade do sucesso do socialismo, se não pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, o que impõe ao campo o fim de relações não capitalistas e um processo de modernização que inviabiliza a existência da classe camponesa que mantém relações tradicionais e atrasadas no meio rural, se comparadas com as dinâmicas urbanas das capitais. Ainda para o autor, devido à inferioridade técnica e produtiva da agricultura camponesa, a grande exploração agrícola capitalista acabaria por sucumbir o campesinato, transformando-os em trabalhadores assalariados, gerando mais-valia para seus empregadores (KAUTSKY, 1980). O mesmo defende as vantagens que a grande propriedade tem em relação à pequena produção camponesa, como elucida Correia:

Kautsky realmente procura e se esforça para provar que a grande exploração é bem mais vantajosa que a pequena. E, dentre essas vantagens, destaca: a) a ideia que há na pequena exploração desperdício de trabalho; b) a hipótese que somente na grande exploração pode ocorrer a utilização racional e proveitosa de máquinas, animais, irrigação, drenagem, instrumentos e conhecimentos escolares e técnicos para o manejo da terra; c) somente a grande exploração terá maiores vantagens ao comércio e ao crédito; d) os bons salários e uma boa alimentação serão oferecidos somente pela grande exploração. (CORREIA, 2012. p. 61)

Um ponto importante é que, em Kautsky (1980), a questão agrária não foi analisada a partir da sua estrutura interna, mas, do espaço econômico como um todo.

Foi com base nesses pressupostos que Kautsky (1972, 1986), inspirado na obra "O Capital" de Karl Marx, analisou a questão agrária utilizando-se de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como por exemplo: a mais-valia; o lucro; a renda da terra; as classes sociais e outros. Portanto, a organização social camponesa não foi analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas do espaço econômico em que se realiza. Desse ponto de vista, o autor defende a superioridade técnica da grande exploração em relação à pequena, que, associada às desigualdades geradas pela penetração do capitalismo no campo, condenaria o campesinato à proletarização, à pobreza e à exclusão sendo sua tendência diminuir ou desaparecer. (CORREIA, 2012. p. 62)

A tese central de Kautsky (1980) se ampara na determinação do campesinato a partir da sua vinculação ao atraso do campo, que estaria fadado ao desaparecimento para que pudesse ocorrer o pleno desenvolvimento do capitalismo a partir da mecanização e da utilização de agroquímicos, e o fim das relações familiares, que buscam a subsistência, que daria lugar ao trabalho assalariado.

O que pode ser compreendido enquanto limitação histórica, visto que essa análise foi realizada no momento em que o modo de produção capitalista estava se estabelecendo, além disso, partindo de uma análise etapista da realidade, que negando o movimento histórico e dialético, acreditava no desenvolvimento da sociedade de forma linear.

Nessa questão reside o cerne das divergências, as quais não somente impediram o diálogo naquele momento, como também se arrastam até hoje, mesmo que metamorfoseadas, com a ressalva de que, há um século atrás, os teóricos tiveram que se valer de proposições de certa forma vagas, pois vivenciavam um momento de consolidação do modo de produção, com todas as indefinições e incógnitas características daquele momento de transição. [...] Entretanto, seria ato de extrema leviandade apontar pura e simplesmente tal equívoco sem ponderar a extraordinária visão de Kautsky e Lênin sobre a ação transformadora do capitalismo: a insuficiência de seus quadros de análise decorre, sobretudo, da concepção linear do processo histórico, que pressupunha etapas a serem cumpridas para se chegar ao socialismo. (PAULINO, 2006, p. 42)

Apesar de concordar com a tese do desaparecimento da classe camponesa, Lênin teceu duras críticas às concepções políticas de Kautsky (1980). De acordo com Lênin (1985), e baseando-se na análise da economia rural, que traz a diferenciação social como essência da tese do desaparecimento do campesinato, a ocorrência de camponeses ricos, que de fato iria se transformar em burguesia, a partir do processo de acumulação, se criaria uma grande massa de camponeses pobres, devido à sua impossibilidade de

reprodução social no campo a partir da expropriação do seu meio de vida e trabalho, que, posteriormente, se tornariam proletários, como visto no trecho seguinte:

[...] o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista. (LÊNIN, 1985, p. 35)

Além dessa divergência, existia uma diferença clara entre a definição do papel do campesinato no processo revolucionário. Na interpretação dos autores, percebe-se a subordinação dos camponeses na construção da revolução, devido a necessidade de se findar com as relações do sistema feudal, e desenvolver o capitalismo ao ponto de superá-lo e isso demandaria o fim do campesinato, como afirma Correia (2012):

Na visão de Lênin (1982), o camponês é tido igualmente como na concepção de Kautsky, como vestígio de modos de produção pré-capitalistas, porém, existe uma nítida diferença quanto ao papel político do campesinato. A concepção defendida por Lênin admite que os camponeses pobres possam ser sujeitos ativos da transformação das estruturas da sociedade mediante a aliança com a classe operária, embora de maneira subordinada. (CORREIA, 2012. p. 65)

O posicionamento no andamento desta pesquisa é de que há um equívoco nessa análise, dada, principalmente, pelo momento histórico em que foi realizada. No momento atual, percebe-se a importância da resistência camponesa, tanto para manterem a sua reprodução social, como na organização de movimentos de luta pela terra que não se encerram nessa pauta, defendendo, inclusive, o socialismo e o construindo cotidianamente.

Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo no campo deveria se dar de forma a acabar com todos os traços do feudalismo na Rússia, pois baseando-se nos escritos de Marx, o autor defendia que não era possível um país transitar para o socialismo sem ter passado pela fase capitalista, na qual se desenvolveriam as forças produtivas e criar-se-iam as contradições para a superação da questão fundamental, que é a sociedade dividida em classes. E este desenvolvimento estaria umbilicalmente relacionado com o crescimento e fortalecimento de uma sociedade com características majoritárias do setor industrial e urbano. Com base nessa discussão aponta o autor:

A separação entre indústria e agricultura acompanha a desintegração do campesinato e se opera por vias distintas nos dois polos da aldeia: a minoria rica cria empresas industriais, desenvolve-as, melhora a agricultura, emprega operários agrícolas, consagra a indústria uma parte progressivamente maior do ano e, quando a indústria chega a certo nível de desenvolvimento, estima que é mais lucrativo separar as empresas industriais das suas explorações agrícolas, [...] para se converter em pequenos burgueses ou comerciantes. (LÊNIN, 1985, p. 242)

Pode-se afirmar que tais concepções tinham em comum uma incompreensão da totalidade, ao tratar como lei universal uma experiência empírica realizada por Marx na Inglaterra, que foi o primeiro país industrializado do mundo, tratando de forma consequente e linear os modos de produção (comunal, escravista, feudal, capitalista, socialista), que evoluíam gradativamente seguindo apenas uma determinada ordem. Além disso, os teóricos do marxismo ortodoxo consideram que Marx subscrevia uma teoria geral dos modos de produção e formações socioeconômicas aplicável universalmente a todas as sociedades históricas. (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 43), o que levava, ainda mais, a essas compreensões reduzidas da realidade:

Para os marxistas ortodoxos, essa periodização, que corresponde em linhas gerais à realizada por Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1972 a), se aplica a qualquer sociedade histórica para conhecer seu estado de evolução para o progresso: a sociedade sem classes, quer dizer, o socialismo, modo de produção posterior ao capitalismo, no qual se superam as contradições deste. Portanto, uma determinada estrutura socioeconômica se constrói sobre as bases das antigas formas de produzir, pensar e atuar do modo de produção anterior, numa sequência taxonômica única pelos períodos de transição até alcançar uma coerência entre a base material e a superestrutura política, ideológica e cultural, consolidando-se assim um novo modo de produção. A mudança social na história se produz por meio de leis de transformação dos modos de produção irreconciliáveis entre si numa sequência compartimentada de fases históricas, quer dizer, um processo unilinear (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 44)

Destaca-se, ainda, o elemento de que a agricultura não foi uma centralidade nos escritos de Marx, que a analisou a realidade partindo da hipótese de que, no capitalismo, esse era um ramo da indústria, porém, o estudo sobre o campesinato ainda não tinha amadurecido quando o mesmo morreu, deixando uma lacuna no que diz respeito a essa categoria. “Presumia, pois, que O Capital possuía um vazio teórico que havia de ser preenchido. Trabalho esse que atribuíram a Lênin e Kautsky. (GUZMÁN e MOLINA,

2005).

Marx, em sua obra-chave, *O Capital* (1867 – 1869), pesquisou os mecanismos pelos quais funcionava e se desenvolvia o capitalismo. Seu tratamento da agricultura se encontrava, todavia, limitado pela estratégia metodológica adotada em tal obra, que se conhece com o nome de estratégia da marcha pra trás, ou método regressivo. Consistia este em estabelecer, desde o presente, diferentes hipóteses sobre o futuro da agricultura. A partir do modelo hipotético assim construído, toma aqueles elementos que se postulam como essenciais para perceber sua evolução. [...] Para analisar os elementos básicos da agricultura, Marx em *O Capital*, estabeleceu a hipótese de que a agricultura europeia seria, no futuro, um ramo da indústria. Por isso, não fez uma análise específica para ela no presente histórico, mas para os elementos teóricos-chave da agricultura em cada uma das formações sociais pré-capitalistas, e no período em transição do feudalismo ao capitalismo. (GUZMÁN e MOLINA, 2005. p. 47)

Posto isso, é possível entender em que se baseava os autores do marxismo ortodoxo em relação ao desenvolvimento e do irreversível desaparecimento do campesinato. Em um esforço de síntese, Guzmán e Molina (2005), definem quais os principais pontos dessa interpretação:

1. Evolução unilinear: as transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do progresso como resultado, gerando formas de polarização social nas quais se produz um processo acumulativo de formas de exploração social.
2. Sequência histórica: tais formas de exploração se inserem em fases históricas de evolução das sociedades em que a reprodução das relações econômicas e sociais responde à lógica de funcionamento das forças produtivas.
3. Dissolução do campesinato: a aparição do capitalismo, como modo de produção anterior ao socialista, determina a dissolução do campesinato como organização socioeconômica característica dos modos de produção anteriores a ele. A centralização e a concentração, como processos necessários ao capitalismo industrial, eliminam o campesinato da agricultura por ele ser incapaz de se incorporar ao progresso técnico.
4. Superioridade da grande empresa agrícola: as grandes possibilidades de adaptação da grande exploração ao funcionamento da agricultura capitalista, como um ramo a mais da indústria, dotam o latifúndio de uma potencial superioridade técnica que, por meio das vantagens das economias de escala, permitiriam o crescimento de sua composição orgânica do capital, avançando assim para a socialização da produção agrária.
5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração: como resultado do anterior, a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarianização do campesinato e a polarização social no campo. (GUZMÁN e MOLINA, 2005. p. 49 – 50)

Já nos últimos dez anos de sua vida, Marx inicia uma análise do campesinato no

processo histórico. Ao fazê-lo, retoma alguns problemas colocados em relação à unilinearidade da evolução das sociedades, colocando à tona uma possibilidade de evolução multilinear do progresso, o que abriu diversas frentes de debates entre os autores pós-Marx, como será apresentado a seguir.

Rosa Luxemburgo, Nikholai Bujarin e E. Preobrazhensky são alguns dos autores que desenvolvem uma teoria em oposição ao marxismo ortodoxo, chamado de Marxismo clássico heterodoxo. Dentro dessa nova perspectiva, se estabelece um marco teórico sobre os “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de “regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles”. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade. (GUZMÁN e MOLINA, 2005)

(...) historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. (LUXEMBURGO, 1985. p. 285).

De acordo com a autora, o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa necessariamente o fim do campesinato, visto que é de grande importância para o capitalismo o desenvolvimento de relações não-capitalistas, ou as também chamadas de pré-capitalistas, para que o mesmo encontre meios de realizar a exploração de formas diferentes. Tem-se como exemplo da atualidade os casos de produção de frangos no sul do Brasil, em que se fomenta a produção de cooperativas familiares nas quais as grandes empresas se apropriam do trabalho do camponês, sem necessariamente territorializarem no campo¹. Por isso, para o capital se desenvolver, faz-se necessário a recriação do campesinato para completar o seu ciclo produtivo, como afirma Rosa Luxemburgo.

Tal compreensão se comprova na atualidade, já que, estamos no século XXI e ainda não ocorreu a extinção do campesinato, mas a sua transformação e recriação no capitalismo, porém, isso não se deve somente ao processo de acumulação do capital,

¹O trabalho de Noeli Pertille, Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense (2008) analisa o processo de produção agroindustrial catarinense e as vias de territorialização e monopolização do capital no campo.

mas à luta pela terra e as diversas formas de organização da produção e do trabalho.

Também em oposição às teses de Kautsky e Lenin, o autor russo Chayanov, fazia a defesa da permanência da classe camponesa e desenvolveu seus pensamentos sobre a concepção de que relações de produção não capitalistas, tais como as do campesinato, são inerentes ao capitalismo, centrando-se na teoria da organização da unidade econômica camponesa, tendo como esforço intelectual, explicar a racionalidade e as particularidades da produção a partir de seu interior, e não a partir das comparações externas, como na confrontação do campesinato com uma estrutura de classes consolidada e exteriores a eles. Sobre este debate, afirma Costa:

Ao contrário de Marx, cuja perspectiva parte do sistema econômico para a análise da relação campesinato/capitalismo, e dos que o sucedem insistindo na dominância das mesmas tendências, a teoria chayanoviana do campesinato parte de uma perspectiva microeconômica. Enquanto no primeiro caso se chegava à visualização de unidades produtivas cujo comportamento específico (quando comparado ao comportamento capitalista) levaria a resultados homogêneos (a não internalização do sobre trabalho...), para a perspectiva chayanoviana o caráter específico da unidade camponesa leva a uma economia sem determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, seja do lucro seja da renda da terra, seja do salário. Partindo daí, Chayanov formula sua teoria do investimento camponês. (COSTA, 1994. p. 11-12)

O autor empreendeu, ainda, uma análise do campesinato sob o ponto de vista interno, traçando uma relação entre os núcleos familiares e o equilíbrio entre a produção e o consumo, que seriam compreendidos por ele como os principais trunfos para a resistência desse grupo. Chayanov (1974), diferentemente de Kautsky e Lênin, não analisa os camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, ao contrário, faz uma avaliação subjetiva sobre a natureza da produção camponesa e a compreende como um modo de produção. O autor também identificou uma diferenciação camponesa, mas completamente diferente da diferenciação social defendida por Lênin, o que resultaria no desaparecimento do campesinato no capitalismo. Correia (2012)

A diferenciação, para Chayanov, longe de ser a possibilidade de descamponização, era uma estratégia de manutenção da condição de camponês diretamente relacionada com o ciclo de desenvolvimento da família e, portanto, indispensável à compreensão da permanência camponesa. Para o autor, o que estava em curso no campo russo não era um processo de desigualdade e antagonismo de classe no seio do campesinato, numa competição própria da lógica capitalista que levaria inflexivelmente à desintegração do mundo camponês.

Mas, sim, um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. Assim sendo, a diferenciação não resultaria na proletarização (futuro operário) ou na acumulação (pequeno patrão) como lógica capitalista. Na verdade, era expressão de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família, em que o padrão de vida e a amplitude das exigências de consumo também figuravam como fatores decisivos para a estrutura da unidade produtiva camponesa (p. 33). (ALMEIDA e PAULINO, 2010. p. 33)

Chayanov (1974) compreende o campesinato como uma classe transcendente que coexiste com os demais modos de produção, a partir da sua resistência e recriação dentro do sistema capitalista. A diferença entre camponeses e capitalistas se dá ao modo de que para os primeiros, a satisfação das necessidades da família representa o limite, enquanto para o segundo são os meios de produção o limite para a intensificação da exploração. Apesar disso, o autor ponderou, e coloca a possibilidade dessa extinção ocorrer em mais longo prazo. E a história vem nos mostrando que a análise mais correta foi a dele.

(...) podemos ver con toda claridad que no hay que esperar necesariamente que el desarrollo de la influencia capitalista y la concentracion en la agricultura desenboquen en la creación y el desarrollo de latifundios. Con Mayor probabilidad había que esperar que el capitalismo comercial y financiero establezca una dictadura económica sobre considerables setores de la agricultura, la cual permacería como antes en lo relativo a producción, compuesta de empresas familiares de explotación agrícola en pequeña escala sujetas en su organización interna a las leyes del balance entre trabajo y consumo (CHAYANOV, 1974, p. 42).

A família camponesa, para Chayanov (1974), é aquela que não contrata mão-de-obra externa, e se a contrata é muito limitada e necessária devido a um determinado período que seja preciso maior dispêndio de força vital. É importante mencionar que para Chayanov, a família camponesa também terá acesso a um processo de tecnificação de sua produção.

[...] deberá evolucionar históricamente el nuevo agro en la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economía en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado e electrificado; un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y la tecnología agrícola (CHAYANOV, 1974, p. 43 - 44).

Ainda de acordo com o referido autor, uma das características desse grupo social é

estar alicerçada nas condições de subsistência e que a partir teoria do balanço entre trabalho e consumo pode-se dizer que o camponês varia a sua quantidade de trabalho a partir da demanda familiar, ou seja, conforme as necessidades familiares aumentam, mais o camponês deve produzir e o volume desta atividade depende do número de consumidores e nunca do número de trabalhadores.

[...] el trabajador campesino estimulado al trabajo por las necesidades de su familia desarrolla mayor energía al aumentar la presión de estas necesidades. La medida de la autoexploración depende en mayor grado del consumo de su familia. La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en este caso con tanta fuerza que en una serie de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su producción en estricta concordancia con el número creciente de consumidores. El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores. (CHAYANOV, 1974, p.81).

A formulação acima, contudo, se opõe à concepção do desaparecimento dos camponeses pela via de sua inserção no mercado. O autor afirma a manutenção da existência desse grupo social, que a partir de mecanismos de sobrevivência, além da necessidade do capital, resistem ao processo de avanço do capitalismo no campo. O autor procurou analisar, ainda, os fenômenos sociopolíticos a partir da crença no fim da sociedade de classes, mas sem extinguir a classe camponesa para tal.

Teodor Shanin (1988, p. 142 – 148) sistematiza três elementos-chave que sustentam a teoria Chayanoviana: 1) As cooperativas rurais: esse conceito supunha uma democracia de base, na qual os agricultores estabeleceriam uma forma de ação coletiva para a sociabilização do trabalho própria da forma familiar; 2) Os ótimos diferenciais: este conceito se refere à combinação de estruturas econômicas e sociais que, nas formas de exploração agrária introduz certas peculiaridades, como o conhecimento local, que pode atuar na produção de tecnologias autóctones aumentando a capacidade de captar o potencial endógeno dos recursos naturais; e 3) A cooperação vertical: o último conceito é uma proposta de organização flexível de cooperativas de diferentes tamanhos, que protegeria os menores estabelecimentos frente a mercantilização parcial, que é uma ação do capital para retirada de renda.

O sentido da defesa do grupo social campesinato se baseia na necessidade de definir qual o sujeito se está tratando no decorrer da pesquisa, pois é imprescindível a compreensão da historicidade e da representação desse sujeito no que se refere à luta

pela terra de trabalho e as relações construídas por esse grupo social no espaço em que se produzem.

2.2.1 O campesinato brasileiro - “...É a parte que te cabe deste latifúndio/ É a terra que querias, ver dividida”

A delimitação conceitual de campesinato no Brasil é, sobretudo, um exercício político, porém, isso não tira desse conceito a compreensão de categoria científica e social que representa o modo de vida e a produção e reprodução de parte da população rural do país. Nessa perspectiva Martins (1986) aponta que:

[...] camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponesa não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986, p.22-23).

A compreensão desse grupo social como representação coletiva de sujeitos históricos que resistem e se recriam cotidianamente deve ser destacada, para que se realize uma construção teórica acerca dele:

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009)

Para além da definição ideológica, os camponeses também se organizam e se materializam na prática, tendo características fundamentais de seu modo de vida que se expressa em formas coletivas de produção e reprodução social, que serão aqui discutidos, a fim de procurar deslindar o lugar deste grupo na questão agrária brasileira:

Os camponeses se caracterizam, principalmente pelas relações de produção. Na economia camponesa destaca-se pelo trabalho familiar, pela economia de subsistência, pela propriedade familiar e controle da terra (expresso no direito a posse), ou seja, do controle dos meios de produção, além do planejamento e cálculo/tempo da produção, diferenciando dos não-camponeses e das propriedades capitalistas. A terra configura-se como o espaço da produção e da reprodução da vida. A resistência e a luta pela terra refletem as tentativas de enfrentamento aos projetos do capital (monopolização da produção e tentativas de territorialização). (FÉLIX, 2010. p. 13)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006) afirma ainda:

Como classe sui generis do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. (OLIVEIRA, 2006, p.16).

Dessa maneira, a resistência ao avanço do capitalismo no campo, e, ao mesmo tempo, a inserção desse grupo no mercado, mesmo que de forma precarizada, é um importante traço da questão agrária no país. Podendo-se afirmar que a existência do campesinato, em certos momentos, é necessária ao modo de produção capitalista, e, em outros momentos, é vista como ameaça a essa ordem.

Assim, há momentos em que o campesinato serve ao capital, como mão de obra assalariada rural e enquanto produtor de alimentos que interferem nos valores dos salários dos/as trabalhadores/as urbanos/as, por exemplo. Essa condição é um dos fatores de manutenção da existência desse grupo social, como defendido por Rosa Luxemburgo. Em outros momentos, o processo de resistência é um problema, tal como na luta pela terra, pelas ocupações, que contradizem a ordem vigente de propriedade privada e a disputa por políticas de públicas.. Taussig (1980) aborda esse duplo papel:

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980. p. 10)

Percebe-se, pois, que na segunda metade do século XX, com as transformações

geradas pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro, os debates em questão, realizados na Europa no século XIX foram retomados.

Discute-se o futuro da agricultura camponesa, fala-se no seu inevitável fim, no entanto, há séculos se falava na extinção do campesinato, e, hoje, este segmento resiste, com dificuldades, porém continua lutando pelo direito de permanecer na terra. A história do campesinato continua sendo escrita na sociedade, apesar dos avanços do capitalismo no mundo, tal como afirma Marques (2008):

A relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino pré - determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados. (MARQUES, 2008, p. 60)

Quando se realiza essa análise no campo brasileiro, deve-se entender de que forma o debate clássico reverbera na construção da teoria para o país bem como levar em conta as especificidades e diferenças no desenvolvimento do modo de produção nos países onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente. Reafirma-se, aqui, a atualidade da reivindicação do campesinato, tanto pela questão política de dar visibilidade a um grupo social que se organiza e se unifica pelo regime de produção, mas, ainda mais pelo histórico de luta e resistência na terra.

Segundo Silveira (1992), o camponês é fruto das contradições da expansão do modo de produção capitalista, pois engendra relações não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção e reprodução do capital por meio de relações de trabalho não-capitalistas.

O campesinato brasileiro sempre foi parte integrante do processo de produção capitalista brasileiro, reproduziu-se e se transformou contraditoriamente no seio da dinâmica desse processo. Porém, sempre ocupou uma posição subordinada, pois a expansão capitalista no campo brasileiro se deu desde o início, em favor das grandes unidades produtivas. Desde os momentos iniciais da colonização brasileira, privilegiaram-se as grandes glebas de terras. Ao lado desses latifúndios, a pequena produção familiar sempre coexistiu sujeita e suprindo as necessidades dos primeiros, ora como reserva de mão de obra, ora como reserva de subsistência. (SILVEIRA, 1992. p. 44)

Ainda no debate clássico sobre o campesinato no Brasil, o texto do autor Otávio Ianni (1986), é uma das importantes publicações referentes ao tema, que traz uma dura crítica à produção do marxismo ortodoxo, ao considerar que o camponês é subjugado enquanto classe não revolucionária por não estar nos padrões previstos pelo “marxismo doutrinário” (IANNI, 1986, p. 2):

Eu acho que aí está um paradoxo e muito da controvérsia política e teórica sobre o campesinato tem a ver com isso. Daí autores frequentemente afirmaram que o campesinato é uma categoria pouco politizada, pré-política, há um certo primitivismo político nas lutas dos camponeses. E, classicamente, como se sabe, se atribui a condição de “povos sem história”, de grupos e nacionalidades que não têm viabilidade histórica, em certas situações. Mais do que isso, frequentemente, se afirma o campesinato como sendo contrarrevolucionário, devido ao caráter das suas reivindicações. (IANNI, 1986, p. 2)

A discussão do autor buscou visibilizar a luta camponesa na história, contrapondo o posicionamento que definia o campesinato como uma classe fadada ao fracasso, ou mesmo que estaria no movimento contrarrevolucionário, já que as pautas dos camponeses têm princípios burgueses, que estão em torno da conquista e manutenção da terra enquanto propriedade privada, pois, reconta os processos revolucionários burgueses e socialistas, mostrando a participação camponesa, porém, pondera, que não é esse o grupo social protagonista nestes processos. Ainda neste artigo, o autor aponta questões fundamentais em relação às características desse grupo, que por ora são considerados enquanto classe econômica e em outros momentos enquanto classe política:

O campesinato que parece ser disperso, atomizado, que está vivendo as suas condições de vida e trabalho, esse campesinato é um fermento da história, é um ingrediente das lutas sociais. As suas lutas, as suas reivindicações entram no movimento da história. Então, se coloca o problema de que o campesinato, além de serem pequenos produtores, sitiados, posseiros, colonos ou o que seja, além de lutarem pela terra, além de quererem a posse e uso da terra e uma certa apropriação do produto do trabalho, o campesinato representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade, ele representa uma comunidade. E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho é que faz do campesinato uma força relevante. Isto é, é que coloca o campesinato como uma categoria que mostra para a sociedade não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. Aponta e reaponta continuamente uma outra forma de organizar a vida.

(IANNI, 1986, p. 6)

O autor traz algumas reflexões fundamentais para que se compreenda o campesinato, que não se conforma, necessariamente, como uma classe social, mas como fração da classe trabalhadora com características específicas que denotam o seu modo de vida e suas formas de resistência. Essa categoria traz em seu cerne uma forma de produzir e reproduzir suas vidas a partir da coletividade com símbolos e identidades comunitárias, que os tornam sujeitos de uma construção social enquanto agentes importantes para a compreensão da realidade brasileira, no campo e na cidade.

No Brasil, o sujeito camponês apresenta algumas características que claramente o diferenciam do camponês analisado na Europa do século XIX, e é possível afirmar que:

A formação do campesinato brasileiro guarda as suas peculiaridades advindas da exclusão planejada pelo capitalismo e pelo latifúndio escravista. No Brasil, o camponês esteve cotidianamente ligado ao movimento migratório, pois o acesso à terra sempre foi um problema social, por isso “o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.” (MARQUES, 2008, p. 60)

Percebe-se, ainda, a concentração de terras enquanto uma das principais marcas do campo brasileiro, que desde o período colonial se conformou a partir dos grandes latifúndios e do sistema *plantation*, iniciado pela doação de sesmarias. Santo Amaro, por exemplo, sede do objeto de estudo, faz parte de uma região marcada fortemente por esse modelo de produção, estando por muito tempo no centro da produção sucroalcooleira, principal cultura da colônia entre os séculos XVI e XVIII, o que dá até hoje, a esta região, condições de desigualdade no campo, com grandes latifúndios de produção de cana-de-açúcar que sempre ocupou as terras mais férteis, caracterizadas pelo solo massapê, relegando para as produções de alimentos (roça de pobre) e fumo os solos mais pobres.

O modelo concentrador e excludente no que compete ao acesso a terra no Brasil é ratificado pela Lei de Terras (Lei 601 de 18 de setembro de 1850):

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Parapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado em processa-los o puni-los, e farão efectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000. (BRASIL, Lei 601 de 18 de setembro de 1850)

Esta lei, que foi promulgada com o principal intuito de não permitir que os escravos libertos e os imigrantes pobres se tornassem proprietários de terras, marca o início da propriedade privada formal das terras em nosso país. A lei de terras garantiu a expressão do interesse do latifúndio, instaurando o início de um novo período na história das relações no campo brasileiro.

A importância histórica deste momento está no marco de transformações das relações econômicas de propriedade, abrindo o caminho para o modo de produção capitalista, pois este projeto que foi apresentado em 1843 e aprovado em 1850, duas semanas antes da extinção legal do tráfico de escravo. (CARVALHO, 2011).

Assinala-se, pois, que a questão agrária brasileira tem marcas profundas desse momento, desde o processo de colonização e distribuição desigual das terras e pelos problemas agravados pela não realização da política de reforma agrária no país:

As raízes dos problemas fundiários no Brasil são reflexos da construção histórica da formação da propriedade. Essa herança provém da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra (FURTADO, 1989)

Martins (1981, p. 38) afirma que o sentido do monopólio fundiário legitimado pela Lei de Terras está na necessidade de viabilizar a alienação dos trabalhadores e a extração de renda da terra, afastando do meio de vida e de trabalho os negros “libertos” pela Lei Áurea. O autor afirma ainda que o campesinato brasileiro tradicional foi concebido junto ao sistema escravista-latifundiário-exportador, expresso pelo sistema de sesmarias:

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de camponato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determina fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão” (MARTINS, 1986, p. 38).

Dessa forma, Martins (1986) considera que o projeto agrário no Brasil foi deliberadamente concentrador, onde a ampla exploração de trabalho foi garantida. A política de subsídios fiscais sobrepõe a política de reforma agrária.

É por essa razão que se parte do pressuposto que a imbricação da questão fundiária com a opção política de crescimento econômico tem gerado conflitos, expressos nas mais variadas formas de insatisfação popular e enfrentamento ao longo do tempo, haja vista as diferentes estratégias de exploração postas em prática no decorrer do processo de mercantilização da terra no interior da produção capitalista. (MARTINS, 1986, p.35)

Ainda aponta Martins (1986):

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias. (MARTINS, 1986, p.38).

O camponato brasileiro é, então, um produto dessas contradições e a presente análise e compreensão desse grupo deve levar em conta questões relativas ao espaço, sujeitos e tempo histórico-social de forma dialética, afirmando, ainda, que não existe avanço do capital sem resistência da classe trabalhadora, logo, o aumento da concentração de terras e da expropriação e exploração no campo, aumenta, também, o número de camponeses em luta pela terra, bem como os conflitos, sendo esses dois últimos também fundamentais para que a história do camponato, que se move, no campo brasileiro, pela contradição entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa.

A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do camponato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos

sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151)

Há que se compreender que o conceito de campesinato traz uma série de debates importantes para a compreensão da formação social e econômica brasileira, com uma produção acadêmica bastante heterogênea, que partem de diferentes análises clássicas do campesinato no mundo.

Com base na análise do camponês que se integra ao mercado a partir do avanço do capitalismo no campo e da ação de políticas públicas, alguns autores descaracterizam esse grupo utilizando como referencial, apenas, a sua atividade profissional, escamoteando o papel desse sujeito social no próprio desenvolvimento do capitalismo e a razão histórica desse grupo frente à resistência e à luta de classes.

Não é possível identificar a categoria camponesa a partir, apenas, do seu conteúdo econômico, pois se acaba decorrendo do erro de impor a esse grupo social uma condição de negação ao seu modo de vida e de produção e reprodução social. Negligenciando-se, ainda as questões da formação social e econômica brasileira, dessa maneira, preferiu-se deixar de lado a questão da resistência em um campo de conflitos, e passou a se caracterizar um grupo social pelas suas atividades laborativas, afirmando uma inserção no mercado capitalista, sem que haja compreensão de qual é o seu lugar nesse modo de produção. Thomaz Júnior (2008) traz algumas contribuições a esse debate:

Sem contar o apego à especificidade da atividade laborativa principal, como lavar a terra, cuidar das plantações, tratar dos animais, tanto por parte de pesquisadores quanto de sindicalistas, para expressar o entendimento de que o referencial do processo mais geral de divisão técnica do trabalho é o que delimita o campesinato como parte ou não da classe trabalhadora. Assim, não estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama social que caracteriza a comunidade camponesa, que de forma mais intensa em países como o Brasil, vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa a condição para manter sua realidade/identidade camponesa. Por outro lado, a metamorfose, que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era o modo de vida se converte em profissão, numa forma de trabalho, exclui o campesinato da denominação profissional, e como tal para fugir dessa infuriada classificação lhe resta a integração ao mercado. (THOMAZ JUNIOR, 2009. p. 293)

O autor se contrapõe a linha que condiciona o camponês apenas a sua participação na sociedade capitalista, sem trazer à tona as questões fundamentais, de produção e reprodução dessa categoria, como seu modo de vida e relação com o mercado, e, também, para com os meios de produção. Outro autor que demarca seu posicionamento em relação à conceituação de campesinato enquanto categoria é Marques (2004), que no trecho a seguir, lista algumas características as quais considera fundamentais para a compreensão desse grupo social:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (Marques, 2004, p. 145).

Um dos teóricos brasileiros que segue essa concepção teórica, afirmando a relevância da agricultura familiar, é Ricardo Abramovay, defendendo que o conjunto de agricultores que estão hoje nos países capitalistas tem, na sua atividade profissional, a herança dos trabalhadores camponeses, porém, a sua existência atual não pode ser comparada com a de outrora, visto as extremas modificações ocorridas em âmbito socioeconômico e histórico. Nessa linha, se é defendido o conceito de agricultura familiar, em que Abramovay (1992) afirma:

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. (ABRAMOVAY, 1992. p. 19)

Ou seja, de acordo com o referido autor (1992), o agricultor, mesmo que de pequeno porte, ao se integrar ao mercado e se utilizar do desenvolvimento das forças produtivas, como os pacotes tecnológicos e a racionalização da produção, não pode ser conceituado como um camponês, já que está inserido em um processo de modernização da agricultura, reestruturação social no meio agrário e ação do Estado nas políticas voltadas à agricultura capitalista. E para que seja considerado como agricultor familiar deve-se ater a alguns critérios:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Apesar de criticar as obras de Marx, Kautsky e Lenin que versam sobre esse tema, Abramovay (1997) também defende que o destino do campesinato é o seu desaparecimento.

É impossível encontrar na estrutura de O capital um conceito de camponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1998, p. 35).

Segundo Abramovay (1992, p. 104) o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais e produção de mercadoria é o elemento central, escolhendo então o critério predominantemente econômico “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social”.

Já na obra de Hespanhol (2000) também é questionado o conceito de camponês, com a justificativa de que o mesmo não é claro e poder ser substituído pelo conceito de agricultor familiar. Ela afirma:

A utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

A pesquisadora restringiu o seu foco de análise às formas tradicionais de acesso à terra representado pelos pequenos proprietários e arrendatários que, conduzindo diretamente as atividades e utilizando predominantemente mão de obra familiar. Esta opção é responsável pelo desaparecimento dos demais camponeses como, por exemplo, os posseiros, os agregados, os moradores, os rendeiros, os assentados, os acampados, etc.

Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que vêm sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêm sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital. Os primeiros querem eliminar a face conservadora do campesinato, na polêmica representação de MARX, 1979. Os segundos querem eliminar a face transformadora do campesinato, como por exemplo: a participação nas lutas revolucionárias do século XX, analisada por WOLF, 1984. (FERNANDES, 2001. p. 5)

Nesse sentido, considera-se aqui que essa linha teórica, por vezes, pode representar ideologicamente a classe hegemônica, que tenta invisibilizar esse grupo, ao passo que o aponta como cada vez mais adaptado ao mercado, negando os fatores aqui definidos como sustentação teórica e política da existência e resistência dos camponeses:

Sobre este conceito [agricultura familiar], é importante lembrar que esta é uma categoria política formulada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em meados dos anos 1990. Procurou-se introduzir o novo conceito “agricultura familiar”, para esvaziar as reivindicações políticas e sociais do campesinato – termo que expressa um modo de vida. Esta nova categoria diverge daquela que representa as lutas travadas no campo brasileiro, das lutas históricas realizadas pela classe camponesa que busca uma distribuição mais humana e socialmente justa de acesso à terra por meio da realização de uma reforma agrária. Ou seja, para impedir a recriação do campesinato, o governo FHC elaborou políticas que trouxeram e trazem para o plano econômico as questões sociais que envolvem a luta por acesso à terra. (MARQUES, 2002, p. 7)

Nas palavras de Antônio Thomaz Júnior (2009, p. 291):

Apesar da esperada despolitização da questão agrária com a substituição do enunciado conceitual de camponês para pequeno produtor, tendo em vista que a centralidade da dimensão do trabalho se resolveria via mercado (capacidade de adotar o pacote tecnológico e de absorver dos subsídios públicos e políticas creditícias), a utilização combinada, e por certo, desenraizada das motivações originais, produziu muita confusão no debate teórico. Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos da classe hegemônica e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra,

Percebe-se uma dupla movimentação em relação ao conceito de campesinato, onde, hora, ele é esvaziado de política, traçando o seu destino e sua função a partir da visão mercadológica, sem levar em conta a sua posição frente as contradições impostas pelo capitalismo no campo, e em outros momentos, é apresentada de forma ideológica com o intuito de fortalecer um conjunto de trabalhadores/as que são parte da formação social e econômica do Brasil e que vêm, há séculos, resistindo aos processos de expropriação do seu meio de trabalho e vida, que é a terra.

Reelaboram-se novas categorias científicas que ressignificam o campesinato. E isso ocorre de duas formas: a) quando realizada pelo Estado, que procura introduzir uma nova categoria através de políticas públicas de financiamento, afirmando a existência de uma agricultura familiar. Com a produção da categoria “agricultor familiar”, nega-se, politicamente, a existência de uma classe camponesa brasileira e das lutas historicamente travadas por ela. b) quando esta categoria é ressignificada pelos próprios camponeses - e os movimentos sociais ligados a eles - que procuram se fortalecer. Em suas reivindicações políticas por direitos a conquistar, passam a se nomear de acordo com suas características identitárias vinculadas aos seus territórios. (CUNHA, 2011, p. 3)

Nessa discussão, o camponês é visibilizado e compreendido como categoria social, científica e política. Entende-se, pois, a importância desse modo de vida que se formou e que permanece existindo no Brasil, ao passo que sua conceituação nos permite captar como esta parcela da população se organiza e se articula para permanecer produzindo e se reproduzindo, ao mesmo tempo à margem e dentro de um sistema que o subjuga.

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra. (FERNANDES, 2001. p. 4)

O campesinato brasileiro se constrói em uma história de insubordinação e resistência contra o poder dos coronéis, depois contra os grileiros, fazendeiros e, por fim, dos capitalistas que extraem renda. Indo aos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga é possível deparar-se com algumas questões aqui apontadas, o debate do conceito de

campesinato deve encontrar espaço na prática da pesquisa para que se tenha uma análise da realidade concreta e dos sujeitos que compõem a produção do espaço agrário no município de Santo Amaro.

A questão agrária no município tem fortes marcas do processo de colonização, com a manutenção de grandes extensões de terra para a produção da cana-de-açúcar e pastagem, estas questões serão mais exploradas no capítulo que se refere à Produção do Espaço Agrário de Santo Amaro, porém, pode-se aqui apontar algumas problemáticas referentes à questão da identidade camponesa nos assentamentos.

Ao serem questionados sobre a sua identificação, muitos dos assentados trouxeram a tona a questão da pluriatividade, ou seja, devido ao processo de exclusão e empobrecimento do campo, a necessidade de realizar atividades para além das agropecuárias. Os Assentamentos Pitinga e Bela Vista se caracterizam por apresentar em sua grande maioria camponeses pobres que são obrigados a buscar outras formas de trabalho para completar as necessidades de sua família e dar continuidade ao desenvolvimento do trabalho em seu estabelecimento.

Portanto, um dos elementos mais importantes da questão agrária brasileira é a problemática da pobreza lastreada na desigualdade social gerada pela desintegração do campesinato com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Este é nos dias atuais o problema fundamental da análise no campo, ao mesmo tempo que a flexibilidade do campesinato é o principal elemento que possibilita a sua sobrevivência e reprodução no interior do capitalismo.

Durante séculos, o camponês modificou sua forma de produção e vida, suas relações com o mercado e com a cidade, contudo, preservou sua característica básica: a produção familiar por relações não capitalistas e a resistência. Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que tem a terra como local de produção e reprodução social; que lutam pela permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Possuindo diversos graus de tecnificação, integração ao mercado, conhecimento e qualidade de vida, os camponeses podem ser pobres, médios ou ricos (GIRARDI, 2008).

Portanto, entende-se que os problemas que compõem a questão agrária estão ligados ao processo de diferenciação e desintegração do campesinato. A principal consequência da desintegração do campesinato é a pobreza do camponês, sua baixa qualidade

de vida e a dependência de fatores externos para conseguir produzir e permanecer em seu estabelecimento.

Sendo assim, o camponês é, também, fruto do modo de produção capitalista, não estando à margem, nem dependendo do consentimento do sistema para existir. Enquanto grupo social é explicitamente fruto da contradição do modelo de produção. No entanto, campesinato e capitalismo são diferentes, por mais que se possa observar a integração do primeiro no modo de produção do capital.

Segundo Oliveira (2007),

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Por esse motivo, é de extrema importância compreender que o MST se caracteriza pela criação e recriação do campesinato, organizando as famílias sem terra e sem emprego, trazendo uma nova alternativa de vida com a conquista da terra.

Portanto, o capitalismo, através de seu desenvolvimento contraditório, utiliza-se de formas não capitalistas de produção para obter mais valia, e, por isso, ao mesmo tempo em que destrói formas organizacionais de parte do campesinato, também recria. Já o campesinato, por sua vez, se recria cotidianamente para (r)existir. Os movimentos camponeses, enquanto grupo social, tem realizado a sua recriação a partir da luta pela terra. Como exemplo, vale destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.3 Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa: Constituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Ao analisar os programas PNAE e PAA e suas implicações na produção do espaço agrário deve-se compreender primeiramente do que se trata a Segurança Alimentar e Nutricional e o contexto no qual essas políticas estão inseridas. Visto que, é em meio ao debate da alimentação como direito social inalienável, que estas políticas são elaboradas.

No Brasil, após um longo processo de estudos e debates, realizados desde a década de 1930, chega-se em 2000 a uma síntese do que significa a Segurança Alimentar e Nutricional, segundo o poder público, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabelece em seus artigos 2º e 3º:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006)

O termo “Segurança Alimentar” começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Com a experiência da guerra, sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. Nessa época o seu conceito tinha estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (SANTOS, 2007 *apud* MACEDO, Et al, 2009. p. 3).

Com o fim Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, na Conferência de San Francisco, percebe-se uma continuidade dos debates sobre o conceito de segurança alimentar, mas, com diferentes visões do que isso significava.

No seio das recém-criadas organizações intergovernamentais (FAO e outros), já se podia observar a tensão política entre os organismos que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano e aqueles que entendiam que a Segurança Alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (Instituições de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, dentre outros). (LEHMAN, 1996, p. 2)

A visão hegemônica nesse período instituiu a segurança alimentar como uma política

de abastecimento e estoque, no qual a insuficiência era o principal problema a ser resolvido, e para tal, foram criados mecanismos de assistência como programas de arrecadação e doação de alimentos mundiais.

No Brasil, o debate sobre a segurança alimentar é iniciado com os inquéritos alimentares, primeiras análises do fenômeno da fome no Brasil, coordenados por Josué de Castro, no ano de 1938:

Os marcos que influenciaram a concepção e a implementação de propostas inovadoras no campo da nutrição surgiram na década de 30. O inquérito promovido por Josué de Castro no Recife, em 1933, sobre as condições de vida das classes operárias revelou a ocorrência de déficit calórico e de nutrientes e motivou o desenvolvimento de novas pesquisas acerca da situação alimentar em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, estabelecendo as relações entre alimentação e salário mínimo. (ARRUDA, 2007, p. 1)

Foi a partir das conclusões destes estudos² que se criou o Serviço Central de Alimentação, pelo decreto lei nº1. 469 de 1 de agosto de 1939 (MALUF et al. 1996. p. 6).

O principal marco histórico do conceito de SAN foi o primeiro inquérito alimentar realizado no Brasil por Josué de Castro, que na década de 1930 levanta e caracteriza a fome como um problema político. Daí por diante, instalam-se várias iniciativas governamentais de combate ao problema, mas todas sem continuidade. (FRANQUES, 2014. p. 1)

Na década de 40 foi criado o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) que absorveu o Serviço Central de Alimentação, tendo como objetivo melhorar a alimentação dos trabalhadores, entendendo a sua importância na produção do sistema capitalista:

Na década de 40, com a instituição do salário mínimo em cenário de incentivo à industrialização e de reconhecimento da existência de uma classe trabalhadora brasileira, tentou-se garantir a esta classe direitos plenos no âmbito da alimentação. Naquele contexto, foi criado, em 1947, o Serviço de Alimentação da

²Entre 1939 e 1945, Josué de Castro, promoveu cursos sobre Alimentação e Nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil; foi eleito, em 1942, Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição; criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); foi chefe do Departamento Técnico de Alimentação da Coordenação da Mobilização econômica e membro. Destaca-se os estudos sobre condições de vida da classe operária no Recife, salário mínimo e alimentação dos trópicos, os seguintes: O Problema da Alimentação no Brasil, Alimentação e Raça, Documentário do Nordeste, A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana, Fisiologia dos Tabus. Tais trabalhos constituíram a fase preparatória das duas obras que o lançariam como um autor mundialmente lido e admirado, a Geografia da Fome (1946) e a Geopolítica da Fome (1951).

Previdência Social (SAPS), que visava, dentre outros objetivos, prover uma melhor alimentação aos trabalhadores. (SANTOS et al, 2007, p. 1)

Segundo Silva (1995, p. 87), o direito a alimentação se conforma enquanto um dos direitos trabalhistas da política de Vargas:

(...) criado em 1940, com os encargos de promover a instalação de refeitórios em empresas maiores, fornece refeições nas menores, vender alimentos a preço de custo a trabalhadores com família numerosa, proporcionar educação alimentar, formar pessoal técnico especializado e apoiar pesquisas sobre alimentos e situação alimentar da população. (SILVA, 1995, p. 87)

Ainda na década de 40 várias iniciativas foram realizadas para a promoção da alimentação, em 1945 foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1946 foi fundado o Instituto Nacional de Nutrição (INN), em 1952 foi elaborado o plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, sendo que o único programa que permaneceu nos anos seguintes foi o de merenda escolar, apesar dos estudos apontarem a gravidade do problema da fome:

É surpreendente que, apesar dos conhecimentos acumulados, da oferta de excedentes alimentares de outros países e das estruturas burocráticas que emergiram ao longo desses anos, nenhum outro programa de alimentação e nutrição, além da Merenda Escolar, tenha sobrevivido. E também que, apesar de, já nessa época, terem sido criados institutos de nutrição nas universidades federais de Pernambuco e do Rio de Janeiro, a capacidade de pesquisa e treinamento avançado em nutrição humana não tenha alcançado o nível que seria de se desejar, face à gravidade do problema social. (SILVA, 1995, p. 89)

Cabe aqui afirmar que o problema da fome ainda era visto como um impasse para o desenvolvimento industrial no Brasil, que, se encontrava em meio ao dilema do “Pão e Aço”, ou seja, ou o investimento em uma economia desenvolvimentista e de crescimento industrial, ou o fortalecimento do setor agrícola. Porém, nenhum dos dois caminhos buscava realmente resolver a questão da fome, o poder público não se responsabilizava (e não se responsabiliza) pela alimentação dos trabalhadores/as como parte de uma política nacional, mantendo em funcionamento, apenas, políticas de alimentação escolar.

O drama atual do Brasil, que é. promover o seu desenvolvimento, com suas escassas disponibilidades, em ritmo acelerado e sem sacrificar as aspirações de melhoria social de seu povo, constitui a pedra de toque da acuidade política dos nossos dirigentes. A consciência nacional despertada acompanha alerta [pg. 48] o desenrolar da odisséia de nossa emancipação econômica, com os seus avanços e recuos, e dela participa de corpo e alma. Nenhum problema se sobrepõe no equacionamento, planificação e na execução de um programa desenvolvimentista, ao da prioridade dos investimentos, de forma a evitar os desequilíbrios graves que depressa se constituem como fatores de estrangulamento de toda a economia. O dilema de apoiar-se mais a economia no setor agrícola ou no setor industrial — o dilema do pão ou do aço — para atender às verdadeiras necessidades do país, se apresenta como o fio da navalha que pode pôr em perigo todos os sacrifícios e esforços despendidos pela coletividade. (CASTRO, 1984, p. 42)

Este problema foi duramente denunciado pela obra de Josué de Castro, Geografia da Fome, que apontava altos índices de desnutrição e insuficiência calórica em populações rurais e urbanas no Brasil, lançado em 1946. O médico/sociólogo/geógrafo criticou a negligência em relação ao debate da fome no mundo:

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. (CASTRO, 1984, p. 21)

Em 1962, foi criada a Companhia Brasileira de Alimentos, com o objetivo de executar os programas governamentais de abastecimento de áreas vulneráveis e com insuficiência alimentar, e, nos anos seguintes, foram criados o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN (1972), vinculado ao Ministério da Saúde:

Em 1972 foi Criado Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde, com o objetivo de formular uma Política de Alimentação e Nutrição para garantir a qualidade dos alimentos destinados ao consumo no país e a promoção de práticas saudáveis para prevenir e controlar distúrbios nutricionais e propiciar o acesso universal aos alimentos (ARRUDA, 2007, p. 3).

Na primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) na década de setenta, o termo Segurança Alimentar estava ligado quase exclusivamente à produção

agrícola. A Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, estabeleceu que a garantia da Segurança Alimentar tivesse que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta e produção de alimentos (BATISTA FILHO, 1993).

Ainda nesse período, procurava-se convencer a população de que a fome e a desnutrição no mundo desapareceriam com o aumento significativo da produção, o que estaria assegurado com o emprego maciço de fertilizantes e agrotóxicos.

Sob a bandeira do combate à fome e da necessidade de ampliar a produção de alimentos, a partir dos anos 1960 e 1970 foram incisivamente introduzidas tecnologias modernas na agricultura, formando o que se chamou de Revolução Verde, que promoveu uma agricultura baseada em monocultura, utilização de fertilizantes químicos, melhoramento de sementes, mecanização e irrigação. Este modelo resultou na alta concentração econômica e tecnológica no mercado de insumos agrícolas que pode levar, em curto período de tempo, a produção de alimentos de países inteiros a depender de poucas empresas, que fornecem a semente, o agrotóxico e ainda controlam o mercado de distribuição (...). (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2010, p.35).

A partir do momento que se instaurou esse debate e que a “Revolução Verde”³ foi indicada como principal forma de se resolver o problema da fome no mundo, percebeu-se uma grande contradição, já que essa política representava uma maior produção de alimentos e ao mesmo tempo uma maior exclusão de trabalhadores do campo e um grande aumento da concentração de terras, essa estratégia aumentou a produção de alimentos, mas, paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento da garantia de acesso aos alimentos. Pode-se afirmar que a modernização e a ampliação da capacidade de produção agroalimentar, no Brasil, não resultaram, na redução dos preços e, portanto, pouco contribuíram para a ampliação do acesso aos mesmos pelos segmentos de menor renda da população:

De fato, ao lado do aparente sucesso da chamada "Revolução Verde", com o propalado incremento da produção, ficou um rastro de destruição ambiental, deterioração da qualidade dos alimentos e exclusão de parcelas significativas da população rural, colocando em risco a possibilidade de continuidade do desenvolvimento agrícola no futuro. O modelo de desenvolvimento agrícola, no Brasil, consolidou um dos mais altos índices de concentração do uso da terra, em todo o planeta. Aproximadamente 30 milhões de pessoas abandonaram o campo, nas três últimas décadas, por não terem condições mínimas de sobrevivência,

³Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970. Surgiu com a promessa de acabar com a fome mundial, porém, é causadora de grandes impactos sociais e ambientais negativos.

diante de um modelo que nada reservou para a pequena produção. Estima-se que 4,8 milhões de famílias formam hoje o contingente de sem-terras, passando fome e sem quaisquer alternativas para poderem viver uma vida digna. (MALUF et al, 1996, p. 9)

Pode-se destacar 1986 como um marco nessa questão, pois muitos anos após os primeiros estudos referentes à problemática da fome no Brasil, a Segurança Alimentar apareceu enquanto conteúdo definidor da política de abastecimento alimentar. Porém, essa política não teve consequência imediata, passando ainda alguns anos até ser aplicada enquanto plano por um grupo de técnicos convidados pelo Ministério da Agricultura. Foi apenas em 1991 que o plano foi divulgado.

Dois anos mais tarde, em 1993, o plano foi aceito pelo Governo Itamar Franco de forma a fundamentar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que inseriu de forma definitiva a questão agroalimentar na agenda política do país. Que trouxe ao debate a necessidade de retomar o crescimento econômico, com recuperação do emprego e dos salários, e a implementação de políticas de regulação dos mercados como condicionantes da segurança alimentar.

No interregno entre 1986 e 1991, foi promulgada a constituição de 1988 onde o direito a alimentação foi incorporado ao artigo 6, que trata dos direitos sociais, passando a ser uma das obrigações constitucionais do Estado Brasileiro o “Respeito, Proteção e Realização do direito à alimentação”.

Já em 1994, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, interrompeu a experiência do CONSEA, lançado há apenas dois anos, e inaugurou o Programa Comunidade Solidária:

A Comunidade Solidária foi uma proposta do Governo Federal que surgiu em 1993 e que tinha como propósito, a parceria entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão, sendo uma estratégia de articulação e coordenação de ações do governo no combate à fome e à pobreza, não se tratando mais de um programa (PACHECO, 2003, p. 35).

Em 1998, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição começou a ser formulada, incorporando os eixos de ação definidas pela I Conferência Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional realizada em 1994, são eles:

Produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudável (VALENTE, 1997, p. 14)

Já em 2000, no governo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, foi dado início às políticas de transferência de renda, que visavam atender a população de menor renda:

A partir de 2000, o governo de Fernando Henrique Cardoso adota programas de transferência direta de renda como estratégia para assistir à população carente. Fundamentada na experiência do Programa Bolsa Escola - adotada pelo governo federal com base na experiência bem sucedida implantada no Distrito Federal (1994-1998) pelo então governador Cristóvam Buarque – a Área Técnica de Alimentação e Nutrição propõe o Programa Bolsa Alimentação para atendimento às crianças menores de seis anos, gestantes e nutrizes de baixa renda (SILVA, 1995). O Programa Bolsa Alimentação foi eficaz tanto em relação aos seus aspectos técnicos (definição de beneficiários, implantação, protocolo de seguimento e monitoramento) quanto em termos de impacto. (MACEDO et al, 2009, p. 10)

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente da república e uma das suas primeiras ações de governo foi a rearticulação do CONSEA. O debate da SAN e o combate a fome foram colocados como política central na sua gestão, tendo o Programa Fome Zero como um dos principais pilares do governo federal.

Em janeiro de 2003, iniciando-se um novo período governamental, as ações relacionadas à segurança alimentar são colocadas no centro de uma política de desenvolvimento, objetivando garantir quantidade, qualidade e regularidade no acesso à alimentação para toda a população brasileira. Essa iniciativa tomou por base os estudos do Instituto da Cidadania, sendo aprovado o Programa Fome Zero, em cuja estruturação distinguimos três dimensões importantes: a) a teórico-conceitual, reconhecendo que a formulação de uma política de segurança alimentar irá constituir o marco de referência idealmente desejável para o Programa, a fim de configurar uma abordagem holística; b) a político-operativa, consubstanciada na decisão de implementá-lo e gradativamente promover ajustes, e na criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome; e c) a consultiva, recriando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), como instância de acompanhamento e catalisadora de articulação inter-setorial, retomando experiência iniciada em 1993 e interrompida em 1995. (ARRUDA, 2007, p. 6)

Na segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar, ocorrida em 2004 em Olinda – PE, estabeleceu-se um conceito mais amplo, ao afirmar que a Segurança Alimentar não se referia apenas ao aumento da disponibilidade de alimentos, mas, também, ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar.

Os ensinamentos que proporcionou constituem parâmetros para uma participação efetiva na direção correta, na aplicação diligente de bons preceitos e técnicas, com vistas ao atendimento preventivo/corretivo das várias faces da insegurança alimentar. Convém ressaltar que entre as conclusões e recomendações dessa II Conferência é colocada: [...] a segurança alimentar e nutricional como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar"; [...] respeitar a equidade de gênero e étnica, reconhecendo a diversidade e valorizando as culturas alimentares. (II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar...; (ARRUDA, 2007, p. 7)

Assim, é de responsabilidade dos Estados nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo. Nesse sentido, é possível afirmar, que mais do que produção de alimentos em quantidade, é de extrema importância que seja fomentada pelo Estado a agricultura que produza alimentos básicos saudáveis, sem resíduos químicos para o consumo da população e não apenas para o mercado de exportação. Destacando-se então a importância da agricultura familiar camponesa para o atendimento dessas demandas.

Já Maluf et al (1996) argumenta que a incorporação da concepção de segurança alimentar "latinoamericana", que apresenta diferenças fundamentais da definição da FAO, vigente nos países centrais, trouxe avanços importantes. Nesta versão, atribui-se papel central à autossuficiência produtiva nacional, porém enfatizando os problemas de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, o que levou a acrescentar a equidade (acesso universal) aos quatro atributos da disponibilidade agregada de alimentos básicos: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. Segundo Maluf et al (1996, p. 2) a agricultura camponesa figura como componente estratégico num modelo de desenvolvimento com ênfase no mercado interno, sem subestimar a diversificação das exportações e valorizando a integração regional.

No âmbito da política, esta mudança na compreensão do que vem a ser e o que representa a segurança e a soberania alimentar passa a ser o principal avanço no debate, pois será a partir desta concepção que as políticas públicas serão pensadas para além da emergência e do combate à fome como finalidade, agregando a importância da qualidade dos alimentos e do respeito à regionalidade.

As Políticas Públicas que visam garantir a viabilidade da agricultura camponesa para a produção de alimentos possibilitam a provisão de trabalho e renda no campo. A necessidade de se fortalecer o segmento da agricultura que gera alimentos para o país surge enquanto manutenção de trabalhadores/as no campo, os quais estão cada vez mais expropriados pela expansão do capitalismo nas áreas rurais.

O avanço das relações capitalistas de produção provoca transformações profundas na configuração do espaço agrário brasileiro, a mecanização no campo, a expropriação de camponeses de suas terras e a sujeição da renda da terra ao capital são alguns dos impactos visualizados.

A separação dos trabalhadores dos seus meios de produção e reprodução da vida é uma das condições para o desenvolvimento do capitalismo, a fim de se produzir um exército de reserva que venda sua força de trabalho a qual se é possível extrair a mais-valia, gerando impactos de diversas ordens, de um lado o aumento de assalariados rurais e de outro o êxodo milhares de camponeses em busca de novas formas de reprodução de suas vidas, contribuindo com o inchamento das cidades. “Assim, o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas; fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade” (VEIGA, 2000, p. 25).

Martine (1987, p. 59) destaca ainda que “O descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziram, durante a década de 70, o maior êxodo rural visto no Brasil”. Graziano da Silva e José Eli da Veiga chamam esse processo de modernização conservadora e dolorosa, revelando que há um grande contingente de camponeses que não estão sendo beneficiados pelo progresso tecnológico ocorrido nas últimas décadas no Brasil, muito pelo contrário, estão cada vez mais marginalizados.

“A estrutura fundiária evolui em um sentido concentrador e excludente, dificultando, qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros” (SILVA, J.G. 2000, p. 6). Dados relacionados à evolução do índice de Gini⁴, avaliados no último censo agropecuário, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1996 a 2006, demonstram uma certa estagnação nas últimas duas décadas, saindo de 0,857 em 1985 para 0,856 em 1995/1996 e 0,854 em 2006, no caso nacional. Porém alguns estados da federação verificaram-se significativos aumentos. A Bahia, por exemplo, é um dos estados em que verificamos esse aumento, ocasionado, principalmente pela expansão agrícola e produção de soja, milho e algodão na região oeste.

Os coeficientes verificados no estado da Bahia nos anos 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, 1995 e 2006 foram: 0,786; 0,802; 0,812; 0,826; 0,841; 0,840; 0,834; 0,840; (SANTOS et al, 2014, p. 7).

Os territórios de identidade da Bahia que possuem um perfil mais concentrador o IG varia entre 0,701 a 0,900, sinalizando uma concentração de forte a muito forte. É o caso do Extremo Sul, Costa do Descobrimento, Médio do Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Recôncavo, Médio do Rio de Contas, Piemonte do Paraguaçu e o Agreste Baiano. (SANTOS et al, 2014, p. 10)

A tabela a seguir, produzida com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), mostra a evolução do Coeficiente de Gini nos estados da federação no período de 1985 à 2006:

Tabela 1. Evolução do Índice de Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2000
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837

⁴O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Neste caso, avalia-se aqui a concentração de terras. (IPEA, 2004, p. 1)

Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,814	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,840	0,834	0,840
Minas Gerais	0,770	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,790	0,798
São Paulo	0,770	0,758	0,770
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,870	0,865
Goiás	0,766	0,740	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818
BRASIL	0,857	0,856	0,872

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

O quadro da questão agrária brasileira é extremamente complexo e a tendência, visto o modelo de desenvolvimento nacional baseado, principalmente, nos pilares do sistema agroexportador, é de que haja cada vez mais concentração de terras e exclusão/exploração de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Porém, algumas políticas passaram a ser implantadas para que a produção camponesa, sobretudo de alimentos fundamentais para o país, continuem a ser produzidos.

Desta forma, o PAA, assim como as políticas de crédito rural, a exemplo do PRONAF, garantia safra, entre outros, apontam fundamentalmente para a diminuição dos problemas gerados pela não realização da Reforma Agrária no Brasil. Destaca-se aqui, que os programas e políticas são paliativos, não apresentam uma resolução estrutural ao problema da questão agrária no país.

O PNAE surge em um contexto diferente, sendo tema de debate desde a década de 1940, onde já se colocava a necessidade de garantia de alimentação para toda criança em idade escolar, porém, se insere, desde junho de 2006, no segmento de políticas para a agricultura a partir do momento em que se sanciona (lei 11.947) a obrigatoriedade de compra de alimentos da agricultura familiar para o abastecimento das escolas.

Esse programa passou por um longo processo de mudanças, visando a melhor eficiência. Uma das primeiras tentativas de implantação ocorreu na década de 50, momento em que foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição denominado “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, que recebeu auxílio financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Neste mesmo período, cinco anos após dar um dos primeiros passos para a realização da política, por meio do Decreto 37.106/55, o Ministério da Educação (Governo Federal) instituiu a Campanha de “Merenda” Escolar (CME). Em 1956, por meio do Decreto 39.007/56, a Campanha de “Merenda” Escolar (CME) passa a ser chamada de Campanha Nacional de “Merenda” Escolar (CNME).

Já em 1973 foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) e executada sua primeira fase. Os públicos beneficiários deste programa eram gestantes e crianças de até sete anos na população de menor renda e os escolares de sete a 14 anos.

Segundo Carvalho da Silva (1995, p. 90), o Pronan II (1976-1979) ofereceu o primeiro modelo de uma política integrada de alimentação que de alguma forma articulava produtor e consumidor. Tratava-se de: “Uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos”.

Entretanto, a forma como o Estado implementava estas compras impossibilitava a participação da agricultura familiar, em função, principalmente, dos tipos de alimento que

eram demandados pelos governos, que na sua maioria eram industrializados e em quantidades para abastecer regiões ou mesmo grupos populacionais distribuídos em todo território nacional.

Apenas em 1979 a política de alimentação escolar passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com um programa ainda muito diferente das diretrizes que atualmente o guiam. Uma das principais críticas ao seu modo de funcionamento tratava da centralização dos processos de aquisição de alimentos, que estavam sendo financiados pelo MEC e centralizado em âmbito federal.

Tornando, assim, comum a utilização de alimentos não-perecíveis e industrializados, pela necessidade de armazenamento e distribuição em todo o território nacional. Para além dos problemas de logística (armazenamento e transporte), outras questões eram enfrentadas pelos gestores do programa, entre eles, a questão dos hábitos alimentares e das diferenças culturais entre as regiões.

Em 1983, no início do processo de redemocratização do país, pôde-se observar um primeiro esforço para descentralizar a alimentação escolar via PNAE, por meio da municipalização da gestão nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Governos Franco Montoro e Leonel Brizola, respectivamente. Já com a Constituição Federal de 1988 ficou regulamentado o direito de alimentação a todos os alunos do Ensino Fundamental, por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido por instituições de ensino federal, estadual e municipal.

A descentralização da merenda escolar fez parte do processo mais amplo de descentralização do Estado, nesse mesmo período, por exemplo, foi iniciado um novo modelo de gestão que visava garantir a participação popular, com participação mais direta da comunidade.

A experiência de reorganização do PNAE trouxe como benefícios o uso de produtos regionais nos cardápios, diminuição dos produtos industrializados, além do fortalecimento do desenvolvimento local a partir do aumento da demanda para os produtores, porém, a implementação se deu de forma lenta, devido aos problemas de repasse dos recursos da esfera federal para a municipal e das dificuldades burocráticas que atrasavam algumas atividades operacionais como a prestação de contas das prefeituras.

O processo de descentralização do PNAE começa a dar resultados práticos a partir do primeiro semestre de 1993, quando se consolidam as articulações entre as iniciativas

municipais e estaduais e os convênios da FAE (Fundação de Assistência aos Estudantes). Neste período foram firmados convênios com 26 estados, e no segundo semestre todos os municípios com mais de 50 mil habitantes foram contemplados.

No ano seguinte, foi promulgada a Lei 8.913/94 que institucionalizou e normatizou o processo de descentralização do PNAE. Segundo Carvalho (2009):

“Em 1994, a descentralização do PNAE deixou de ser apenas vontade política do poder executivo para se tornar determinação da sociedade brasileira. A promulgação da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 oficializou o processo, valorizando os hábitos e práticas alimentares locais e regionais. A Lei tornou possível aos municípios brasileiros a participação na chamada “municipalização da merenda”, e desde a criação da FAE em 1983, pela primeira vez, as escolas puderam contar com a alimentação escolar no mês de fevereiro”. (CARVALHO, 2009, p. 103)

Essa lei impunha a conformação de Conselhos de Alimentação Escolar, em cada município a ser contemplado com os recursos vindos do governo federal, com o papel de fiscalizar o Executivo na utilização dessa verba, além de construir coletivamente os cardápios de forma a atender às demandas locais e regionais.

O Convênio com a FAE era realizado mediante o atendimento de alguns critérios como a apresentação de um plano de trabalho pelas prefeituras, a declaração negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), declaração negativa de Recolhimento da Seguridade Social, Declaração de aplicação dos 25% de impostos no Sistema de Ensino no ano anterior, e balancete e orçamento do ano em vigor.

A Lei 8.913/94 foi fundamental para a consolidação da descentralização desse programa, pois oficializou o processo de participação e controle da sociedade civil junto à política de alimentação escolar. É muito importante destacar que a eficiência de políticas públicas da esfera federal são por diversas vezes questionada, devido às ações verticais, que não consideram a problemática local, tornando muito difícil a sua implementação.

Em 1998, houve a edição de uma medida provisória, a MP 1.784/98, reeditada como MP 2.178-36/01, que exigia a aplicação de 70% dos recursos transferidos da União para os municípios e estados em produtos locais, valorizando os hábitos alimentares e a produção agrícola local. Essa medida tem um papel fundamental para o avanço do desenvolvimento econômico local.

Já em 2002, no período da campanha do então candidato a presidente da República,

Luís Inácio Lula da Silva, movimentos sociais e sociedade civil organizaram uma agenda de ações, fundadas a partir do diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional do Brasil, que deveriam ser parte do seu programa de governo e posteriormente serem inseridas na política nacional de segurança alimentar, em síntese o “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”, que tem como objetivo suprir a falta de uma política que consiga coordenar e integrar as diversas ações no território nacional.

Passa, então, a valer a partir da edição da Medida Provisória n. 103, de 1o de janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Nesta Medida Provisória, posteriormente convertida na Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, foram criados o CONSEA e o Gabinete do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome:

Art. 1o [...] § 1o Integram a Presidência da República como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República: [...] III – o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; [...] Art. 9o Ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e definição de diretrizes para que o governo garanta o direito humano à alimentação, e especialmente integrar as ações governamentais visando o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome. [...] Art. 26. Fica criado o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, vinculado à Presidência da República. § 2o Integram a estrutura do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome o Conselho do Programa Comunidade Solidária, a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária e até duas Secretarias. § 3o O Programa Comunidade Solidária, criada pelo art. 12 da Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, fica vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. (BRASIL, Lei 10.683 de 28 de maio de 2003)

Com base na normatização do programa, verifica-se que o eixo principal da proposta do Projeto Fome Zero era associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico com crescente equidade e inclusão social.

De acordo com Graziano da Silva e Takagi (2007, p. 263), “o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o problema da fome no centro da agenda política brasileira e internacional, com um compromisso claro: erradicá-la do cenário nacional com ações integradas que estruturam uma política permanente de segurança alimentar e nutricional”.

Esta agenda buscava na realidade de forma concomitante, através de ações estruturais que atinjam às populações pobres e em situação de vulnerabilidade social e econômica. Nesta perspectiva, a agenda nacional em torno da segurança alimentar é retomada a partir da compreensão básica de que o direito humano à alimentação é condição primeira para que o direito à vida seja respeitado, as políticas e ações governamentais passaram, inicialmente, a ser estruturadas de forma a atender questões emergenciais, a exemplo do cartão-alimentação que viria a constituir-se, futuramente, no Programa Bolsa Família, um dos programas mais importantes dos últimos períodos, com comprovadas alterações na realidade dos brasileiros de renda baixa.

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, faz parte, atualmente, do Plano Brasil sem Miséria, que foi lançado em junho de 2011 e englobou diversos programas anteriormente estabelecidos, dividindo-os em três eixos, que são esses o de garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), esses foram lançados com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77,00 por pessoa.

A abordagem conceitual e metodológica para a definição de extrema pobreza para o MDS, no caso da política Brasil sem Miséria, é o de pobreza multidimensional, que envolve diversos aspectos como: pobreza monetária, acesso a serviços, indicadores de acesso a itens alimentares específicos, entre outros.

Foram superadas, assim, as abordagens que consideram apenas o fator biológico das necessidades, que analisavam de forma limitada o fenômeno, atribuindo a condição de pobreza apenas aos aspectos nutricionais de existência humana, trazendo para o bojo das políticas as necessidades socialmente e historicamente construídas. Porém, mesmo com essa perspectiva, a definição para a política de combate a pobreza no Brasil, chega a um nível de condições precárias, fazendo que a política esteja limitado a um grupo pequeno e muito necessitado.

Em Santo Amaro, por exemplo, a partir dos dados verificados no relatório produzido pelo MDS em agosto de 2015, existem 14.873 famílias registradas no Cadastro Único, esse cadastro é realizado pela gestão municipal a fim de prover dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada

um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

Ainda utilizando os dados fornecidos pelo MDS (2015), afirma-se que 9.343 famílias do município são beneficiárias do Programa Bolsa Família, isso representa 120,68% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa. Foram transferidos R\$ 1.344.858,00 às famílias beneficiárias do Programa em maio de 2015. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a maio de 2015, houve aumento de 24,91 % no total de famílias beneficiárias, ou seja, mais 441 famílias passaram a ser atendidas.

No entanto, junto com outras ações, foram sendo elaboradas e organizadas outras, com foco na dimensão estruturante, ou seja, preocupadas em possibilitar intervenções que viabilizassem condições para que as populações-alvo conquistassem autonomia econômica, social e política.

Em 2003, através da Resolução 15/2003 do FNDE, foi definida para todo o país, uma lista de 72 produtos regionais e nacionais considerados básicos. Vale ressaltar que a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), neste ano, principalmente em função da participação das organizações da sociedade civil, teve papel preponderante na proposição e na sustentabilidade de programas e na estruturação da política nacional de segurança alimentar pelo Programa Comunidade Solidária.

Em paralelo aos avanços na política de alimentação escolar, surge, então, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Instituído através da lei 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA entra em funcionamento com a perspectiva de garantir a disponibilidade de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que objetiva promover a geração de renda para famílias de agricultores camponeses em situação de vulnerabilidade social e econômica. O PAA deixa de ser uma ação exclusivamente emergencial e passa a ter aspectos de uma ação governamental estruturante, que não deixando de preocupar-se com as famílias em situação de fome e miséria, articula-se e interage com agricultores familiares. A Lei 10.696/2003 que permite a implantação do PAA estabelece, no seu artigo 19, que:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à

formação de estoques estratégicos. (BRASIL, Lei 10.696 de 02 de Julho de 2003)

O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam vigentes no mercado:

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; e

II - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA. (BRASIL, Lei 12.512 de 14 de Outubro de 2011)

O processo para a definição dos preços se dá a partir da metodologia definida pelo grupo gestor e depende da modalidade do programa. Vê-se no artigo 19, escrito acima, duas importantes ações, primeiro a definição a partir de preços locais e regionais, que faz parte do processo de descentralização do Programa, que compreende o processo produtivo de forma mais capilarizada, dando aos agricultores uma perspectiva de valorização dos produtos aos quais se tem hábito de cultivar e de se alimentar. Uma segunda questão é a valorização dos produtos orgânicos, que podemos avaliar de forma positiva, pelo fortalecimento de práticas produtivas agroecológicas, que vão de encontro à utilização de agrotóxicos.

A atribuição de coordenar e promover a gestão do PAA no âmbito do Governo Federal é do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. A partir de sua extinção, em fins do ano de 2003, esta atribuição passou para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Desta forma, o MDS passou a firmar convênios para a execução do Programa com a CONAB, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Com base nas informações disponibilizadas pelo MDS em sua página oficial

percebe-se que o PAA tem por objetivo estimular e promover:

A remuneração da produção do agricultor/a a partir da prática de preços de mercado e de previsibilidade de pagamento. A ocupação no espaço rural e a diminuição do êxodo, a partir da geração de emprego e renda no campo. A distribuição de renda: o pagamento líquido e certo, a preço justo, pela produção agrícola camponesa com maior geração de renda para os agricultores, contribuindo para atenuar as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, assegura a circulação de dinheiro na economia da própria região, possibilitando aos agentes econômicos locais, principalmente o comércio, maior atividade e, por conseguinte, melhores possibilidades de investimentos na região, criando um círculo virtuoso de promoção econômica. O combate à fome: Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança e canalizados prioritariamente para populações em situação de risco alimentar. A cultura alimentar regional: ao se adquirir produtos alimentícios de uma determinada localidade, o governo passa a valorizar produtos que muitas vezes são tipicamente regionais. A preservação ambiental: o PAA vem incentivando a recuperação e preservação da agrobiodiversidade em diversas regiões do País, por meio de incentivos ao trabalho de organizações dedicadas à agricultura familiar voltadas para este fim. (MDS, 2015, p. 136)

Esses objetivos devem ser avaliados e sistematizados a partir das implicações que geram no campo e na cidade, sendo que têm um grande potencial de transformação na vida dos/as trabalhadores/as, mas apresentam contradições fundamentais, e estão inseridas no bojo de programas que buscam escamotear ou dirimir o real problema da não realização da reforma agrária e a desigualdade social do país.

Ou seja, mesmo sendo de importância estratégica, as políticas públicas de desenvolvimento agrário, aliadas às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, associada às lutas e conquistas dos movimentos de trabalhadores/as sem-terra e o avanço ocorrido nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a desproporcionalidade fundiária no Brasil continua sendo um grande débito e injustiça históricos, bem como a concentração fundiária e a não destinação social da terra como direito ao acesso e regularização da propriedade rural pra trabalho é algo que ainda precisa ser combatido.

De acordo com Ghizelini (2013, p. 11):

O PAA, diferentemente de programas e ações governamentais essencialmente assistenciais, apresenta características tanto imediatas e emergenciais, que são de relevância ímpar para dirimir as condições de insegurança alimentar de grupos sociais vulneráveis, mas, fundamentalmente, apresenta características de um programa estruturante que atua em algumas causas da exclusão social, com foco

no estímulo e promoção do desenvolvimento local e regional, tendo a agricultura familiar como ator prioritário. (Ghizellin, 2013. p. 11)

No período de 2003 a 2009, muitos avanços foram identificados no âmbito da política nacional de segurança alimentar e nutricional. No entanto, a principal conquista foi a promulgação da Lei da Segurança Alimentar, lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006, que dispõe sobre a institucionalidade da política nacional, sejam dos princípios que dão base para as ações, as instâncias de elaboração, decisão e execução, assim como a estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). Mais do que certa institucionalidade, a segurança alimentar, a partir de 2006, passa a pautar a questão alimentar aliada ao debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro no que se refere ao modelo de desenvolvimento rural, mas também sua relação com o desenvolvimento urbano.

Foi em 2009, contudo, que a promulgação da Lei 11.947/09, que definiu o PNAE para todo o Ensino Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos (EJA) e regulamentou a compra de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar, sendo obrigatório o uso de 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE ao município, para aquisição destes. Visto no Artigo 14 da Lei 11.947:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009)

É nesse momento que essa política se torna importante para a agricultura camponesa, sendo, portanto, um processo que vai para além do fortalecimento do desenvolvimento local, mas, também, visa inserir no mercado, produtores familiares que encontram grandes dificuldades para o escoamento de sua produção, nesse sentido, a compra direta aparece como uma alternativa às diversas iniciativas desenvolvidas pelos assentados, como os atravessadores. Essa política tem assegurado considerável aporte de recursos para a agricultura camponesa e estabelecido processos contínuos e de ampliação de sua execução.

Pode-se afirmar que o PNAE, chega aos dias atuais com capacidade de dar respostas a dois eixos fundamentais. Primeiro, à necessidade de fomentar a agricultura camponesa, que por muito tempo foi negligenciada, colocada no papel secundário no setor agrário brasileiro, vide os investimentos totalmente desproporcionais em relação ao agronegócio, além da alta concentração fundiária dos imóveis patronais e das escassas políticas voltadas para os camponeses:

A agricultura familiar (4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) está administrada pelo pequeno Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a agricultura empresarial (550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas) pelo potente Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA) (FAO-Incra, 2000).

Ou seja, é uma política, que, atualmente, tem possibilidade de dar respostas ao agricultor, que deixa de ter tantas perdas do valor agregado ao produto nos circuitos do mercado não institucional. Essa medida responsabiliza o Estado que passa a adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, através da nota de produtor ou de organizações de agricultores familiares sem que para isto seja necessária a realização de processos licitatórios. Segundo, à possibilidade de garantir alimentação de melhor qualidade com conhecimento de origem e procedência, produzida a partir de bases agroecológicas, com respeito à cultura local.

A partir da reformulação do PNAE (2009) e coma implementação do PAA (2003), que já se inicia em um momento em que as compras estão descentralizadas, dessa forma é possível garantir aos camponeses que participem diretamente do processo de comercialização e estejam o mais próximo dos locais de entregas, respeitando a cultura produtiva e alimentar de cada localidade, contribuindo para o estímulo da produção e do consumo de alimentos “frescos”, tais como hortaliças, frutas, legumes, pães, massas e doces caseiros, entre outros.

Os dois programas vêm demonstrando, através de contínuas avaliações feitas, impactos expressivos como será discorrido ao longo do trabalho, seja nas populações-alvo dos programas ou mesmo no que se refere a sua institucionalidade enquanto política pública. É, também, por esses impactos que não podemos deixar de discutir as contradições impostas pelas ações do Estado no processo de produção e reprodução do espaço agrário. Apesar do avanço das políticas no último período (2002 – 2015), em

relação as políticas da década de 90, é importante afirmar que não se chegou a um modelo ideal de investimento na agricultura camponesa.

A estrutura organizativa do PAA, por exemplo, é bastante criticada por organizações da sociedade civil e organizações representativas dos agricultores camponeses, e parte da CONAB que acredita que essa operacionalização realizada pelo MDS e prefeituras, que contrata cada agricultor individualmente, não contribui para a organização dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para a sustentação política do Programa, pois os agricultores desorganizados não teriam condições de enfrentar as adversidades do mercado de forma isolada e de reivindicar mudanças e aporte de recursos financeiros junto aos órgãos públicos.

A CONAB, por sua vez, tem um modus operandi diferente, executando o PAA diretamente com associações e cooperativas de agricultores familiares, sendo que a questão da organização coletiva é condição indispensável para a realização do projeto, ou seja, o impacto nas relações de trabalho tem um lugar diferente aqui, sendo fortalecido um dos eixos pensados pelo programa que compreende que a forma como o programa é implementado terá influência na estruturação das relações de poder e, conseqüentemente, as relações sociais e econômicas.

Visto isso, é importante destacar que algumas limitações impostas pela própria organização dos trabalhadores/as e da gestão pública para a efetivação do programa nos municípios:

Embora os esforços realizados, a interssetorialidade em âmbito nacional permanece um desafio político e institucional importante; nem sempre o poder público municipal/estadual é parceiro na execução do Programa; não raro as organizações da agricultura familiar não estão constituídas ou encontram-se em uma fase inicial de estruturação (com pouca experiência em gestão administrativa e capital físico); geralmente as entidades socioassistenciais também apresentam limitações de recursos humanos e estruturais (sendo sua participação comumente restrita a contribuições na governança geral do Programa e não na proposição de projetos); e nem sempre há organizações sociais mediadoras que tomam a iniciativa ou potencializam a articulação política e a governança necessária para a execução do Programa. (GRISA et al, 2015. p. 161)

A opção pela forma de execução é algo que pode definir o reconhecimento e o fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo ou pode negligenciar a inserção desses atores enquanto gestores e executores locais

reconhecidos pelo poder público e pela sociedade.

Aponta-se aqui a importância da mobilização e organização dos/as trabalhadores/as para que possam de forma coletiva resolver problemas cotidianos e estruturantes, e por conta disso, a escolha pela compra através de cooperativas e associações é uma das formas de fomentar essa potencialidade. Como se vê em Ghizzelini:

Desta forma, cada uma das estratégias de operacionalização do Programa impacta tanto na condução das ações como no fortalecimento de determinadas estruturas de poder local e regional. Seja através das organizações de agricultores familiares, através da prefeitura municipal ou diretamente com agricultores familiares individualizados, a execução do PAA irá determinar quais atores serão reconhecidos economicamente, mas também social e politicamente. (GHIZZELINI, 2013, p. 7/8)

Ainda segundo Ghizzelini (2013), em artigo produzido para a segunda jornada de Questão Agrária e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná:

A análise e contextualização das formas de operacionalização do Programa, assim como seus impactos, é condição para compreender em que medida há o reconhecimento político e social das organizações de agricultores familiares e, desta forma, verificar se há ou não avanços para a emergência das organizações de agricultores enquanto atores.

Para tanto, faz-se necessário aprofundar a compreensão do funcionamento operacional do Programa nos espaços locais, municipais e/ou comunitários, de forma a detalhar os procedimentos administrativos, pois mais do que uma caracterização dos procedimentos e fluxos, a descrição do funcionamento dos Programas passa a ser condição para compreender em que medida eles possibilitam o reconhecimento social, político e econômico das organizações envolvidas, mas também das inovações e processos fortalecidos ou desconstruídos em função da implantação dos mesmos. (Ghizzelini, 2013 p. 8)

Muitas das relações internas as comunidades beneficiadas e externas, dos/as agricultores/as com o poder público local e os órgãos de controle social são modificadas a partir da implantação dos programas. Verifica-se, ainda, em alguns casos a projeção de lideranças, que são dentro das comunidades as que têm mais conhecimento da técnica, ou possível fortalecimento do trabalho coletivo, bem como dos movimentos de luta pela terra, que podem estar gerindo o processo nos assentamentos.

A estruturação do PAA permite que as associações beneficiadas, bem como os

camponeses, determinem as condições de compra e venda, eliminando atravessadores e permitindo a emergência dos agentes que estão diretamente implicados no processo. Assim, o PAA não se institui como um programa que permite a articulação e interação entre o campesinato, instituições sociais, técnicos e público beneficiário.

O impacto dessas políticas na produção do espaço pode causar disputas internas, além de poderem ser utilizadas como “moeda de troca” por gestores municipais, que acabam construindo relações diretas com os beneficiários.

Estratégias de intervenção para promover segurança alimentar, particularmente aquelas envolvendo a doação de alimentos, são sujeitas a questionamentos pela evidência de que oligarquias tradicionais no poder podem se apropriar desses programas a fim de manter o status quo. Isso é particularmente verdadeiro nas áreas onde os direitos humanos e as necessidades básicas estão longe de ser respeitados, e os cidadãos não estão cientes de seus direitos. Como exemplo, uma análise das tendências nos gastos federais com educação no Brasil (que incluiu o programa de alimentação escolar) revelou que a variável “Estado de onde o ministro veio” era a que poderia melhor explicar o padrão de alocação de recursos durante um período de 15 anos. (SANTOS, 2007. p. 2)

Essa é uma das questões colocadas como possível barreira no debate da municipalização. Já que, apesar de serem políticas do governo federal, o processo de implantação não pressupõe um processo de trabalho de base, cabendo aos prefeitos a articulação e as vezes a utilização indevida dessa benefício por interesses políticos, eleitorais ou mesmo econômicos, o que demonstra a sua importância no campo das disputas locais e regionais.

Outro ponto importante, também colocado por Ghizelini (2013), é a visão negativa que alguns dos comerciantes locais têm do programa, por perderem espaço antes garantido, da compra dessas mercadorias em seus estabelecimentos.

Dentro dessa perspectiva, percebe-se uma contradição fundamental entre os diferentes grupos sociais, por exemplo os comerciantes da região, que se beneficiam das compras realizadas pela prefeitura para a alimentação escolar, passam a ter a concorrência do mercado institucional que viabiliza os agricultores a escoarem sua produção, gerando conflitos de interesses entre os setores secundário e primário da economia do município.

Outro ponto de conflito é gerado pela recuperação dos preços dos produtos agropecuários, que é um dos benefícios indiretos gerados para os trabalhadores rurais.

Nos locais em que são realizadas as compras institucionais através dos convênios, com as prefeituras ou governo do estado, existe uma tendência de elevação dos preços agropecuários, beneficiando os/as agricultores/as e onerando os comerciantes locais e atravessadores. Em alguns casos, o anúncio da compra institucional é o suficiente para que haja uma reação nos preços de mercado:

Foram abertos em Rondônia, em 7 de agosto de 2003, três pólos de compras da agricultura familiar, sendo um em Cacoal, outro em Rolim de Moura e um outro em Alto Alegre. Os preços de feijão, com o simples anúncio do lançamento do Programa, reagiram rapidamente, de R\$ 55,00 a R\$ 60,00, por saca de 60kg, para R\$ 62,00 a R\$ 70,00. Quando o pólo de compras em Teodoro Sampaio-SP foi aberto, em 4 de setembro de 2003, os preços médios praticados à época situavam-se na faixa de R\$ 53,00, a saca do feijão, e R\$ 14,00, a saca do milho. Após ampla divulgação do programa (rádio, jornal, visitas a assentamentos), os preços de mercado elevaram-se para R\$ 65,00, a saca do feijão, e R\$ 16,50, a saca de milho. (IPEA, 2013, p. 19)

Esse aumento de valor do mercado por vezes faz com que os agricultores percam o interesse de realizar a venda para o mercado institucional, já que o pagamento demora mais tempo pra ocorrer, trazendo alguns entraves para os gestores municipais na busca por oferta de produtos. Nesta perspectiva, as implicações do PAA e do PNAE são analisados nessa pesquisa a partir da visão dos mais diversos agentes, buscando perceber em sua maior amplitude a sustentabilidade, bem como possibilidade de construção de autonomia econômica, pensando nas estratégias de organização da classe trabalhadora para a garantia das suas condições de vida.

3. “RENDA PRA QUEM PRODUZ E COMIDA NA MESA DE QUEM PRECISA”: AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário e a segurança alimentar e nutricional se propõem a cumprir um importante papel no contexto da produção e reprodução do espaço agrário no Brasil, em um cenário de grande desigualdade, tanto no campo, quanto na cidade é possível visualizar uma mitigação dos problemas sociais a partir da intervenção do Estado em setores mais precarizados e marginalizados, como no caso da agricultura camponesa, que compete, na ordem de prioridade, com o setor do agronegócio, sendo esse um dos principais agentes da economia brasileira.

Neste capítulo, serão analisados o PNAE e o PAA no Brasil, dando ênfase à sua atuação no município de Santo Amaro – BA, sede dos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga.

3.1 O PAA em Santo Amaro

O PAA, atualmente, é uma das políticas de desenvolvimento agrário que mais se desenvolve no Brasil, sendo considerada uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constituindo-se como um mecanismo complementar do Pronaf.

O Programa Fome Zero foi criado em 2003, com a instauração do governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a intenção de garantir alimentação adequada às pessoas em situação de vulnerabilidade social e dificuldade de acesso a alimentos, visando promover segurança alimentar e nutricional.

O Projeto Fome Zero é o resultado de um ano de trabalho de especialistas, representantes de ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil, reunidos pelo Instituto Cidadania com o objetivo de apresentar uma proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional. (SILVA, 2010, p. 15)

Esse programa atua em quatro grandes eixos: geração de emprego e renda; acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar e articulação, mobilização e controle social.

Nesse sentido, o PAA é criado como ação estruturante, compondo o eixo de

“Fortalecimento da Agricultura Familiar”. O processo de aquisição desses alimentos se dá sem a necessidade de realização de licitação, porém os alimentos devem ter os preços praticados pelo mercado local/regional. Além disso, os beneficiados pelo programa devem estar aptos à participação no Pronaf, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regularizada.

Dentre as políticas públicas, o Pronaf, que foi criado com o intuito de fornecer crédito e assistência técnica, pode ser considerado um marco de afirmação da importância dos produtores familiares, que foram por muitos anos menos beneficiados pelas políticas públicas agrícolas. A partir de 2000, os movimentos sociais da agricultura familiar passaram a reivindicar ações que ultrapassavam o escopo de atividades exercidas pelo Pronaf, exigindo apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007, p. 60).

Apesar do pouco tempo de criação do PAA, as avaliações de impactos tem sido realizada sistematicamente, em pesquisas acadêmicas e em relatórios do grupo de gestores:

Embora o PAA seja ainda um programa recente, cada vez mais tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa e academia. Partindo da concepção de que a avaliação não é, estritamente, a última fase do ciclo de uma política pública, mas sim uma fase constante no processo de elaboração e implementação de uma política. (GRISA et al, 2010, p. 5)

Ao pesquisar as avaliações realizadas por esses autores, podemos perceber que muitos deles apontam impactos positivos do programa para os camponeses beneficiários, principalmente, em critérios como o aumento da renda, diversificação da produção agrícola, comercialização dos produtos, assistência técnica, organização do trabalho em associações e cooperativas, participação das mulheres e jovens, acesso à informação. A CONAB (2005) avaliou que:

Por meio das ações do PAA toda a cadeia produtiva é beneficiada, melhorando, conseqüentemente, as condições sociais da população, já que o agricultor tem mercado garantido a um preço justo para seus produtos. Os comércios locais contam com consumidores de melhor poder aquisitivo; com essa geração de renda, o município tem uma arrecadação maior de imposto e as comunidades com risco alimentar recebem uma alimentação mais nutritiva, modificando positivamente seus hábitos alimentares. (CONAB, 2005, p. 18)

As compras governamentais são avaliadas como um mecanismo de promoção do

desenvolvimento, pensando de forma mais ampla a relação da segurança alimentar e nutricional com a geração de emprego e renda:

Os recursos investidos pelo Estado na aquisição de alimentos passam a gerar resultados econômicos e sociais importantes, ao serem canalizados para ações emergenciais e estruturantes no campo da segurança alimentar e do abastecimento, perpassando os diferentes níveis de intervenção governamental previstos na proposta original do Programa Fome Zero: (i) o das chamadas políticas estruturantes, ao atuar enquanto um instrumento de sustentação de preços e garantia de renda aos produtores familiares; (ii) o das políticas específicas, ao garantir a manutenção de estoques de segurança e o atendimento a programas específicos, como, por exemplo, a distribuição de cestas de alimentos a comunidades indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e populações em situação emergencial; (iii) o das políticas locais, ao propiciar, por meio do mecanismo de compra com doação simultânea, o atendimento a creches, escolas, restaurantes populares, bancos de alimentos e outros programas sociais (SCHMITT, 2005, p. 84).

O grupo gestor do programa é formado por um comitê interministerial: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Fazenda (MF).

O MDS, junto com o MDA, é responsável pela coordenação e disponibilização dos recursos para a viabilizar o programa. Além dos ministérios, a partir de 2006, foi criada uma ação complementar que promove um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com os governos estaduais e municipais, pensando em aumentar a eficiência na operacionalização do programa.

Quadro 1. Aspectos estruturais da execução do PAA no Brasil.

Para quem?	<p>Fornecedor: agricultores familiares, com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da reforma agrária, agricultores familiares pobres e suas organizações.</p> <p>Consumidor: população em situação de insegurança alimentar e em vulnerabilidade social; Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição; Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).</p>
Com quem?	- Execução federalizada em parceria com a CONAB - Execução descentralizada em parceria com governos estaduais, distritais e municipais
Onde?	Em todo o território nacional, com prioridade para as Regiões Metropolitanas, Semiárido e Territórios da Cidadania.
Para que?	<p>Instrumento de política de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo o abastecimento alimentar da população mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O suporte à rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socioassistenciais; - A estruturação de circuitos locais de abastecimento alimentar; <p>A formação de estoques de alimentos para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em insegurança alimentar.</p> <p>Fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações econômicas e promoção do desenvolvimento local mediante a compra direta de alimentos a preços mais justos, garantindo renda para os agricultores familiares e contribuindo para a regulação, de forma indireta, dos preços de mercado.</p>
Como?	<ul style="list-style-type: none"> - Operando sistemas públicos descentralizados de soberania alimentar (produção – comercialização – consumo), integrando fortemente as políticas de desenvolvimento agrícola e social. - Atuação coordenada de todos os executores do PAA, fazendo uso das suas dimensões e funções.
Com quanto?	Recursos públicos (dos orçamentos do MDA e MDS), suficientes para desempenhar plenamente suas atribuições e cumprir as funções estabelecidas nos regulamentos e deliberadas pelo Grupo Gestor.

Fonte: Balanço de avaliação do Grupo Gestor do PAA, CONAB, 2010.

Visitando o sítio eletrônico da CONAB pode-se ver alguns resultados importantes para compreender o papel dessa política no país. As operações do PAA em 2014 nas modalidades Compra com Doação Simultânea – CDS, Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR – Estoque operacionalizadas pela Conab com recursos do MDS/MDA, junto às despesas

operacionais, envolveram recursos da ordem de R\$ 353.003.776,00, sendo R\$ 338.004.941,79 para o pagamento das aquisições de produtos, R\$ 2.302.713,93 para o pagamento do INSS, embalagens e devoluções e R\$ 12.696.120,28 para as despesas operacionais. (CONAB, 2014)

O Programa é operacionalizado a partir de cinco modalidades, cada uma com finalidade diferente, inclusas nos dois objetivos principais da política que é: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, tendo como mote “Renda pra quem produz e comida na mesa de quem precisa”.

A **Compra com Doação Simultânea** tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

A **Compra Direta** tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.

O **Apoio à Formação de Estoques** tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

O **PAA Leite** tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares.

A Modalidade **Compra Institucional** foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. (MDA, 2012, p. 14 a 22)

O limite de valor de compra praticado é definido pela modalidade na qual o agricultor se insere, a Compra com Doação Simultânea e a Compra Direta Local com Doação Simultânea (realizada pela CONAB e na parceria do MDS com estados e municípios, respectivamente) tem o limite anual de R\$ 4.500,00; nas modalidades formações de estoque e compra direta que são executadas pela CONAB, sendo o teto anual de R\$

8.000,00; e na modalidade PAA leite o limite, semestral, é de R\$ 4.000,00.

No quadro a seguir, produzido pelo grupo gestor do PAA, pode-se ver a sistematização dos dados acima:

Quadro 2. Modalidades, Objetivos, Executores e Limites Financeiros do PAA.

MODALIDADE	OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO	FONTE DE RECURSOS	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO	LIMITE POR AF – (R\$/ANO)
Compra Direta da Agricultura Familiar - CD	Polos de compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar. Cumprindo um importante papel na regulação de preços e no abastecimento.	MDS e MDA	CONAB	Individual, grupos informais, cooperativa, associação	8.000
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - FE	Instrumento de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e forma estoque de produto para posterior comercialização em condições mais favoráveis.	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e associação	8.000
Compra com Doação Simultânea - CDS	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial.	MDS	CONAB, estados e municípios	Individual, grupos informais, cooperativa, associação	4.500
Incentivo à produção e consumo de leite – PAA LEITE	Propiciar o consumo de leite às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, e fomentar a produção.	MDS	Estados e municípios da região nordeste e norte de Minas Gerais	Individual, grupos informais, cooperativa, associação	8.000

Fonte: Balanço de avaliação do Grupo Gestor do PAA, CONAB, 2010.

Os recursos aplicados no PAA, desde 2003, cresceram progressivamente, iniciando com um montante de R\$ 81.541.207,29 e aumentando mais de quatro vezes em 11 anos, chegando a 2014 com o montante de R\$ 338.004.941,78, como é possível ver no quadro a seguir, produzida a partir dos dados da CONAB, 2014:

Tabela 2. Recursos aplicados no PAA no Brasil – 2003 / 2014

ANO	RECURSOS APLICADOS (R\$)
2003	81.541.207,29
2004	107.185.826,34
2005	112.791.660,39
2006	200.667.394,34
2007	228.352.963,49
2008	272.929.438,86
2009	363.964.228,12
2010	379.735.466,39
2011	451.036.204,40
2012	586.567.130,50
2013	224.517.124,45
2014	338.004.941,78
TOTAL	3.347.293.586,34

Fonte: SILVA, J.G. com base nos dados da CONAB, 2014.

É importante destacar a aplicação dos recursos por região brasileira, sendo a região Nordeste a principal atendida pelo programa, somando 44% do total nacional. Nesta região o estado da Bahia recebe atualmente o maior volume de recursos, representando 14% do total no ano de 2014.

Esse é, também, um reflexo da estrutura fundiária e socioespacial dessa região onde se concentra uma parcela significativa de estabelecimentos da agricultura camponesa, apresentando grande vulnerabilidade, materializada na concentração fundiária e de recursos expressa pela desproporcionalidade na modernização e nas grandes desigualdades, além do deficit histórico de políticas públicas para os camponeses.

Na análise comparativa das regiões, o Nordeste apresenta o maior percentual de

agricultores familiares, responsável por 49,7% dos estabelecimentos familiares brasileiros. De fato, do total de estabelecimentos do Nordeste, 92,7% foram considerados familiares (2.055.157.030 estabelecimentos familiares) e apenas 7,3% patronais (INCRA/FAO, 2014, p. 7). No caso do estado da Bahia, 666.831 (87%) estabelecimentos são familiares e 96.697 (13%) são patronais, sendo que 19.224.996ha (66%) são ocupados pelos estabelecimentos patronais e 9.955.563ha (34%) são ocupados pelos estabelecimentos familiares. (INCRA/FAO, 2014, p. 26)

Quando se avalia a capilaridade do PAA a partir do seu alcance nos municípios, visualiza-se um grande crescimento de 2003 a 2013, porém, com uma diminuição no ano de 2014, quando atendeu 619 municípios e 51.228 beneficiários. Sendo eles 65,2% de agricultores familiares, 2% de pescadores artesanais, 25,3% de assentados, 2,2% de quilombolas, 0,7% de indígenas, 0,1% de atingidos por barragens e 4,7% de agroextrativistas, dados coletados no sítio eletrônico da CONAB (2014, p. 15). A figura a seguir, produzida pela CONAB (2014, p. 20), espacializa os municípios atendidos pelo programa:

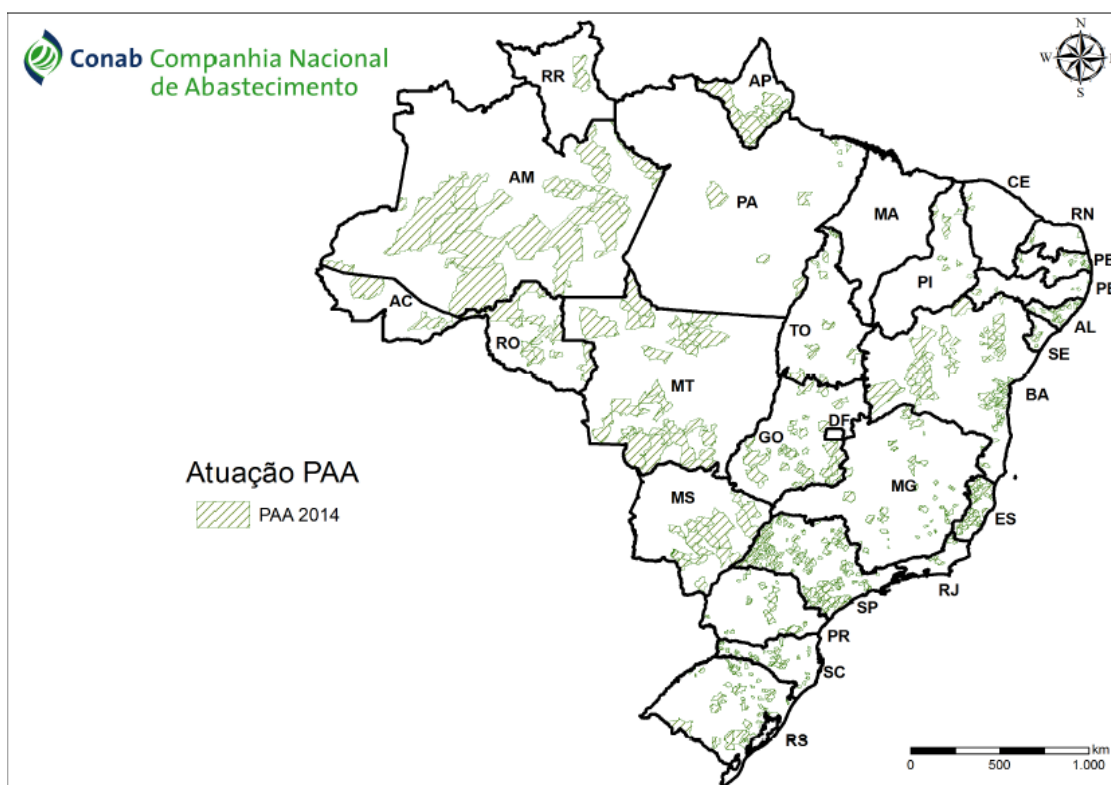


Figura 2: Espacialização da atuação do PAA nos municípios – 2014

Fonte: CONAB, 2014.

A figura mostra uma grande amplitude do programa no território nacional, e nos revela também a condição de alguns estados, que não são atendidos pelo programa, ou o são de forma muito limitada, como o Maranhão e o Pará, grandes estados da federação, porém sem acesso a essas políticas.

O PAA está presente em praticamente todos os estados do país, sendo que sua dimensão é representada com maior efetividade naquelas regiões onde a agricultura familiar é extremamente importante, criando possibilidades de melhoria das condições de vida do agricultor e contribuindo para sua fixação no campo. (MATOS e NOIA, 2014. p. 9)

Na Bahia, os estabelecimentos de agricultura familiar, segundo o censo agropecuário do IBGE (2006), representam 87,4% do total de estabelecimentos (665.831), enquanto que a área ocupada está em torno de 34,11% (9.955,563). Enquanto isso, a agricultura não familiar apresenta um número de 95.697 (12,6%) estabelecimentos, enquanto que a área ocupada é de 19.224,996ha (65,89%). Dados que demonstram a concentração fundiária estadual.

O estado da Bahia é atendido desde o início do programa, de acordo com o relatório do SEDES/SIAA, em 2014:

A quantidade de municípios que receberam Kits de equipamentos foi 237; municípios aderidos ao Programa com dados no sistema de gerenciamento do PAA-SISPAA: 242; municípios com Plano Operacional Publicado: 110; municípios em plena execução: 52; 15.178 agricultores e 3.637 entidades que se beneficiam com aquisição; Distribuição de 2.466.515 toneladas de alimentos; Investimentos na ordem de R\$ 33.484.336,07. (SEDES/SIAA, 2014. p. 6)

Segundo o relatório da SIAA (Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar) em 2014 o programa foi executado por 52 municípios do estado da Bahia: Amargosa, América Dourada, Arataca, Barra da Estiva, Barro Alto, Brejões, Camacam, Caraíbas, Caturama, Conde, Eunápolis, Feira de Santana, Gongoji, Guajeru, Guaratinga, Ibititá, Igrapiúna, Irecê, Itabuna, Itaju Do Colonia, Iuiu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jussari, Laje, Lapão, Lauro De Freitas, Livramento De Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Manoel Vitorino, Marcionílio Souza, Mutuípe, Novo Horizonte, Paripiranga, Piritiba, Presidente Jânio Quadros, Santa Barbara, Santa Cruz da Vitoria, Santo Amaro, São Felipe, São José da Vitoria, Sapeaçu, Serra Preta, Tanque Novo, Taperoá, Teixeira De

Freitas, Ubatã, Uibai, Valença, Vitória da Conquista. Santo Amaro é um desses municípios, e aderiu ao programa no ano 2012.

É indiscutível a importância de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, principalmente para o estado da Bahia, que possui um grande número de agricultores familiares. Nesse sentido, o PAA tem o potencial de contribuir no apoio a esse segmento, possibilitando a criação de mecanismos de sustentação de preços e melhoria da renda. Mesmo com uma trajetória recente, particularmente na Bahia, é possível identificar pontos que constituem gargalos para a plena operacionalização e efetivação desse Programa. (ROCHA et al, 2010, p. 18)

As aquisições do município de Santo Amaro, a partir do PAA, no ano de 2015, até outubro, por sua vez, teve o custo de, em média, R\$ 15.515,30 mensais. E, entre os beneficiários, está a Associação de Produtores Rurais do Bela Vista, que hoje aglutina assentados dos PA's Santo Antônio dos Calmons e do Eldorado do Pitinga, nos quais a presente pesquisa procura avaliar as implicações. (MDS, 2015, p. 2).

3.2 O PNAE em Santo Amaro

O PNAE é responsável pela alimentação, durante o ano letivo, dos alunos das escolas de educação infantil e ensino fundamental da rede pública, e, também, de entidades filantrópicas e escolas indígenas, como forma de contemplar o direito constitucional à alimentação escolar, instituído na Constituição de 1988.

O PNAE tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). (FNDE, 2015)

Como um dos maiores e mais antigos programas do governo federal, O PNAE, contempla a área de educação, atendendo cerca de 37,8 milhões de crianças, o que representa 21% da população brasileira, tendo como principal objetivo contribuir para uma melhor aprendizagem em sala de aula e na formação de bons hábitos alimentares, assim como suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e 30% das necessidades dos

alunos das creches e escolas indígenas e remanescentes de quilombolas (FNDE, 2015).

Atualmente, o PNAE está ligado ao Programa Fome Zero, que como afirmou-se, foi lançado no primeiro governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, no dia 31/03/2002. A perspectiva desse programa é a promoção de políticas chamadas de estruturantes, que tenham o objetivo de se chegar a raiz do problema da fome e da pobreza, gerando emprego e renda.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realiza a assistência financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia

O valor per capita repassado pela União é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, creches: R\$ 1,00; Pré-escola: R\$ 0,50; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60; Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30; Ensino integral: R\$ 1,00; Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50. (FNDE, 2015)

Os recursos destinam-se à compra de alimentos pelas secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e pelos municípios. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público. Para 2016, o orçamento previsto é de R\$ 3,8 bilhões destinado a 42,6 milhões de estudantes. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (FNDE, 2015)

A partir dos dados do censo escolar de Santo Amaro observa-se uma redução de matrículas dos estudantes desde 2011, quando havia 15.258, em 2012 haviam 14.174 estudantes, em 2013, 13.617 estudantes e em 2014, 13.416. De acordo com o gestor municipal da educação, está ocorrendo uma evasão escolar além de um maior rigor no censo, esses dois fatores geraram esse impacto nos números de educandos no município.

Esse, por sua vez, atribui essa evasão às dificuldades de se encontrar emprego em Santo Amaro, afirmando que “O processo de educação sequenciada de emprego não existe atualmente, é muito comum que os estudantes tenham que se escolarizar e trabalhar ao mesmo tempo, e as oportunidades em Santo Amaro são muito poucas, apesar dos esforços para que as escolas não se esvaziem, o problema da evasão não é só um problema da Secretaria de Educação” (S.E., informações coletadas em campo, 2015).

Apesar dessa involução sistemática do número de matrículas, os investimentos na alimentação escolar não seguiram o mesmo padrão. No gráfico a seguir é possível ver a evolução dos investimentos do FNDE e executados pela prefeitura de Santo Amaro na alimentação escolar entre os anos de 2011 e 2015 e a parcela executada na compra da agricultura familiar (FNDE, 2015):

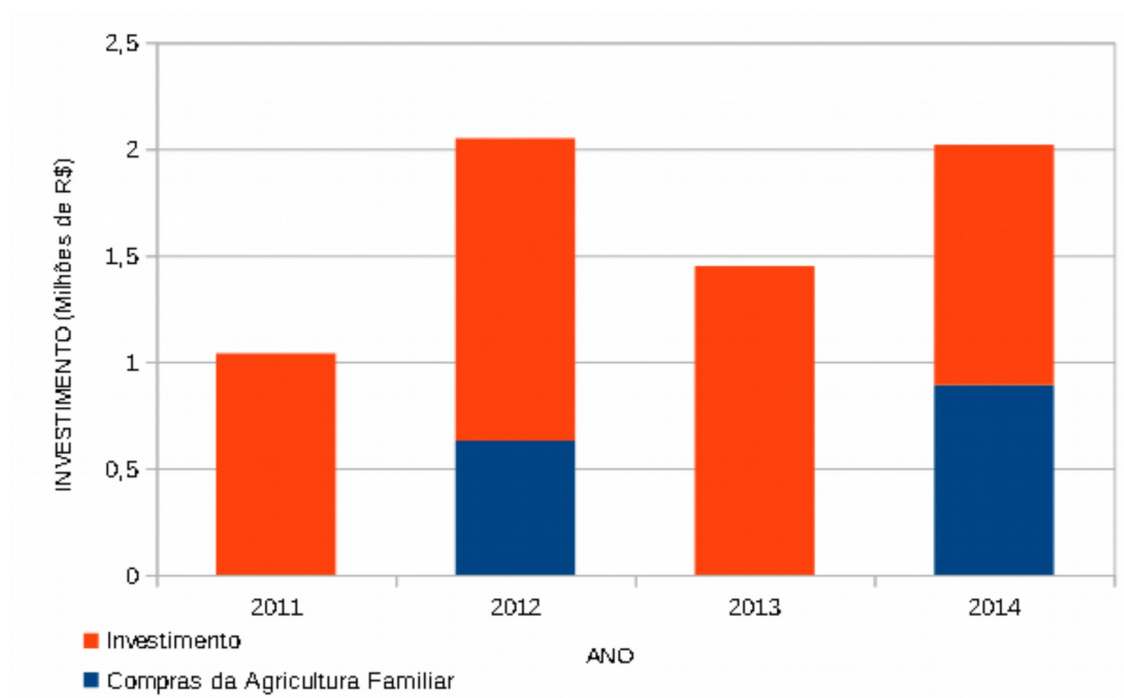


Figura 3: Evolução dos investimentos do PNAE em Santo Amaro, 2011 a 2014.

Fonte: SILVA, J.G., 2015.

Ao visualizar os dados do gráfico deve-se buscar as razões pelas quais os investimentos apresentam variabilidade, além de tentar compreender os motivos pelos quais os 30% para compra da agricultura familiar não estão sendo executados, tendo compras apenas nos anos de 2012 e 2014, ambas realizadas em anos eleitorais, em âmbito municipal e Estadual/Federal, respectivamente.

Outro fator a ser levado em conta é o aumento do número de estudantes na educação integral, o que implica uma maior quantidade de refeições e conseqüentemente um maior repasse do FNDE ao município. Visto que, em 2011, haviam 3.566 (23,37%), em 2012 4.901 (34,58%), em 2013 3.171 (23,29%) e em 2014 3.626 (27,02%), estudantes matriculados na educação integral. Em 2013, o município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 40 escolas do ensino fundamental, sendo 27 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

Entre as justificativas apresentadas pelo gestor municipal da educação em Santo Amaro para a não utilização dos recursos do PNAE durante a compra de alimentos produzidos pela reforma agrária aparecem: a dificuldade de encontrar cooperativas e associações com aptidão para o fornecimento, ou seja, o grande número de endividamentos coletivos ou individuais dos agricultores/as é um dos principais entraves para essa política no município. Os agricultores apontam a burocracia para o acesso à política como um dos principais entraves.

Pode-se perceber que os problemas gerados pela falta de política de ATER e ATES, ou até mesmo, políticas não acertadas causaram problemas incomensuráveis para o processo produtivo dos pequenos agricultores. Assentados do Bela Vista relatam o momento em que se beneficiaram do PRONAF, no qual o técnico indicou a produção de abacaxis, no qual tiveram divergências em relação às orientações do técnico da ATER:

A gente achou estranho, ele mandou plantar abacaxi, a gente sabia que aqui abacaxi não dava, a terra é grossa e argilosa, além de chover muito, mas ele é mais estudado né? Aí falou que era pra gente usar o benefício comprando as mudas, foram mais de 6 mil mudas, e se deu muito, foram 3 abacaxis, azedos igual o diabo, eu guardei pra cortar e ele comer, mas ele num voltou mais aqui não, e a gente ficou no prejuízo. (CARDOSO, Entrevista concedida em campo, 2015)

Essa orientação técnica deficitária custou caro aos assentados, que por muito tempo não puderam mais acessar outro benefício, e tiveram grandes dificuldades para regularizar a DAP e reorganizar a associação.

Em pesquisa nacional realizada em 2010, gestores municipais em todo o Brasil foram entrevistados, e apresentaram diversos motivos para não conseguirem executar os 30% dos recursos do PNAE na compra dos produtos junto a agricultura familiar local, a tabela 2 mostra que a maioria dos gestores dos estados do nordeste apresentam a não

emissão da nota fiscal e o fornecimento irregular dos gêneros alimentícios como as principais dificuldades. Esses dois problemas são expressão do endividamento e da não regularização das associações e cooperativas.

Em campo, consegue-se visualizar alguns outros problemas, apresentados pelos agricultores, entre eles a inadimplência e a burocracia, que exige uma alta organização dos trabalhadores/as, além de assistência, que muitas vezes não é realizada pelo poder público e grupos da universidade ou ONG's acabam apresentando uma alternativa, insuficiente para essas demandas.

Tabela 3. Justificativa para a não execução dos 30% dos recursos na compra dos produtos da Agricultura Familiar – Brasil e Regiões, FNDE, 2010.

Justificativa	Regiões brasileiras					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
	n	n	n	n	n	n
Não emissão de nota fiscal	9	34	9	22	7	81
Fornecimento irregular e inconstante de gêneros	46	194	59	103	68	470
Condições higiênico- sanitárias inadequadas	5	17	9	8	16	55
Outros	96	222	76	238	101	733
Processo singular	3	11	6	14	4	38
Não Informou	81	297	90	172	164	804
Não se aplica	20	81	22	45	165	333

Fonte: CECANE, UNB, 2010.

Apresentadas essas questões, será dado no capítulo seguinte uma atenção às implicações dessa política nos assentamentos estudados, que conseguiram ter acesso ao benefício nos anos de 2012 e 2014, a partir da associação dos pequenos agricultores do PA Eldorado do Pitinga, que por muito tempo esteve com pendências, mas conseguiu se regularizar em 2011, para concorrer a diversos editais.

4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM SANTO AMARO

Neste capítulo serão discutidos os aspectos da produção e reprodução do espaço agrário no município de Santo Amaro, compreendendo os efeitos da organização e do uso da terra e da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional de âmbito nacional.

O caminho a ser percorrido nesse capítulo passa pela compreensão da estrutura agrária brasileira e da formação socioeconômica do Recôncavo Baiano, para que se chegue em uma análise mais localizada do município e dos assentamentos pesquisados.

Aqui é abordada a questão agrária em Santo Amaro, entendendo-a por uma perspectiva histórica, fruto da dialética entre a crescente concentração fundiária por um pequeno número de proprietários e as lutas por parte do campesinato pelo acesso ou permanência na terra.

Será discutido, ainda o processo de formação do MST e sua chegada no estado da Bahia, para que se tenha mais elementos para analisar a realidade nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga, objetos de estudo dessa pesquisa.

4.1 Latifúndio e surgimento do MST no Brasil

O processo de formação dos latifúndios no Brasil está fundamentado, inicialmente, no regime de sesmarias, grandes lotes de terras doadas aos simpatizantes da Metrópole Portuguesa, feita apenas aos “homens de posses” que queriam se fixar na agricultura e produzir aquilo que era interesse da exploração colonial. As relações de trabalho neste processo de formação dos latifúndios eram predominantemente escravocratas. Estes trabalhadores eram submetidos a um regime social de sujeição e utilização de sua força de trabalho, explorada pelo sistema social e econômico que sustentava a elite que detinha as sesmarias que são bases históricas dos latifúndios, na atualidade.

Em suas análises, Martins (1981) aponta que não era a concentração de terras pelo sesmeiro que configurava o principal caráter de dominação, mas a propriedade de escravos, já que a terra pertencia ao rei e era doada apenas em concessão de uso para a exploração em benefício da metrópole. Dessa forma, antes da condição de proprietário de terras, o sesmeiro era, sobretudo, proprietário da mão de obra escrava, como afirma a seguir:

O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo, ao contrário a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes. (MARTINS, 1986, p. 37)

Esse regime persistiu durante todo período colonial, sendo superado apenas em 1850 com uma nova forma de regência da propriedade privada da terra, a partir de então, com a Lei de Terras, nº 6011. A fundamentação da Lei pautava-se em princípios capitalistas, ou seja, só poderiam adquirir terras aqueles que por ela pudessem pagar.

Neste sentido, a lei foi mais um elemento de acirramento dos conflitos para os trabalhadores rurais que não tinham capital para aquisição dessas terras. Essa Lei institucionalizou o latifúndio no Brasil e garantiu “um novo direito de propriedade pensado de modo a garantir o poder dos fazendeiros” (LERRER, 2003, p.34). Através dessa lei, é instituída uma forma dos latifundiários se apropriarem das terras do Estado, bloqueando o acesso à terra aos trabalhadores que dela dependiam.

Segundo Stedile (1994), em 1850, o Brasil perde sua primeira grande oportunidade histórica de efetivar a reforma agrária, tendo em vista que a Lei de Terras, em vez de possibilitar a democratização da propriedade de terras, acaba por limitá-la e concentrá-la nas mãos da pequena elite que as podia adquirir. Essa, por sua vez, fraudava facilmente a lei, fazendo parecer que a ocupação ocorrera antes de 1850, beneficiando-se, portanto, do dispositivo legal que reconhecia todas as posses, independente da extensão, anteriores a esta data.

Assim, é com transformação da terra em mercadoria e o fim do trabalho escravo que se acirraram os conflitos entre os grandes, pequenos e não proprietários, entre os fazendeiros e camponeses. O poder da classe dominante de subjugar o trabalho deixa de focar a figura do escravo e passa ao trabalhador livre, tendo na terra a mediação para o exercício desse poder. Se por um lado, em 1888, foi abolida a dominação exercida através do trabalho escravo no Brasil, anteriormente, em 1850, decretaram-se as formas de subjugar o trabalho livre por intermédio da terra.

A subsunção real do trabalho ao capital, entretanto, só se completaria com uma mudança na base técnica da agricultura, mudança que ficou conhecida como “Revolução

Verde”, chamada por Porto-Gonçalves (2005, p. 5) de uma “revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia”, iniciada no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Mecanização, insumos sintéticos (adubos, agrotóxicos e fármacos), sementes híbridas e raças animais melhoradas foram as inovações tecnológicas empregadas para intensificar a produção e aumentar a produtividade do trabalho, alterando a composição orgânica do capital.

Com a política de modernização do latifúndio, observou-se o avanço da mecanização na agricultura, com emprego de tecnologias que promoveram a substituição de parte da mão de obra por máquinas e implementos, agravando a situação do trabalhador do campo. Ainda na década de 60, Prado Junior (1979), sinalizava que o emprego de novas técnicas não estava relacionado com a melhoria das condições de trabalho, mas com a rentabilidade da propriedade. Desse modo, o autor concluía que quando a agropecuária encontra condições favoráveis deterioram-se as condições de trabalho que são modificadas só pela relação de oferta e procura.

O latifúndio capitalista moderno tem como características o assalariamento, a divisão técnica do trabalho e o emprego de tecnologias também “modernas”. É importante lembrar que essa “modernização” não se deu sem a intervenção ativa do Estado. Na década de 1960, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios, como afirma Fernandes (1999):

(...) De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola. Essa política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 1999, p. 41).

Por um lado, a expansão do capitalismo renova as formas de acumulação de capital para alguns poucos proprietários de terras e grandes grupos econômicos, e por outro, se assiste a formação de um dos mais significativos movimentos sociais contemporâneos, o

MST:

Podemos afirmar que o MST, enquanto movimento de massas e organização social que luta pela terra e pela reforma agrária, é produto das contradições sociais do capitalismo agrário brasileiro e da política nacional anti-democrática que se mantém pós ditadura militar. A conservação do latifúndio e sua aliança com o capital impedem a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que permita eliminar a fome, o subemprego, a migração, a exploração e a expropriação dos trabalhadores rurais. (SILVA. 2005, p. 93)

O processo de formação dos latifúndios no Brasil, juntamente com a sua “modernização conservadora” cria novas relações capitalistas de produção e de trabalho e intensifica os conflitos entre os trabalhadores e latifundiários, configurando o cenário da luta de classes no campo.

A luta por reforma agrária faz parte do processo de resistência e tem encontrado no decorrer da História a oposição constante dos grandes proprietários e latifundiários que concentram a maior parcela das terras cultiváveis do país. Na realidade, existem reformas agrárias, no plural, pois elas são sempre diferentes, de acordo com o país onde ocorrem. Elas nascem de mudanças históricas e dos interesses do modo de produção dominante, que são específicas a cada sociedade – não basta o desejo isolado de algum político ou a vontade de imitar outro país.

São condições socioespaciais que dão origem à luta pela terra, da falta de gêneros alimentícios à distribuição desigual das propriedades, que podem resultar ou não, em distintas reformas agrárias. E estas não se limitam à mera distribuição de lotes de terra, pois, para serem consequentes, elas necessitam de uma política agrícola de créditos bancários – para a compra de sementes, de adubos, de máquinas, de tratores etc. – além da assistência técnica e da criação das condições para o escoamento da produção.

Uma reforma agrária não deve visar apenas corrigir uma situação objetiva de injustiça social, mas destina-se a ampliar a produção agrícola, a transformar amplas extensões de terras improdutivas em solos produtivos, cultivados. A Reforma Agrária seria a revisão da estrutura agrária de um país com objetivo de realizar uma distribuição mais igualitária da terra e da renda agrícola.

Hoje se discute a eficiência da reforma agrária como solução econômica (aumento da produção) e social (aumento do emprego e maior equilíbrio entre a cidade e o campo).

Para uns, a produção nas pequenas propriedades já não é mais competitiva, sobretudo na era da globalização econômica, e por isso não deveria ser estimulada. Para outros, ao contrário, as pequenas propriedades continuarão a ser responsáveis pelo maior número de empregos no campo e pela maior produção de alimentos de consumo interno.

A condição brasileira referente à estrutura agrária, altamente concentradora e excludente, gera um cenário propício para a resistência, com o surgimento de diversos movimentos de luta pela terra, entre eles o principal expoente, no momento atual, é o MST, objeto de estudo dessa pesquisa.

Para descrever a formação e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra busca-se aqui as análises tecidas por Caldart (2004), que indicam três grandes momentos históricos: Articulação Nacional de luta pela terra; Constituição do MST como uma organização social de massas e a Inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil.

Segundo a autora cada um dos momentos históricos acima representa os desafios impostos pela realidade brasileira e os contornos e rearranjos na luta travada pelo Movimento durante estes anos. Cabe frisar que a passagem para o momento histórico seguinte não quer dizer necessariamente que todos os desafios das fases anteriores foram superados ou que, nem mesmo, todos os estados onde o Movimento está organizado passaram rigorosamente por todas as fases.

A organização dos trabalhadores sem-terra no plano da luta pela Reforma Agrária no território capitalista levantou uma variada gama de organizações no campo brasileiro a partir de 1948. Foram movimentos que caracterizaram as formas de ação destes trabalhadores de maior expressão a partir da década de 1950. Para Martins (1981):

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 as ligas camponesas e os sindicatos serão as formas mais importantes de luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência. (MARTINS, 1986, p.67)

A primeira fase do MST foi articulada pela Igreja Católica, por meio da CPT (pastoral da terra), que promoveu vários encontros regionais com os trabalhadores, o que possibilitou que as lideranças se articulassem para a realização do 1º Encontro Nacional dos sem-terra, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, o qual é considerado o marco oficial de criação do MST e nele foram definidos os princípios gerais do movimento e deliberado pela continuidade e ampliação da luta pela terra.

O lema “Terra pra quem nela trabalha” foi constituído sob a égide da simbologia cristã e legitimou esta estratégia de luta. A conotação moral deste lema permitiu aos mediadores construir junto às populações rurais, tradicionalmente bastante legalistas, a ideia de aceitação de ocupações de propriedades rurais que não cumpriam sua função social (SCHERER-WARREN, 2000). Esta estratégia foi reforçada com o lema “Terra não se ganha, se conquista”, por ocasião da fundação do MST, e “Sem reforma agrária não há democracia”, lema do 1º Congresso Nacional (1985), no qual a ocupação de terras (ociosas ou públicas) virou um instrumento de luta dos agricultores para a realização da reforma agrária. Uma alternativa para pressionar o Estado, criando mobilização social e atraindo a atenção da opinião pública.

A segunda fase (entre 1986 e 1993) foi marcada pela ampliação e consolidação do Movimento, que passou a se constituir de forma autônoma e independente das organizações que contribuíram para sua formação (Igreja e movimento sindical). O MST foi se constituindo em função das suas próprias experiências de luta, no cotidiano dos acampamentos e assentamentos, através de lutas massivas e tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Um dos traços marcantes do MST é a concepção que a conquista da terra não é o fim da luta, mas um ponto de partida. Segundo Fernandes (1999) a força política do movimento estava na participação ampla da família excluída da terra:

Esse caráter popular de uma forma de organização, em que participam as mulheres, as crianças, os homens, os jovens e os anciãos, diferenciava o Movimento das outras instituições políticas. Durante a formação do Movimento, as famílias criam espaços de participação porque a dimensão da luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade de participação de todos. Também perceberam que nesse ponto residia toda a sua força política (FERNANDES, 1999, p.75).

O MST inovou tanto nas formas de luta quanto na estrutura organizativa, se tornando uma organização extremamente ágil que modificava suas estratégias de acordo com a conjuntura do momento e o avanço das lutas. “Forma em movimento, modificando-se e dimensionando-se conforme as necessidades nascentes na marcha das transformações das realidades, tornou-se a lógica da organização dos sem-terra” (FERNANDES, 1999, p. 161).

Na terceira fase o MST partiu para ofensiva, alterando sua bandeira de luta para “Ocupação é a única solução”. Ocorreram vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários e, conseqüentemente, um endurecimento por parte do Estado, provocando um aumento da violência – que atingiu trabalhadores, lideranças, políticos, religiosos, entre outros. O sucesso de suas ações (aumentos das desapropriações) permitiu a ampliação do movimento, que ganhou expressão nacional e credenciou o MST como o principal porta-voz da luta pela terra no Brasil (MEDEIROS, 2001).

Segundo Strapazzon (1997) esta mudança de bandeira de luta – que na fase de mediação com a CPT era “Terra para quem nela trabalha” – para “Ocupação é a única solução” significava uma ruptura com a visão político-religiosa

(...) que interpretava a conquista da terra como ‘Terra de trabalho’, com conotação moral, para uma visão político econômica, visando à conquista da terra, como meio de produção e desenvolvimento econômico (STRAPAZZON, 1997, p.70).

Porém, este rápido crescimento do número de assentamentos aliado, por outro lado, à presença ostensiva de forças contrárias, que se propunha a defender, inclusive com armas, a propriedade da terra contra as “invasões”, acabou provocando certa crise dentro do Movimento, que tinha que responder de forma afirmativa a estes desafios.

A conquista da terra era um primeiro passo na luta pela reforma agrária, porém existiam ainda outros desafios a serem enfrentados. Era evidente, também, que devido à complexidade dos problemas existentes nos assentamentos, estes não seriam resolvidos em curto prazo.

Ante os inúmeros problemas que se impunham, tanto internamente nos assentamentos quanto na organização e formas de luta do Movimento, o MST redefine

sua estratégia e elabora o “Plano Nacional do MST”, aprovado no 5º Encontro Nacional (1989), que deveria orientar as ações do Movimento nos próximos cinco anos. Neste Encontro Nacional o tema foi “Ocupar, resistir e produzir”, que se tornou a bandeira do Movimento até meados da década de 90. Esta incorporação do “produzir” sinalizava um aumento da importância da questão produtiva para o Movimento

Este Plano Nacional do MST é composto de três pontos fundamentais. O primeiro consta de uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, na qual são desta todas as suas características excludentes e as consequências sociais e econômicas para o setor rural. No segundo ponto foi destacada a importância e a necessidade da luta pela reforma agrária. No terceiro são apontados os desafios da luta pela reforma agrária, era preciso lutar por uma reforma agrária que garantisse a melhoria das condições de vida para todos os brasileiros; busque justiça social e igualdade de direitos; difunda a prática dos valores humanistas e socialistas; busque a participação igualitária das mulheres; produza alimentação barata e de qualidade, com preservação do meio ambiente e visando a sustentabilidade (MST, 1995).

Para o MST a reforma agrária deveria estar inserida num projeto popular que “transforme as estruturas econômicas e sociais do Brasil, em benefício do povo brasileiro” (MST, 2000: 04). Além de ter participação ativa nas diferentes iniciativas que representem a construção de um “projeto popular para o Brasil”; resgatando a importância do debate em torno de questões como “meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia do São Francisco e da Amazônia, transformando-as em bandeira de luta para toda a sociedade” (MORISSAWA, 2001, p.166).

O MST vem assumindo cada vez mais uma postura de enfrentamento às empresas transnacionais buscando chamar a atenção para os problemas do agronegócio. Atualmente o MST está presente em 24 estados da federação. Ainda que os problemas e desafios sejam imensos houve avanços significativos da questão agrária no país. Os assentamentos além de alterar substantivamente o modo de vida das famílias modificam, também, a correlação de força política nos pequenos municípios onde são instalados.

Foi no Extremo Sul da que se iniciou o processo de formação do MST na Bahia. Originou-se da articulação, já existente, de lutas organizadas sob a coordenação da CPT, da Igreja Católica. Os trabalhadores dessa região participaram do Primeiro Congresso, em janeiro de 1985, e passaram a integrar a Coordenação Nacional do Movimento e

atualmente está estruturado em oito regionais: Sul, Extremo Sul, Sudoeste, Chapada Diamantina, Recôncavo, Baixo Sul, Norte e Oeste. Possui em cada regional uma secretaria, que funciona como ponto de apoio para a base.

Cada regional deve ter as seguintes instâncias deliberativas: Encontro Regional, realizado todo ano, quando se reúnem os coordenadores de área e representantes dos setores, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas, planejar as atividades que o MST desenvolve na região, eleger a direção regional e os representantes da direção estadual; Coordenação Regional, composta por coordenadores de áreas, com o objetivo de coordenar o movimento na regional e encaminhar as definições programadas pelo conjunto do MST; Direção Regional, composta da liderança do movimento, com o número de membros dependendo da necessidade da regional. Sua função é não apenas acompanhar as atividades do MST na região como também implementar a “organicidade” do movimento. E entre os seus membros são escolhidos representantes para compor a coordenação estadual do MST.

O MST da Bahia atua com assentamentos e acampamentos em todas as regiões do estado. Os assentamentos em estudo está localizado no Recôncavo Baiano, que é uma região onde a partir de 1996, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) iniciou suas ocupações, tendo como base do movimento, principalmente, pessoas da periferia da Região Metropolitana de Salvador.

4.2 Formação Socioeconômica de Santo Amaro – BA

Para analisar-se a formação socioeconômica do município de Santo Amaro se partirá da história do Recôncavo Baiano, região na qual o mesmo se insere. Compreende-se aqui o Recôncavo a partir da sua totalidade, e destaca-se aspectos econômicos atrelados aos outros aspectos, como afirmou Brito (2004, p. 45):

(...) o espaço geográfico associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências de tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividades acessórias – produção de alimentos e criação de animais para o abastecimento local e a fulmicultura, cujo produto era utilizado inicialmente no tráfico negreiro e depois como lavoura comercial de alto rendimento nos mercados europeus. (BRITO, 2004, p. 45)

A regionalização do Recôncavo não se dá necessariamente pelas suas características físicas, ou pela divisão administrativa, devemos então destacar a regionalização do Recôncavo como um processo histórico, que foi se modificando de acordo com o processo produtivo, e que tem por base uma forte identidade cultural e relações sociais que conferiu a essa região características singulares que foram sendo passadas por gerações desde a sua colonização. Como afirma Chagas, 2007:

O Recôncavo não será aqui conceituado geograficamente através da sua localização, divisão política, ou seus municípios limítrofes, tampouco pelo seu relevo, clima e solo, mas sim pelas características de ser uma região singular, cujo processo de formação desencadeou um sentimento de pertencimento transportado entre gerações e que a diferencia das demais regiões do estado. No entanto, o Recôncavo propriamente dito, o Recôncavo geográfico, é muito maior que o Recôncavo de fato, aquele formado por relações sociais que lhes confere características distintas das demais regiões. (CHAGAS, 2007. p. 14)

A região apresenta uma extensa malha hidrográfica, localizada na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte que é formada por quatro bacias principais: Subaé, Jacuípe, Açú e Subaúma, e uma série de rios menos extensos, como: Pirajá, Joanes e Tapera. Os latossolos e a decomposição de rochas sedimentares, como os folhelhos (rocha argilosa em finas camadas) formados no período cretáceo, dão origem ao solo massapê, que é muito rico em matéria orgânica e favorável ao plantio o que tornou esta região conhecida como berço da agricultura brasileira, criando uma dinâmica econômica e populacional singular no entorno da Baía de Todos os Santos.

O Recôncavo Baiano nasce como um fértil-crescente, onde inúmeros rios deságuam numa baía de águas rasas e calmas, propícia a navegação e com terras de variados níveis de fertilidade, que foram determinantes no seu uso. Essas características permitiram o desenvolvimento de lavouras permanentes de espécies aclimatadas noutras colônias portuguesas, especialmente a cana-de-açúcar (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA), 2000 in CHAGAS, 2007. p. 14)

O Recôncavo foi um dos primeiros espaços ocupados pelos portugueses e desde o período colonial sofre uma intensa modificação, tendo um caráter socioeconômico singular e sua força produtiva representada pela atividade açucareira que lhe deu o papel de região mais importante da colônia com intensa relação com a Metrópole portuguesa,

além de se caracterizar, desde o início de sua ocupação, pela grande concentração fundiária.

Essa região foi eminentemente agrícola em seu processo de formação, perdurando até a metade do século XX. Entende-se que a agricultura formou a base da sua estrutura econômica, ao longo de sua evolução histórica, se caracterizou como uma das matrizes, na qual se articularam relações fundamentais entre capital, sociedade e poder político na Bahia.

Contar a história dessa região passa necessariamente por compreender o papel da produção açucareira no Brasil e no mundo, destacando que essa não era a única cultura desenvolvida porém foi a primeira e a que obtinha os espaços privilegiados quando falamos das condições fisiográficas para a produção agrária. Ou seja, as características edafoclimáticas e de proximidade com a então capital da colônia (Salvador) determinavam o uso e ocupação do solo do Recôncavo, privilegiando a cultura açucareira, que naquele momento era uma das mais importantes culturas do mundo. Assim, os solos pobres receberam as culturas alimentares e de subsistência, os tabuleiros terciários eram ideais para o fumo, enquanto o rico massapé recebeu a cultura responsável por construir o Recôncavo, a cana-de-açúcar.

[Aos] caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje, de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapé, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas (SANTOS, 1959, p. 62).

A produção da cana-de-açúcar foi responsável pela ampliação da área produtiva interiorizando a produção para áreas mais próximas, no entorno da Baía de Todos os Santos. A medida que crescia a produção, novas áreas eram anexadas provocando uma nova arrumação do espaço. Muitos engenhos de açúcar foram construídos, e o povoamento seguiu a lógica da produção açucareira.

No século XVI, a estrutura da manufatura açucareira contava em suas instalações com 18 engenhos. Esses empreendimentos exerciam o papel de povoamento, atraindo numerosa população, já que para seu funcionamento era necessário um grande número de pessoas para atender as tarefas da fabricação do açúcar, fornecer alimentos, ensino e religião para os seus moradores, bem como outras profissões correlatas, Santos (1959, p. 19).

Porém, o Recôncavo nunca foi apenas açucareiro, como afirmado anteriormente, a sua ocupação partia de dois fatores: as características físicas dos solos encontrados e as condições sociais das populações locais. Logicamente, as melhores terras foram sempre destinados para a agricultura de exportação mas, havia uma diversidade agrícola que atendia a um mercado regional.

As zonas fumageiras provocavam, de forma espontânea, aglomerações em locais mais propícios não só para atender as necessidades dos agricultores como também para atender os serviços de viajantes, desempenhando as funções de cidades dormitório, já que se localizavam estrategicamente no espaço.

No sul do Recôncavo predominou a agricultura de subsistência, principalmente com o cultivo da mandioca, do café, do feijão, do milho e das hortaliças. Culturas que ainda hoje ocupam um espaço secundário na economia regional. São as áreas menos valorizadas, também conhecidas desde o período colonial como “a lavoura de pobre”, onde predominava a pequena propriedade da terra, pertencente a homens livres, lavradores e escravos em contraste com os senhores de engenho donos de terra, escravos e de poder.

A importância da região na formação da economia baiana foi fundamental, desde o ciclo do açúcar até o do petróleo, refletindo nos diversos momentos da urbanização e da industrialização, provocando alterações na forma de articulação econômica com a Bahia e com o Brasil. Como afirma Bonfim:

Caracteriza-se como a principal base territorial do sistema escravista de produção, sendo a primeira região a se urbanizar com elevada densidade populacional, e como modelo de organização da produção baseada na exploração agro-mercantil, voltada para o exterior. Historicamente, o conjunto Salvador-Recôncavo foi a base da economia colonial aberta que deu sustentação ao sistema capitalista

comandado por Portugal, comercializando o açúcar produzido nestas terras. (BOMFIM, 2006. p. 25)

Os fatores como sua organização socioeconômica em conjunto com sua posição geográfica e relevância do açúcar no mercado internacional, transformaram o Recôncavo Baiano numa região de elevada importância.

A discussão acerca da formação social do Recôncavo passa pelo açúcar. Os engenhos eram movidos por trabalho escravo, era o modelo de produção escolhido pelo capital para reproduzir-se nessas terras. Enquanto o comércio de escravos acumulou o capital que seria utilizado para construir os próprios engenhos e a indústria que surgiria posteriormente na região. Esse circuito econômico possibilitou a construção do que Costa Pinto (1997) chamou de sistema de estratificação social complexo, revelado nas diferentes esferas da vida cotidiana. Senhores de Engenho, escravos, trapicheiros, comerciantes, ganhadores, marinheiros, artesãos, agricultores, políticos, médicos, advogados, juizes, militares e trabalhadores assalariados conformavam a divisão do trabalho e exerceram função fundamental na construção de um Recôncavo extremamente heterogêneo. A homogeneidade da região se apresenta apenas no sentimento de pertencimento que indubitavelmente atingia a todos os seus habitantes. (CHAGAS, 2007. p. 16)

Para entender a formação social e econômica da Bahia, e seus impactos na produção e reprodução do espaço, Pedrão (1992) aponta algumas questões fundamentais:

A questão fundamental da história econômica da Bahia definiu-se no período entre 1890 e 1914, quando a transição da produção escrava para a assalariada ficou colocada entre os efeitos da abolição da escravatura na produção açucareira e os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a produção fumageira. Essa transição teve consequências internas dos sistemas de produção existentes; e consequências externas, da ancoragem da organização regional da economia no contexto internacional. Primeiro, a região foi beneficiada pela imigração, especialmente de alemães, que mercantilizaram e elevaram a qualidade do fumo; e, em segundo lugar, esse aparelhamento mercantil tornou-se parte integrante da organização dos novos segmentos de exportação de cacau e do setor renovado de fumo. (PEDRÃO, 1992. p. 3)

Segundo Prado Jr. (2004, 138) a decadência da atividade açucareira, resultante de sucessivos períodos de crise, associados a modernização do processo técnico-científico da produção, além dos subsídios e incentivos a atividade, por parte de antigos consumidores em larga escala, como por exemplo, Europa e Estados Unidos, fez com

que no Brasil os produtores que até então visavam o mercado externo voltem-se para o abastecimento interno, porém, mesmo para isso, foi necessário uma transformação/modernização do processo produtivo. Além disso é importante destacar a descoberta e a exploração do petróleo, em 1939, que desestruturaram o modelo de produção tradicional, que ainda tentava sobreviver, e criar uma nova organização econômica para a região.

Alguns eventos foram bastante significativos para o processo de reestruturação dessa região da Bahia. A instalação da Petrobras, na década de 1950, a desvalorização no comércio internacional do açúcar e do fumo mais a reestruturação viária – com a construção da BR101, particularmente, e da BR 116, que deixaram as ferrovias em segundo plano, mais a desativação do porto São Roque-Paraguaçu – causaram o declínio de núcleos urbanos tradicionais da região baseados nas atividades comerciais mais simplificadas, no fluxo de mercadorias entre o sertão e o litoral baiano e na produção agrícola, como Cachoeira e Santo Amaro que se tornaram centros repulsores de população, ao mesmo tempo em que ocorria a ascensão de outros núcleos vinculados aos novos sistemas de transporte que ligavam toda a região Centro-Sul ao Nordeste bem como no comércio de produtos industrializados. (SANTANA, 2010. p. 6)

A reestruturação produtiva do Recôncavo foi feita a partir de empresas agropecuárias representadas por usinas que passaram a produzir no lugar dos engenhos, aos novos segmentos ligados a petroquímica (Petrobras) trazendo consigo um novo arranjo produtivo totalmente exógeno, porém, para extrair e transformar um recurso natural endógeno, especialmente em termos de absorção de mão de obra local e aplicação dos lucros obtidos com a exploração dos recursos.

As atividades presentes no Recôncavo Baiano⁵ atualmente demonstram essas mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, o que impacta diretamente esse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos, criando meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos.

A reestruturação se deu de modo diferenciado no espaço, uma vez que as atividades que se tornaram determinantes – químicos e petroquímicos – rapidamente se estabeleceram em partes dessa região, como nos municípios de Candeias e São Francisco do Conde, propícias a propagação das inovações técnicas, produção e

⁵Atualmente o Recôncavo Baiano é formado por 20 municípios (Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo).

exportação destas, reforçando os desequilíbrios no crescimento e desenvolvimento econômico, além de acentuar a histórica desigualdade socioeconômica nas sub-regiões que compõem a referida área.

Parte-se do pressuposto que o capital e o Estado impuseram ao Recôncavo uma nova organização, de modo a absorver tanto as inovações técnicas como os novos modos de produção e consumo que faz com que a região perca, além do comando de suas atividades, também passe por uma desestruturação para atender a ordem externa.

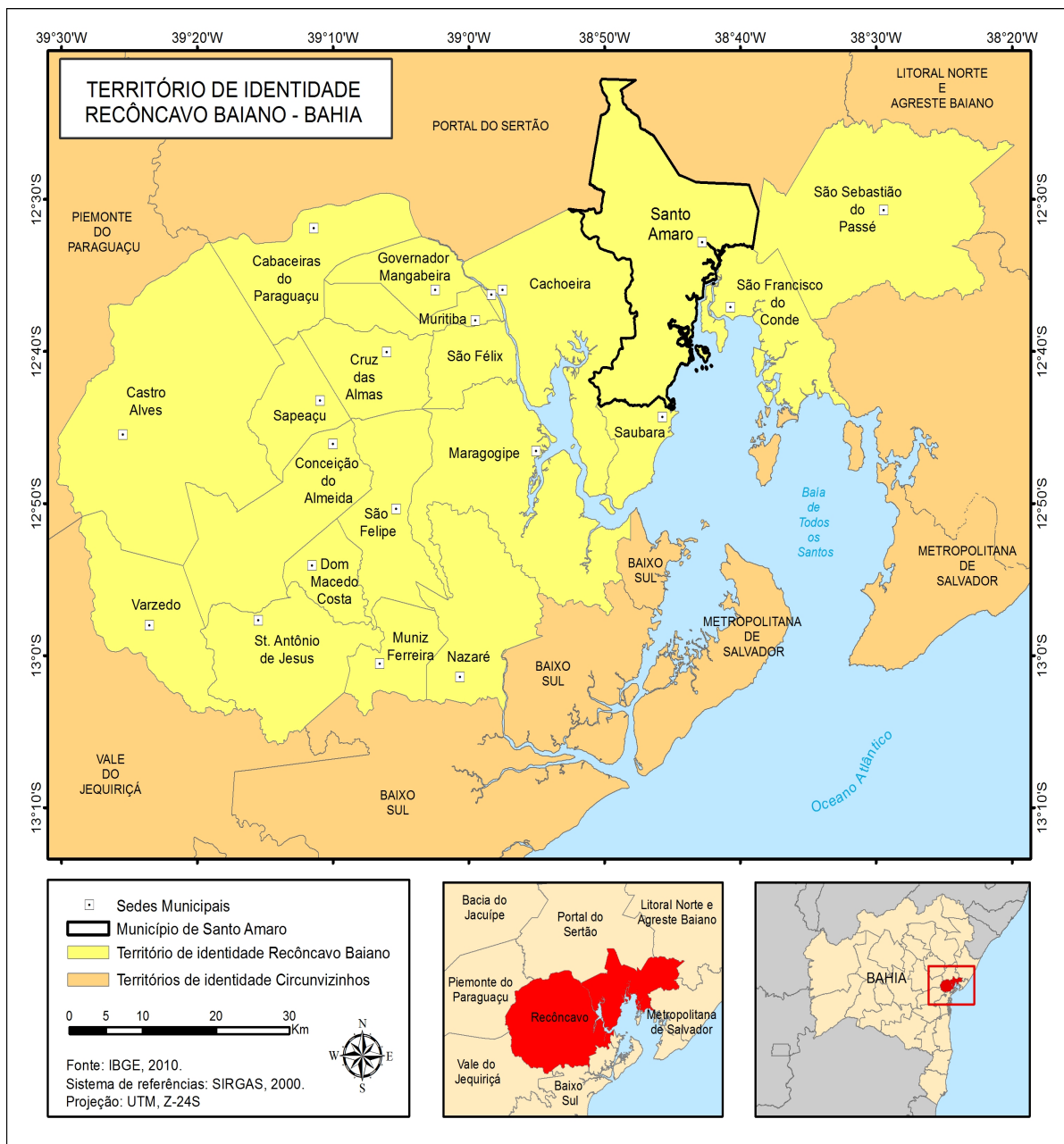


Figura 4: Território de Identidade Recôncavo Baiano
Fonte: SILVA, J.G., 2015

Santo Amaro, de acordo com a legislação político-administrativa, foi criada a partir da Provisão Régia de 09 de fevereiro de 1725; em 05 de janeiro de 1727 instalou-se a vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. A lei vigente sobre o município de Santo Amaro é a de nº 628, de 30 de dezembro de 1953 publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de fevereiro de 1954.

As informações fornecidas pela SEI (2015), em relação a regionalização do estado da Bahia, o município de Santo Amaro é classificado como mesorregião geográfica Metropolitana de Salvador; microrregião geográfica de Santo Antônio de Jesus; região econômica Recôncavo Sul.

O município de Santo Amaro teve sua colonização, assim como toda a região, marcada pela produção da cana-de-açúcar, cuja manufatura nas casas de engenho propiciou a formação da aristocracia local. Sua base econômica era constituída pelo trabalho escravo no latifúndio monocultor. Isso garantiu a permanência do município, durante muito tempo, como centro regional.

Atualmente o município é formado por Santo Amaro (sede), os distritos de Acupe e Campinhos. Tem como fronteiras intermunicipais: Amélia Rodrigues, Cachoeira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos e Saubara. Tem uma área de 518,26 quilômetros quadrados e se encontra a 75 quilômetros da capital (Salvador, BA). Segundo os dados do IBGE (2015) a população do município é de 61.559 pessoas, distribuídas etnicoracialmente de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 3. Distribuição étnico-racial do município de Santo Amaro, 2015.

RAÇA, COR OU ETNIA /	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	INDÍGENAS	AMARELOS	TOTAL
Quantidade	4.398	32.708	22.976	66	1.411	61.559

Fonte: IBGE, 2015.

O CENSO Demográfico de 2010 revela uma alta concentração da população santoamarense na cidade, naquele ano (2010), dos 58.414 residentes, 44.766 estavam vivendo na zona urbana e 13.034 estavam vivendo na zona rural. O valor médio do rendimento nominal per capita dos domicílios particulares permanentes era de R\$ 192,40, 31% a menos do que a média per capita dos domicílios urbanos (R\$ 280,00).

Encontramos ainda no CENSO de 2010 um PIB per capita de R\$ 9.382,70, o que demonstra uma forte desigualdade social, visto que, 14.547 pessoas estão no cadastro único, com uma renda de até meio salário-mínimo. Ou seja, 23% da população total. Ainda de acordo com o Censo de 2010, o percentual da população Urbana de Santo Amaro em Extrema Pobreza era de 14,26%, a população rural, no mesmo ano, tinha um percentual de 22,73% nesta mesma situação.

Tomando como partida os dados divulgados pelo IBGE (2015) é possível ter um perfil econômico do município, o que demonstra que atualmente o setor terciário é o que predomina na economia local, sendo em 2015 o responsável por cerca de 70,59% do PIB municipal, especialmente o segmento comercial que é o mais dinâmico na cidade. O comércio local é bastante diversificado, com diversas lojas de utensílios domésticos, vestuário, livraria, supermercados, materiais de construção, etc.

Ainda no setor comercial devemos destacar a Feira Municipal, que atua como entreposto expressivo do Recôncavo Baiano. O movimento da feira de Santo Amaro é registrado ao longo de toda semana, sendo entretanto a segunda-feira considerada o “dia da feira”, quando o movimento é mais intenso, quando são comercializados os mais diversos artigos, como vestuário, alimentos, bebidas, utensílios domésticos entre outros. A feira é um dos locais de escoamento da produção agrícola dos assentamentos analisados nessa pesquisa. A foto a seguir mostra uma das barracas da feira de Santo Amaro na qual são vendidos os produtos cultivados pelos assentados dos PA’s Bela Vista e Eldorado do Pitinga. Destaca-se que, por muito tempo, a feira foi uma das únicas formas de escoamento dos produtos.



Figura 5: Venda de produtos do assentamento Bela Vista na feira municipal, Santo Amaro, Bahia
Fonte: SILVA, J.G., 2015

A população economicamente ativa está majoritariamente empregada na

administração pública, seguido do comércio e serviços, a população que ocupa os postos no setor industrial ocupa o quarto lugar. Como pode se ver na tabela a seguir:

Tabela 4. Atividades econômicas de Santo Amaro – 2011 a 2014 (x100)

Setor de Atividade	2011	2012	2013	2014
Extrativa mineral	8	8	8	8
Indústria de transformação	469	480	563	800
Construção civil	187	91	66	131
Comércio	758	899	833	870
Serviços	1.010	790	834	801
Administração pública	1.694	1.722	1.871	2.060
Agropecuária	210	213	230	226

Fonte: IBGE, 2015.

Em relação à atividade secundária, ou atividade industrial, do município de Santo Amaro, deve-se destacar as fábricas de papel, Penha S.A. e Bracraft S.A. Na tabela a seguir podemos visualizar a participação de cada um dos setores da economia no PIB do município, no período de 2011 à 2015:

Tabela 5. Participação do Setor no PIB Municipal – Santo Amaro, 2011 a 2015.

Ano	Participação do Setor no PIB Municipal (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
2011	7,14%	27,15%	65,71%
2012	7,98%	25,50%	66,53%
2013	8,53%	26,15%	65,33%
2014	7,325	24,78%	67,90%
2015	7,95%	21,46%	70,59%

Fonte: SEI/IBGE (2015)

A estrutura econômica observada traz um agravante ao município, tendo uma

economia basicamente envolvida no setor terciário e não dispendo de indústrias que venham beneficiar a produção local, principalmente a agrícola. É necessário uma reestruturação da economia local, visando agregar valor a produção econômica, que pode ser, desde o fortalecimento logístico até a formação de mão de obra qualificada para evitar perdas produtivas.

O destaque para esses números referem-se a dois outros itens que precisam ser discutidos: a agricultura e a presença de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Em relação a produção agrícola, a razão para tal escolha, refere-se ao entendimento de que o produto de maior destaque é a cana-de-açúcar para atender a demanda das usinas que ainda estão atuando na região com forte atividade. Lembrando que o município está assentado numa área que no passado foi de intensa atividade açucareira, sua retração não promoveu a extinção do cultivo, como demonstrado na tabela 05, é o principal cultivo do município.

Tabela 6. Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas, Santo Amaro (BA) – 2009 a 2014

Produtos/Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Banana	3.450	3.000	1.800	2.200	1.980	1.980
Cana-de-açúcar	56.070	70.000	181.440	168.000	85.960	85.960
Feijão (em grão)	47	43	43	6	7	-
Mandioca	5.700	6.000	4.800	2.000	3.000	3.000
Milho (em grão)	63	60	61	36	40	40

Fonte: IBGE-PAM. Organizado pela autora, 2015.

Como pode-se visualizar, a cana-de-açúcar ainda é a cultura mais expressiva do município, apesar de apresentar uma produção bastante variada, ainda tem relevância na região, principalmente para atender a demanda das usinas de açúcar e álcool que veem, agora, na produção de etanol mais um mercado para se consolidarem. O segundo destaque refere-se ao cultivo da mandioca, expressivo cultivo de subsistência, intensamente presente no cotidiano popular, junto ao feijão e o milho que também fazem parte da alimentação popular não encontra, nessa região, produção expressiva. Uma das explicações para esse pequeno cultivo é discutido tanto por Prado Júnior (2004) como por Almeida (1977), essas eram atividades acessórias e realizadas nas regiões agreste e semiárida próximas (Feira de Santana, Santa Bárbara, Santo Estevão, entre outros).

Pode-se afirmar, por fim, que Santo Amaro teve seu processo histórico ligado à agricultura voltada para a produção de cana-de-açúcar, com o declínio dessa atividade e por conta das dinâmicas econômicas que foram geradas, houve um retrocesso que permitiu a inserção de outras atividades com o destaque para a administração pública, o comércio e os serviços, para além das

Apesar de o município ser reconhecido como detentor de grande herança cultural e histórica, atualmente vive em condições de pobreza, caracterizado por um alto índice de desemprego que gera emigração, marcas de um município com uma história de exclusão social e concentração de terras, lógica que o posicionou na divisão social do trabalho de forma desvantajosa, atendendo aos interesses externos e sem se desenvolver localmente.

4.3 Estrutura Fundiária de Santo Amaro – BA

A estrutura fundiária é a concretização no espaço da forma como os grupos sociais se organizam em sociedade. Organizam-se para apropriarem-se de uma parte da natureza e produzirem espaço. (GERMANI, 2005, p. 13675)

Ao analisar a estrutura fundiária brasileira, verifica-se um padrão de distribuição de terras altamente concentrado. No Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). No que se refere ao estado da Bahia, têm-se uma estrutura agrária igualmente concentradora, como pode-se ver na tabela a seguir:

Tabela 7. Número e área dos estabelecimentos agropecuários, 1985 a 2006 – Bahia

Área Total (ha)	1985		1996		2006	
	Estabelec.	área	Estabelec.	área	Estabelec.	área
Até 10	424.528	1.442.426	401.734	1.373.887	436.390	1.369.883
10 a 100	263.003	7.976.506	251.752	7.534.252	264.546	7.802.582
100 a 1000	47.563	11.850.758	41.874	10.627.611	37.814	9.617.562
1000 e mais	3.780	12.161.703	3.563	10.307.151	3.414	10.390.532
Não declarado	132	-	203	-	19.364	-
TOTAL	739.006	33.431.402	699.126	29.842.900	761.528	29.180.559

Fonte: IBGE, 2015

Os dados contidos nessa tabela muitas vezes não representam a realidade devido às falhas nos registros de terras, porém, apesar de ser levada em conta essa possível quantidade de terras nas mãos de arrendatários e posseiros, não documentadas e omitidas dos cadastros, ainda pode-se verificar um alto grau de concentração. É válido destacar a fragilidade destes dados, porém, “servem e podem ser utilizados não para precisar, mas para dar uma dimensão, uma ordem de grandeza do fenômeno como expressão da relação social em nossa sociedade” (GERMANI, 2010, p.276).

A compreensão desse processo de concentração fundiária nos leva a analisar o período de modernização agrícola, a implantação do modelo agroindustrial e as políticas nacionais de desenvolvimento debatidas anteriormente. Esse processo aumentou significativamente as desigualdades sociais no campo, alterando a base técnico-produtiva, através da introdução na agricultura de modernas tecnologias poupadoras de mão de obra, expulsando o camponês de sua terra e meio de vida. Pode-se afirmar que o alto grau de concentração fundiária na Bahia é um dos fatores que mais atrasa a modernização econômica desse estado, marcado pela forte migração no sentido campo-cidade, que contribui para o crescimento espontâneo das cidades e conseqüentemente o agravamento das tensões sociais na capital soteropolitana. Assim, de acordo com Martine (1990):

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando, também, as relações de produção no campo. (MARTINE, 1990, p. 7)

Em Santo Amaro, os dados não são muito diferentes dos da Bahia, vê-se também uma grande concentração fundiária, como apontado na figura a seguir, onde temos a evolução do IG do município desde a década de 1920 até o último censo agropecuário, realizado em 2006:

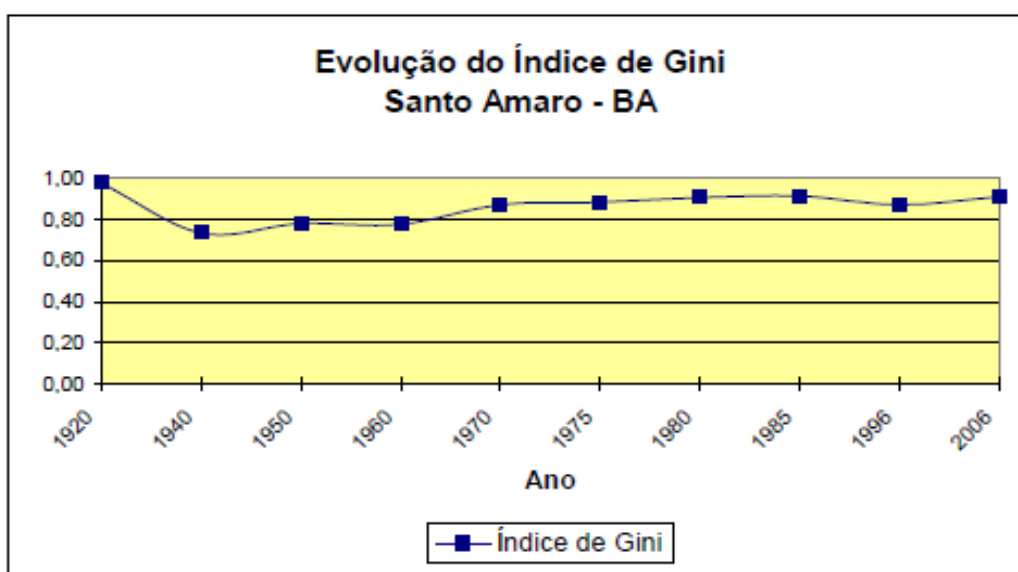


Figura 6: Evolução do Índice de Gini de Santo Amaro, BA, 1920 – 2006.
Fonte: Projeto GEOGRAFAR, 2011.

A figura, assim como a tabela abaixo, demonstra a evolução do IG, onde se vê uma ligeira estabilização do índice entre as décadas de 1940 e 1960, e o início de um aumento progressivo a partir da década de 1970. Esse aumento é reflexo da modernização agrícola, que faz parte de um pacto conservador feito pelo Estado entre a burguesia nascente e a latifundiária, onde se determinou que a modernização da economia brasileira avançaria através da industrialização, mas manteria a estrutura fundiária arraigada em grandes propriedades rurais, caracterizando, assim, aquilo que Lênin (2002, p.29) chamou de caminho tipicamente prussiano. Ou seja, a modernização conservadora modifica as formas de produzir, porém mantém ou piora a estrutura fundiária, dando possibilidades de maior concentração de terras e maior exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras. O IG de Santo Amaro assim como o da Bahia, demonstra essa evolução.

Tabela 8. Evolução do Índice de Gini de Santo Amaro, BA, 1920 a 2006.

ANO	ÍNDICE DE GINI
1920	0,979
1940	0,735
1950	0,781
1960	0,777
1970	0,871
1975	0,884
1980	0,907
1985	0,915
1996	0,872
2006	0,911

Fonte: IBGE, 2011. Adaptado pela autora (2016).

A concentração de terras em Santo Amaro não pode ser explicada apenas considerando o processo de colonização estruturado em bases monopolistas. A inexistência de uma Reforma Agrária e a perpetuação do monopólio da terra deve ser percebido através dos diferentes marcos da história agrária do Brasil e do hibridismo da classe burguesa com a classe latifundiária, empenhada em manter a desigual distribuição de terras.

Tabela 9. Número e área dos estabelecimentos agropecuários, 1985 a 2006 – Santo Amaro

Área Total (ha)	1985		1996		2006	
	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)
Até 10	1692	2952	582	1377	735	1806
10 a 50	152	3707	98	2189	114	2205
50 a 100	40	2881	13	799	18	1229
100 a 1000	51	13422	41	10771	37	10864
1000 a 10000	10	18510	1	x	4	x
TOTAL	1945	41472	735	15136	908	16104

Fonte: IBGE, 2011. Adaptado pela autora (2016).

O módulo fiscal⁶ é do município de Santo Amaro é 30 ha. Na tabela anterior vemos que há um grande número de camponeses que têm menos de um módulo fiscal, o que limita suas condições de vida, já que a terra é um elemento indispensável para a produção e reprodução da vida camponesa. A forma que ela é distribuída e apropriada determinam as relações que compõem a questão agrária.

Esses pequenos estabelecimentos, fruto da luta e resistência camponesa, abrigam numerosa quantidade de camponeses, que junto às pequenas propriedades são responsáveis pela maior quantidade de produção de alimentos no estado. Essa realidade contraria a lógica de que as grandes propriedades são responsáveis pela maior produção agrícola no país.

Oliveira (2003) afirma que além das pequenas propriedades serem responsáveis pela maior quantidade de produção de alimentos, também são responsáveis pela maior geração de renda, desmoronando mais um mito que associa as grandes propriedades a alta produtividade e lucratividade.

⁶Módulo fiscal é um conceito introduzida pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), a norma que regula os direitos e obrigações relativos à imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional

A estrutura fundiária de Santo Amaro é marcada por um lado, pela presença de minifúndios que não absorvem a totalidade da mão de obra familiar disponível e, por outro, pela concentração de terra, gerando um grande número de demandantes de terra e trabalho. A exclusão social possibilita as condições objetivas para o crescimento e desenvolvimento do MST, que se dá através da ocupação de terra e da consolidação do assentamento.

A concentração fundiária levou o campesinato a um processo de resistência que possibilitou o acesso à terra, e por isso encontra-se na região do Recôncavo Baiano um grande contingente de camponeses organizados em diferentes movimentos sociais, como o MLT (Movimento de Luta pela Terra), MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) e o MST.

De maio de 2011 a abril de 2015, 104 famílias de agricultores familiares do município tiveram o acesso a serviços de ATER garantido por meio de chamadas públicas para seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

5. “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PNAE E PAA NOS ASSENTAMENTOS SANTO ANTÔNIO DOS CALMONS (BELA VISTA) E ELDORADO DO PITINGA

Neste capítulo visa-se avaliar as implicações do PAA e do PNAE nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga, tomando por base alguns aspectos considerados fundamentais para o entendimento deste processo: a alteração da matriz produtiva da agricultura, geração de ocupação e renda, modificação nas relações de trabalho e migração de jovens e adultos do campo.

Inicialmente analisa-se as implicações do PNAE e do PAA nas dinâmicas migratórias, visto que, há no campo baiano uma grande evasão de pessoas gerada por diversos fatores, como dificuldades na produção e comercialização de cultivares, ausência de serviços básicos como saúde e educação, deficit de postos de trabalho, além do não acesso à terra, como meio de vida e de trabalho.

No segundo momento buscou-se compreender as implicações do PAA e do PNAE no contexto da geração de ocupação e renda nos assentamentos pesquisados, a fim de avaliar sua efetividade nas perspectivas de reprodução social dos agricultores e agricultoras beneficiados/as.

No terceiro ponto busca-se avaliar de que forma a adesão aos programas citados podem modificar as relações de trabalho, já que a proposta normativa fomenta a formação de cooperativas o que pode significar uma nova forma de sociabilização dos meios de produção e dos produtos do trabalho, além da compreensão de organização em torno do trabalho coletivo, que influencia nas relações sociais entre os assentados;

Por fim, foi verificada a relação entre o PAA e o PNAE com a adoção de práticas agroecológicas no processo produtivo dos assentamentos, que se apresenta como vantagem de preço nas propostas normativas dos programas, com um valor adicional de 30% para os alimentos orgânicos. Neste ponto, não se pode deixar de ressaltar a importância de avaliar a viabilidade dessa produção para o mercado além do institucional, tentando compreender a relação de dependência possivelmente construída entre os produtores/as e o Estado. Essa proposta metodológica de avaliação das implicações se deu a partir dos eixos encontrados na legislação dos dois programas, no qual é possível

ver um potencial de implicações nos fatores aqui considerados, porém, muitas outras implicações poderiam ser debatidos, e devem ser objeto de pesquisas acadêmicas, para uma melhor compreensão dos fenômenos.

5.1 Assentamentos de Santo Antônio dos Calmons (Bela Vista) e Eldorado do Pitinga

Recôncavo Baiano sempre foi marcado pela luta ao acesso à terra, e esta luta não se iniciou com o MST. A região já focos de resistência, como o assentamento rural espontâneo da Fazenda Gericó, organizado pela comunidade de agricultores – posseiros e o assentamento Santa Catarina, efetivado pelo INCRA, motivado por uma ocupação realizada por posseiros decorrente da desativação da Usina de Açúcar D. João, onde viviam há quase 30 anos. Com o fechamento do complexo agroindustrial iniciaram o processo de ocupação, neste caso, configurado com a permanência dos posseiros – ex-trabalhadores da fazenda – na área do imóvel rural.

Ao se conhecer o MST – Recôncavo, se depara com um processo histórico de 20 anos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra chegou ao Recôncavo Baiano com sua ação política de transformadora, ocupando terras e trazendo novas oportunidades e condições de vida a moradores das periferias e a trabalhadores rurais aliados do seu meio de vida e trabalho. Destaca-se a grande quantidade de assentados que viviam na periferia da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e nos municípios circunvizinhos a ela – locais onde foram organizados os trabalhos de base.

Em 1996 o MST chegou ao recôncavo baiano, inicialmente no município de Santo Amaro onde as ocupações de terra deram origem aos assentamentos Eldorado do Pitinga, Nova Suíça e Bela Vista. O MST ocupou as fazendas de devedores e sonegadores do Banco do Brasil e do Banco Econômico. As ocupações favorecidas pela conjuntura e pela pressão exercida pelo movimento, rapidamente foram efetivadas. Atualmente, a regional Recôncavo do MST tem assentamentos do municípios de Santo Amaro até Água Fria, especializados em oito Projetos de Assentamentos.

Projetos de Assentamento de Reforma Agrária são parte conquista da terra realizada através da ocupação que é garantida pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro 1964, em terras que não cumprem sua função social, desrespeitem a legislação ambiental ou tenha

trabalhadores em condições análogas à escravidão. Após a ocupação, o Estado fica responsável pela desapropriação e imissão de posse.

Tabela 10. PA's Regional Recôncavo do MST – Bahia (2015)

Municípios	PA's	Capacidade (famílias)	Área (ha)
Santo Amaro	05 de maio (Nova Suíça)	100	1821,60
Santo Amaro	Bela Vista	50	458,71
Santo Amaro	Eldorado do Pitinga	80	437,00
Santo Amaro	Paulo Cunha	120	1934,40
Santo Amaro	Maju	29	521,80
São Sebastião do Passé	Nova Panema	58	917,86
São Sebastião do Passé	São Domingos (Itapetingui)	28	145,31
Água Fria	Menino Jesus (Paracatu)	112	1301,00
TOTAL	8 PA's	457	5603,28

Fonte: SILVA, J.G. Com base nos dados do INCRA, 2015.

O assentamento Bela Vista é fruto do “acampamento de escoamento” e foi a segunda ocupação no município. Era assim chamado pelo MST por se tratar de um tipo de acampamento temporário, sua finalidade era intermediar a mudança das pessoas de um acampamento para outro. Porém, os acampados começaram a criar laços com o local e decidiram lutar para que também se tornasse um assentamento. A ocupação se deu na Fazenda Santo Antônio dos Calmons, em novembro de 1996, e teve naquele período a participação de 250 famílias. O nome dado pelos assentados (Bela Vista) se deve à visão que se tem da Baía de Todos os Santos a partir do ponto mais alto do assentamento. Que pode-se ver na figura 7.

O processo de desapropriação e imissão de posse se deu de forma célere, porém conflituosa, com despejos violentos e reintegração de posse a favor da Empresa Agrícola Cantagalo S/A, propriedade de um devedor do Banco do Brasil. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme prevê artigo 184 da Constituição Federal, desapropriou a Fazenda Santo Antônio dos Calmons, ocupada em 20 de outubro de 1996 pelos trabalhadores rurais e o PA foi criado em 30 de dezembro de 1997. O valor

pago pelo imóvel foi R\$ 262.923,64, sendo R\$151.400,10 referentes às benfeitorias encontradas e R\$ 111.523,54 referentes ao valor da terra.



Figura 7: Vista do Assentamento Bela Vista

Foto: SILVA, J.G., 2015.

A área total do assentamento é de 458,71 ha assim distribuídos: 50 lotes, sendo 21 lotes no solo massapê e 29 lotes no solo tabuleiro; uma área coletiva (56,71ha) que compreende a agrovila e as áreas de cultivo (pasto, mandioca, sabiá, cana), e uma área de preservação ambiental definida pelo INCRA, com o tamanho de 62ha. Os assentados contam que a fazenda por eles ocupada estava há muito tempo abandonada, devido a dívidas do dono, e caracterizava-se pela plantação de cítricos e mamão, o que é apontado como o motivo para que, desde o início da ocupação, a terra apresentasse um alto grau de esgotamento, o que foi um problema para a produção.

Atualmente, 19 casas (86 pessoas) estão ocupadas e isso se dá devido ao fenômeno de evasão sobre o qual é possível inferir, a partir dos questionários, que grande parte resulta da migração campo-cidade feita pelos jovens, que trabalham ou estudam fora dos assentamentos.

Uma das principais marcas do perfil de assentados do Bela Vista é a grande quantidade de pessoas com mais de 60 anos, que atualmente é de 17% (15), dentre

estes, 9 mulheres e 6 homens. Esse fenômeno de envelhecimento da população do assentamento é causado por diversos fatores que serão debatidos, porém, já pode-se afirmar que há um grande êxodo de jovens em busca de trabalho e estudos nas cidades grandes e médias. Vê-se ainda no gráfico a seguir que 43% dos assentados estão concentrados entre as faixa etária a partir de 40 anos, e isso demonstra uma necessidade de políticas públicas setoriais que envolvam os jovens no processo produtivo ou em alternativas de geração de emprego e renda, pensando fundamentalmente na efetividade da realização da reforma agrária no Brasil, que por muitas vezes, se mostra equivocada, já que as terras distribuídas são abandonadas com certa frequência. O gráfico a seguir mostra a classificação etária do ABV:

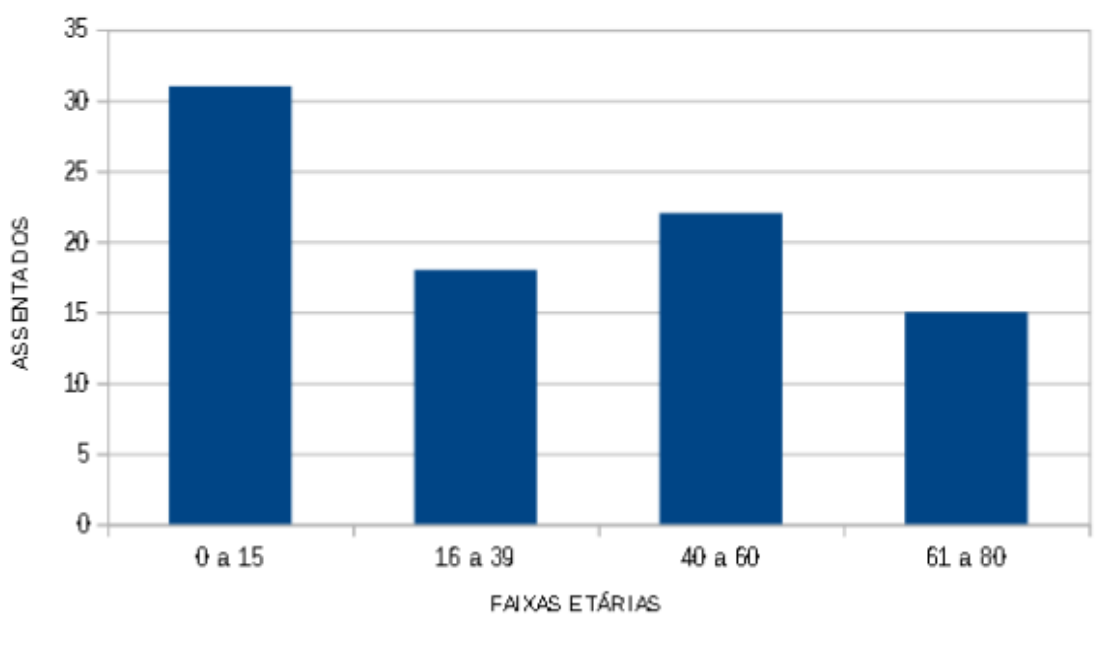


Figura 8: Classificação etária do Assentamento Bela Vista, 2015.

Fonte: SIVA, J. G. 2015.

Nos dias de hoje, a produção do assentamento é realizada tanto na área coletiva, como nos lotes. Os lotes são utilizados, principalmente, para produção de quiabo e mandioca e a área coletiva tem uma maior diversidade, com muitas árvores frutíferas, milho e feijão em regime de consórcio, mandioca, aipim e tomates. Os quintais também são produtivos, onde, em sua grande maioria, as mulheres são responsáveis pela produção de hortaliças e pela criação de pequenos animais como aves e suínos.

O ABV é sede da Associação dos Produtores Rurais Bela Vista, que atualmente está

em funcionamento, depois de momentos de desregulamentação causado por dívidas, e representa os assentados junto ao INCRA e os órgãos financiadores. A APRBV aglutina hoje associados dos assentamentos Eldorado do Pitinga e do Bela Vista e é a associação responsável pelo intermédio de ambos os assentamentos com o mercado institucional da prefeitura de Santo Amaro, a qual vendem alimentos de forma direta a partir do PNAE e do PAA.

A foto a seguir é de uma das leiras de hortaliças da horta coletiva do Assentamento Bela Vista, onde está se produzindo coentro, de forma agroecológica, esse é um dos produtos vendidos tanto na pista em frente ao assentamento, como na feira de Santo Amaro.



Figura 9: Horta Coletiva do Assentamento Bela Vista, Santo Amaro - BA

Foto: SILVA, J.G., 2015.

O assentamento Eldorado do Pitinga foi fruto da terceira ocupação do município, em 17 de março de 1997, e tem esse nome em homenagem aos sem-terras assassinados em Eldorado dos Carajás em abril de 1996. Aproximadamente 70 famílias participaram da ocupação, muitas delas remanescentes das ocupações dos PA's Bela Vista e 05 de maio (Nova Suíça). A área pertencia, bem como o PA Bela Vista, ao Econômico Agropastoril

Industrial S/A, devedor do Banco do Brasil, fator que acelerou o processo de desapropriação, sendo o PA criado em 31 de dezembro de 1997.

A área do assentamento é de 437,00 hectares e capacidade para 80 famílias, os lotes têm uma média de 10 hectares e, atualmente, 32 casas estão ocupadas, totalizando 146 pessoas, entre as quais, têm-se 82 mulheres e 64 homens, neste, há uma grande rotatividade de assentados, poucos são os que estavam no período da ocupação, o que traz a necessidade de pesquisar mais a fundo a questão da dinâmica migratória, que será debatida no próximo subcapítulo. Destaca-se também uma presença maior de jovens, como pode-se ver no gráfico de classificação etária a seguir:

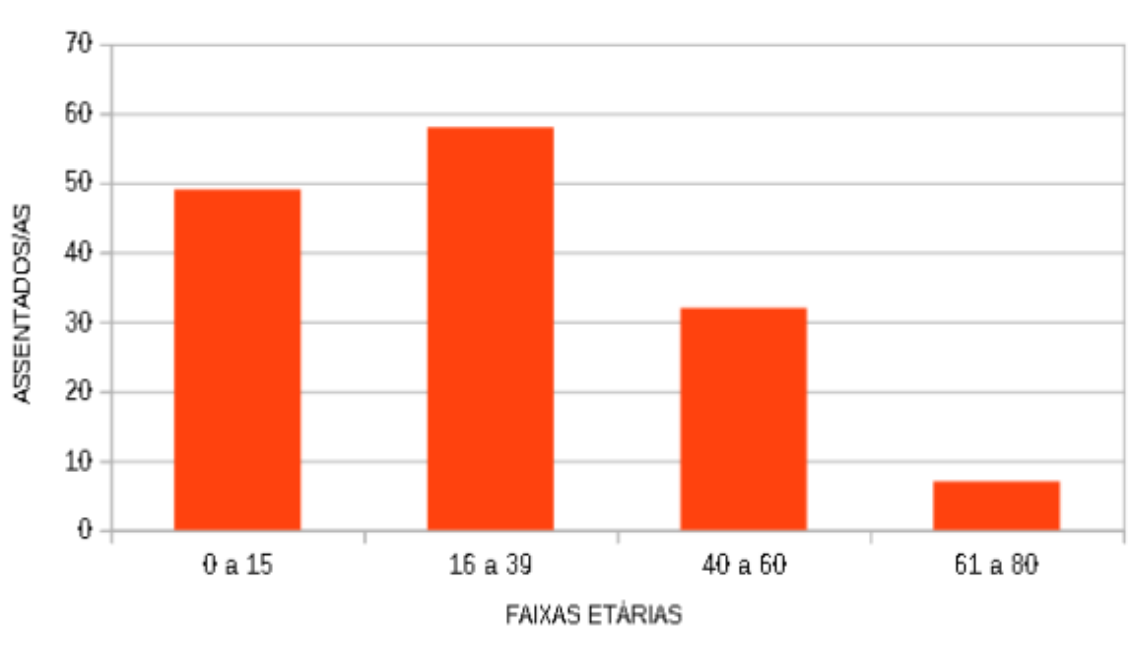


Figura 10: Classificação etária do Assentamento Eldorado do Pitinga

Fonte: SILVA, J.G., 2015

Salienta-se que a produção é feita de forma coletiva e individual, contando com uma grande variedade de culturas, mas sobressai-se a produção da mandioca, processada na casa de farinha. Ambos os assentamentos estão localizados nas margens da BA – 422, onde parte da produção é comercializada, para além do mercado institucional, destaca-se também a venda na feira de Santo Amaro, vista nas fotos seguintes:



Figura 11: Feira de Santo Amaro, Bahia

Foto: SILVA, J.G., 2015

No PA Eldorado do Pitinga não foi realizado o PDA (Plano de Desenvolvimento Agrícola), ficando o planejamento sob responsabilidade dos assentados com o auxílio da Cooprarecon, que buscou financiamento individual e investimento cooperativo. Porém todo crédito foi perdido devido à falta de assistência técnica. Gerando muito endividamento, obrigando os assentados a buscarem estratégias de sobrevivência alternativas à agricultura, como o assalariamento nas cidades do entorno.

As escolas de ambos os assentamentos atendem aos estudantes de ensino fundamental e educação de Jovens e Adultos no turno noturno, isso faz com que os estudantes, para que continuem sua formação escolar precisem buscar escolas na sede do município.

Outro aspecto importante a ser destacado é a grande quantidade de casas com mulheres chefes de família, isso revela um maior êxodo entre os homens, questão que expressa a divisão sexual do trabalho. À medida que as mulheres são as principais executoras pelos trabalhos referentes à esfera da reprodução, o trabalho doméstico e de cuidados, são elas as maiores responsáveis pelos processos de ocupação e luta por permanência na terra conquistada.

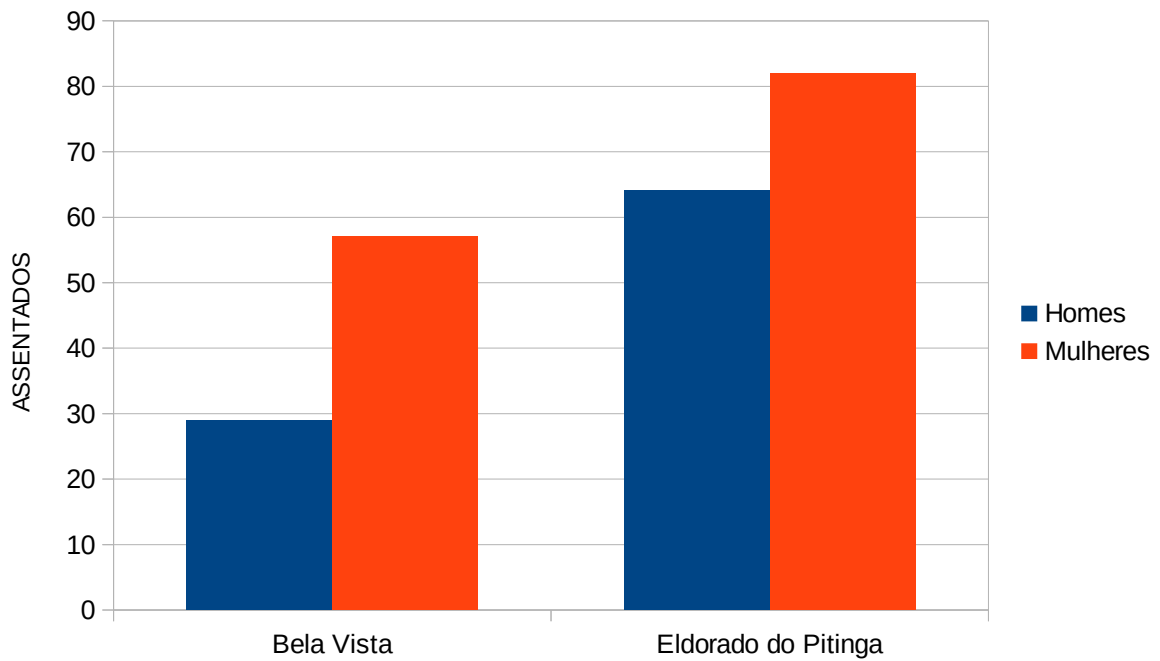


Figura 12: Classificação de sexo nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga

Fonte: SILVA, J.G., 2015

A espacialização dos assentamentos, vista no mapa a seguir, é importante para compreendermos a sub-utilização de alguns dos lotes, já que a agrovila fica em um lado da BR-420 e parte dos lotes ficam do outro lado, dificultando o acesso para que se utilize a terra.

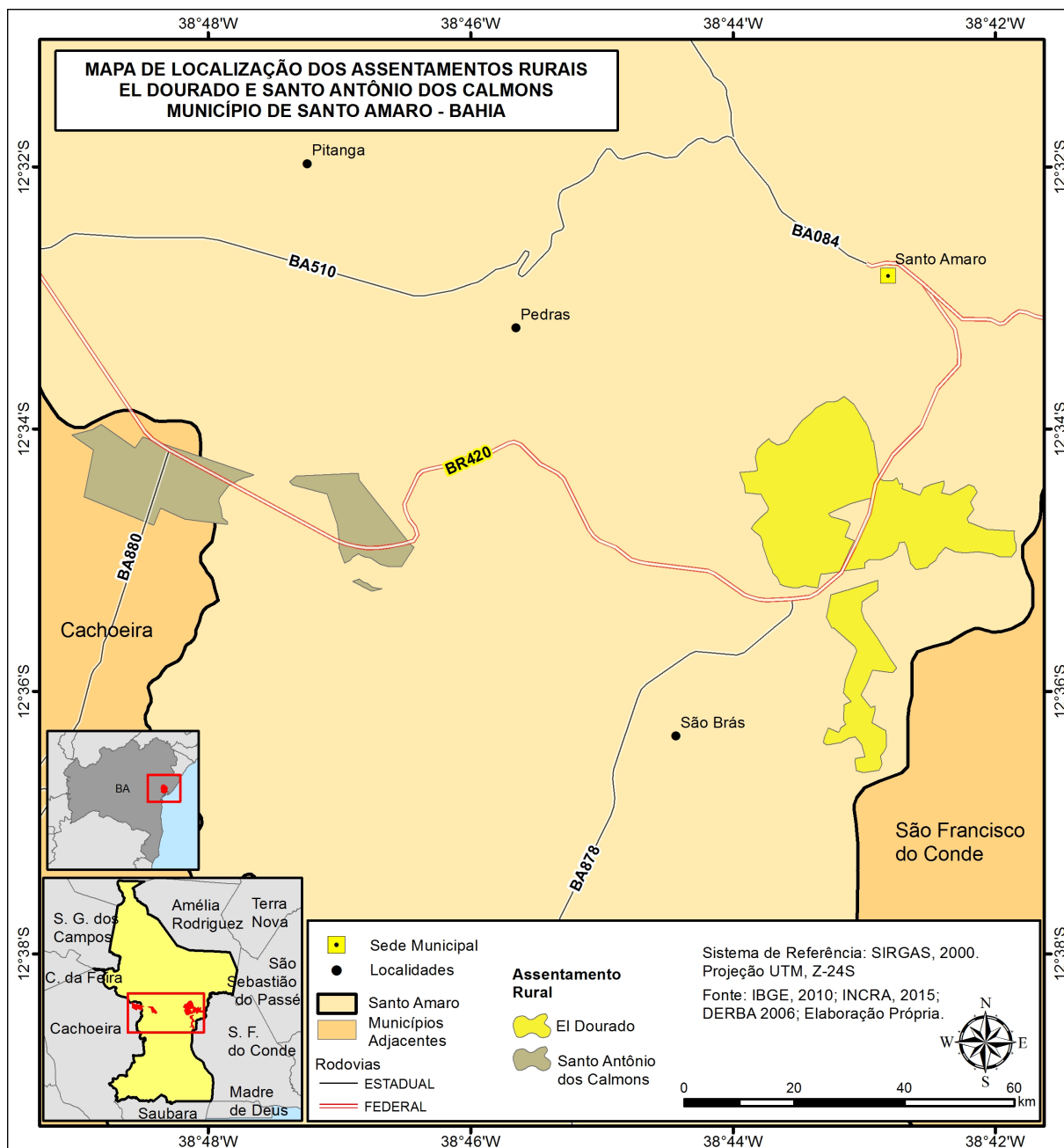


Figura 13: Mapa de Localização dos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga

Fonte: SILVA, J.G. 2015.

5.2 As implicações do PNAE e do PAA nas dinâmicas migratórias

A elevada concentração da propriedade da terra no Brasil junto a escassez de políticas de redistribuição e de desenvolvimento agrário são alguns dos principais fatores responsáveis pela expulsão da população do campo. A negação do acesso à terra, principal meio de trabalho e consequentemente de produção e reprodução da vida dos/as camponeses/as, é uma marca profunda na estrutura fundiária brasileira. De forma que, aos trabalhadores rurais, que não encontram alternativas de sobrevivência e

desenvolvimento no campo, resta a opção de migrar para as cidades.

A geração de emprego e renda no meio rural pode contribuir de forma decisiva para a redução das migrações, bem como pode fortalecer as cidades próximas aos assentamentos, através da dinamização de suas atividades econômicas gerando uma possível descentralização e desconcentração urbana. Entre as décadas de 1960 e 1980, houve uma intensa migração rural-urbana, milhões de pessoas deixaram o campo, deslocando-se para as cidades, fruto de um processo de modernização conservadora que aumentou a concentração de terra, a mecanização da produção e a exclusão dos/as camponeses/as.

Martine (1987, p. 59) enfatiza: “O descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziram, durante a década de 70, o maior êxodo rural visto no Brasil”. Isso sobrecarregou as grandes cidades, as quais não tinham e continuam não tendo a infraestrutura necessária para essa população, como redes de água, esgoto, energia elétrica, telefones, pavimentação de ruas, escolas, hospitais, moradias e transporte. Os problemas atualmente mais sentidos pela população urbana, entre os quais destacam-se aqueles relativos ao desemprego e à segurança, têm entre suas causas primárias a massiva migração rural-urbana decorrente de uma estrutura agrária caracterizada pela elevada concentração da propriedade da terra.

O inchaço das cidades é uma das expressões do processo de modernização conservadora e mecanização da agricultura que se deu de forma dolorosa no Brasil, o avanço do capitalismo no campo e a utilização massiva de máquinas e dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” afastou o camponês da terra, criando um grande contingente de proletários rurais ou imigrantes no sentido campo-cidade, que ocupam as favelas e os sub-empregos nas metrópoles. Mattei (1995) afirma que:

O capitalismo que se desenvolveu na agricultura brasileira desde o pós-guerra causou mudanças significativas na distribuição populacional. As taxas de migração no sentido campo-cidade foram elevadas e a estrutura de produção agropecuária passou a desempenhar importante papel para a expansão do setor externo, além de se concentrar internamente no fornecimento de matérias-primas para o setor urbano-industrial (MATTEI, 1995, p.35).

A organização em movimentos sociais de luta pela reforma agrária se apresenta como uma das alternativas viáveis para a fixação do camponês à terra, e a ocupação de

terras é uma tática que traz a luz a contradição entre a terra para trabalho e terra para negócio, de forma a colocar como pauta dos/as trabalhadores/as o direito aos meios de produzir e reproduzir suas vidas.

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, desde o momento da ocupação. São apontadas pelos assentados, nas entrevistas, algumas questões fundamentais para que se possa compreender a questão da migração campo-cidade e do esvaziamento dos PA's em todo o Brasil, na fala de um antigo assentado do PA Bela Vista:

Minha filha, no começo a gente pensa que 'teno' a terra pra plantar a gente 'mermo' resolve, mas aí a gente vai vendo que é diferente dos tempo da ocupação, por que quando deixa de fazer tudo junto, a gente começa vê as dificuldade de plantar na terra sozinho. Se num fosse meu filho que trabalha na rua, eu e minha mulher nem comia não, num dá a viver só com quiabo né? (S.A., entrevista coletada em campo, 2015)

O MST comumente realiza trabalho de base⁷ nas regiões periféricas das cidades, a fim de apresentar uma alternativa a essa população marginalizada e negligenciada, de retorno à terra, como possibilidade de retomar à condição de obtenção dos seus meios de produção. A criação de oportunidades no meio rural, e a possível diminuição da migração, podem proporcionar a redução da mão de obra de reserva nas cidades, esse fator pode ser decisivo para a elevação do salário dos trabalhadores urbanos.

Os assentados dos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga são constantemente obrigados a mudar-se na busca de emprego ou de terra para trabalhar. Visto isso, as implicações dos programas PAA e PNAE podem ser profundos e transformadores ao passo que dão possibilidade de emprego e renda no campo, porém, limitados, já que, não é uma política de acesso à terra. Ou seja, é uma ação mais localizada, não alterando globalmente o perfil de distribuição da propriedade da terra.

Delgado (2001) sistematiza as principais formas de intervenção do Estado na agricultura, dividindo-as entre políticas macroeconômica ou setorial. A macroeconômica é a política mais abrangente, a qual afeta de forma direta ou indireta todos os setores da economia, nos quais se inclui o setor agropecuário.

⁷Método de organização popular, de forma e conteúdo baseados na pedagogia da libertação. Usado por movimentos sociais, organizações políticas, entidades e outros, para multiplicar os princípios, a formação, a organização e a luta dos/as trabalhadores/as.

Já as políticas setoriais são políticas econômicas que têm a finalidade de influenciar um setor específico como no caso das políticas para a agricultura, que podem ser divididas em três principais: política agrícola, política agrária e políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural. A primeira (política agrícola) é constituída pelas políticas de mercado (preços, comercialização, crédito) e pelas políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura e de recursos naturais e meio ambiente).

A política agrária “(...) tem como objetivo tradicional intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização (..)” (DELGADO, 2001, p. 23-24). É uma política estrutural e de longo prazo, fundamental para se desencadear um processo que não se restrinja ao desenvolvimento agrícola, mas também ao desenvolvimento rural sustentado.

As políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural visam atingir setores específicos do campo, geralmente aqueles que foram historicamente excluídos e encontram-se empobrecidos. Em princípio, estas políticas buscam integrar as políticas agrícola e agrária, levando em consideração as necessidades específicas das comunidades atendidas.

Segundo Delgado (2001, p. 28), pode-se dizer que há uma política agrícola ativa quando:

[...] o Estado executa ações autônomas e específicas voltadas para o setor – através do crédito, dos preços mínimos, da taxa de câmbio, da pesquisa e da assistência técnica etc. – tendo em vista o seu crescimento ou a compensação por penalizações sistemáticas impostas pela estratégia de desenvolvimento global em curso [...]

Desta forma, pode-se afirmar que as políticas PAA e PNAE, que agregam ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento da agricultura camponesa, são políticas agrícolas, que podem promover um processo de geração de emprego e renda, possibilitando a fixação do camponês na terra. Ao analisar-se os PA's Bela Vista e Pitinga, vê-se uma situação preocupante em relação ao esvaziamento dos assentamentos e envelhecimento da população assentada.

O PA Bela Vista tem uma capacidade de comportar 50 famílias, porém, atualmente,

apenas 19 casas estão ocupadas, os outros lotes e casas estão vazios. Ou seja, percebe-se uma forte movimentação de abandono dos lotes. Em campo, quando os assentados são questionados em relação aos principais motivos para esse esvaziamento, são apontadas algumas questões fundamentais: a impossibilidade de viver apenas da renda da produção agrícola; a aproximação com alguns centros urbanos da Região Metropolitana de Salvador, onde supostamente existem mais possibilidade de empregos; a busca por continuar o processo de escolarização, que faz com que muitos jovens precisem sair do assentamento, já que as Escolas Municipais só atendem o ensino fundamental.

Essas questões também foram apontadas pelos assentados do Eldorado do Pitinga, que como vários outros assentamentos em todo o Brasil, passam pelas mesmas dificuldades. O PA Eldorado do Pitinga tem uma capacidade para 80 famílias e atualmente apenas 32 casas e lotes estão ocupados.

Outro aspecto importante avaliado por alguns assentados foi a ausência das direções do MST no assentamento, esse afastamento faz com que os mesmos se sintam desamparados, e não tenham força e organização suficiente para demandar e reivindicar melhorias nos órgãos de gestão municipal e estadual:

(...) Logo no começo da ocupação vem muita gente, aqui mesmo no Bela Vista nem era pra ser assentamento não, mas o pessoal foi se apegando, e aí todo mundo queria ficar aqui. Foi muita luta, a gente sofreu muito com as desapropriações, lembro como se fosse ontem, a polícia chegando e queimando tudo, a gente já tinha coisa plantada, tinha barracão, tinha criança, velho, mas num teve consideração não. Mesmo assim, naquela época, ficava mais gente aqui, e quando começa né? Tava todo mundo tentando organizar as coordenações, as brigadas, tudo. Agora tá mais difícil, vai surgindo mais ocupação, mais assentamento, mas, os assentamentos vão se esvaziando, por que ninguém aguenta. Meus filhos tão tudo na rua, ou em Salvador ou em Cruz das Almas e Santo Amaro. Uma é empregada doméstica aqui em Santo Amaro, ela sempre vem, minha neta, filha dela, fica aqui comigo, estuda aqui na escola (...). (B.S, entrevista coletada em campo, 2015)

Ao serem questionados se depois do início dos benefícios do PAA e do PNAE a dinâmica de migração diminuiu, tem-se respostas diversas. Alguns assentados afirmam que quem tomou a frente no processo de reorganização da associação e da regularização para participar da chamada pública, foram as pessoas que não tinham mesmo a pretensão de deixar o assentamento, e que quem já queria deixar o lote não foi

dissuadido.

Porém, nota-se em algumas falas, que alguns jovens assentados que já haviam migrado, por vezes para outros assentamentos, por exemplo na região da Chapada Diamantina, retornaram aos PA's e se inseriram no processo.

Observa-se um processo de migração de retorno em sete famílias do PA Bela Vista e quatro famílias do PA Eldorado do Pitinga. Nem todos foram encontrados para conceder entrevistas, porém, os que foram entrevistados, afirmaram que a vontade deles sempre foi de viver do trabalho na terra e que saíram dos assentamentos por questões materiais objetivas, ao passo que, a possibilidade de retornar e ter renda no trabalho agrícola sempre foi almejada. Como afirma um assentado do PA Bela Vista:

Eu não queria ficar em Salvador não, lá eu trabalhava com dedetização, o salário não era ruim, é mais do que eu ganho aqui. Mas, a vida é que num é boa mesmo, eu morava em São Rafael e trabalhava na Boca do Rio. Só de ida e volta eu ficava umas três horas no ônibus. Quando eu vim passar o fim de semana aqui com minha irmã, Neide, aí eu soube que ia ter a assembleia pra retomar isso da DAP, e eu quis voltar. A gente fica nessa né? Aqui tá ruim, mas lá tá pior. Eu escolho ficar aqui, pelo menos aqui se eu num tiver dinheiro pra comprar comida, eu mato uma galinha no quintal e como, ou como ovo a semana toda. (G.F., entrevista coletada em campo, 2015)

Não é hegemônica essa visão em relação à contradição entre a vida na cidade e a vida no assentamento. Muitos jovens veem a cidade não apenas como um espaço de oportunidade de emprego e estudos, mas, também como o local do “moderno”, do lazer, que na realidade é negado à população periférica urbana. Porém, alguns adolescentes, que ainda não têm autonomia para saírem da casa da família e conseqüentemente do assentamento, esperam ansiosamente por esse momento. Ou seja, o imaginário construído em torno da cidade grande e média, é também um dos fatores que levam os jovens a saírem dos assentamentos. Existe, muitas vezes, uma negação ao trabalho rural e à identidade camponesa. Vê-se na fala de uma jovem assentada:

(...) Não, professora, eu mesmo que num fico aqui, se eu pudesse já tinha ido embora. Minha prima mora lá em Salvador já, mora em Mata Escura, a senhora conhece? Lidiane casou e trabalha lá, e eu quero ir também, minha vó que num deixa. Mas aqui num tem nada pra fazer, a senhora gosta por que vem de vez em quando. Pra gente que fica aqui todo dia é muito chato. Num tem nada não, num tem festa. (...) Só tem novela de noite e em casa. (F.P., entrevista coletada em campo, 2015)

Entre os jovens, a vontade de sair do campo é maior. Os mais idosos, muitas vezes alijados da terra em outro momento, se organizaram e retornaram ao campo e tem pretensões de seguirem nos assentamentos. Um aspecto importante para a permanência dos idosos é a aposentadoria rural, parte da renda familiar, que será debatido mais profundamente no subcapítulo sobre “Geração de emprego e renda”.

Quando questionados em relação à essa identidade, muitos dos assentados se afirmaram camponeses, porém, todos eles concentrados na faixa etária ente 40 a 80 anos, isso demonstra um afastamento dos jovens em relação ao grupo social aqui analisado, entendendo que, os mesmo, vêm buscando novas perspectivas e realidades distantes da do campo.

Essa questão só foi feita entre as faixas etárias de 16 a 39 e 40 a 80 anos de idade, por conta da inviabilidade da pesquisa com as crianças, que são mais difíceis de encontrar em campo devido ao horário escolar. Porém, há em ambos os assentamentos uma forte política de construção de identidade com o MST, sendo construídos todos os anos os encontros dos sem terrinha, falando-se do movimento na sala de aula e em outros espaços, além da valorização dos símbolos, como a bandeira e o hino que é cantado diariamente antes das aulas.

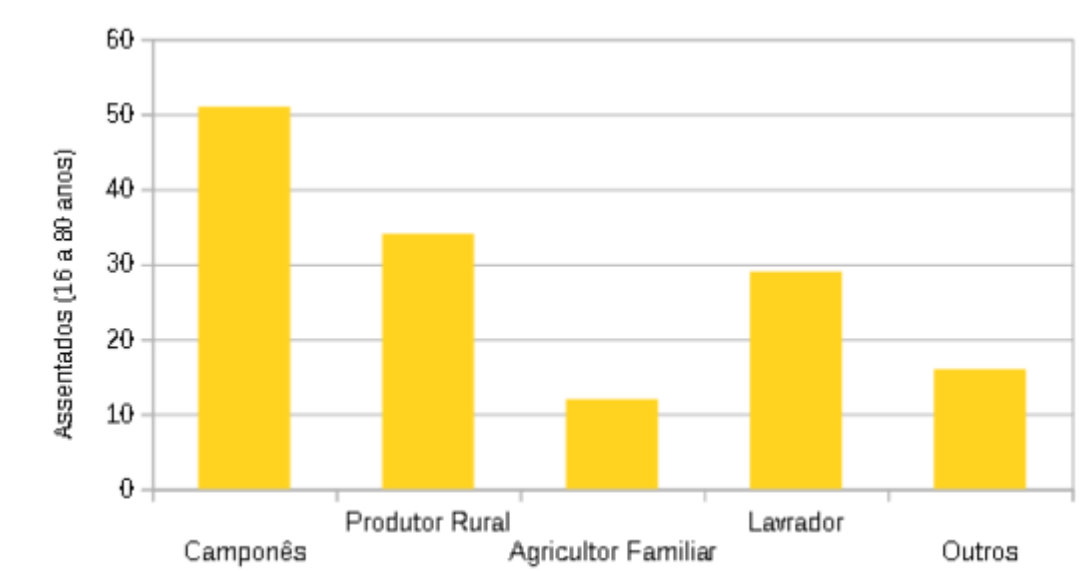


Figura 14: Identidade dos/as assentados/a

Fonte: SILVA, J.G. 2015

A questão da identidade camponesa, debatida mais profundamente nos capítulos iniciais, é de significativa importância para a compreensão da dinâmica dos assentamentos, partindo-se do pressuposto que o lugar do movimento social ocupa hoje é o de resistência e luta. O entendimento da realidade concreta e do papel que cada assentado/a tem enquanto sujeito coletivo, é fundamental para que o movimento social tenha condições de pautar políticas públicas específicas, que estejam de acordo com o modo de vida e com as formas de produção e reprodução dos sujeitos assentados.

Quando se realiza atividades entre os assentados de fortalecimento e construção da identidade camponesa, visa-se uma maior unidade entre esse grupo social, pra que em coletivo seja construída a luta cotidiana e para que se diminua o abismo entre as concepções de realidade entre os assentados da base e os dirigentes do MST. Para tanto, o movimento acredita que se faz necessário um trabalho desde cedo, a fim de que não se perca entre os jovens essa identidade constituída. O Encontro Regional dos sem terrinha, retratado a seguir, ocorreu no Extremo Sul da Bahia, em Itamaraju, e teve como tema: “Escola, terra e dignidade”, e debateu questões fundamentais que impactam na fixação dos camponeses na terra como a construção de uma base curricular nas escolas do campo comprometida com a luta pela terra, que seja diferenciada e debata a realidade das crianças no campo.



Figura 15: Encontro Regional dos Sem Terrinha, Itamaraju - BA

Foto: Wesley Lima, brigada de audiovisual do MST, 2015

Outro ponto importante, que foi debatido nesse encontro, foi a questão da agroecologia como parte da escolarização, trazendo questões como a alimentação escolar e o aprendizado das práticas agroecológicas desde as primeiras séries. Portanto, deve-se destacar aqui, a importância da pressão dos movimentos sociais para que o PNAE modificasse suas diretrizes e passasse a comprar alimentos da agricultura camponesa. Foi a partir das demandas e mobilizações desse grupo social que essa normativa foi implementada.

A questão da fixação dos jovens no campo trazida, a partir do debate da situação das escolas, afirma-se que a luta pela Reforma Agrária passa pela necessidade da defesa da educação pública brasileira. Dessa forma, este debate emerge dos desafios que o Estado tem para que seja viabilizado o acesso e à organização da educação nos acampamentos e assentamentos dos assentamentos, ao contrário disso, o que vem ocorrendo é uma alta taxa de fechamento de escolas, que segundo os dados da Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária INCRA (2010), 24 mil escolas foram fechadas entre os anos de 2002 e 2010.

Os assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga tem escolas que atendem ao ensino fundamental e educação de jovens e adultos (noturno), esse é um fator limitante para a continuação da escolarização e é um dos motivos apontados como motivo para a migração campo-cidade. Entre os idosos, um dos fatores que apareceram para a migração campo-cidade foi a questão da saúde, sendo necessário migrar para viver com outros familiares que possam se responsabilizar pelos cuidados médicos e cotidianos. Porém, verificou-se uma menor migração entre a faixa etária de 40 a 80 anos, principalmente no assentamento Bela Vista.

A foto a seguir é de um antigo assentado do PA Bela Vista, que afirma: “foi muita luta para a gente ter essa terrinha aqui, não me vejo em outro lugar mais, não foi aqui que enterrei o umbigo, mas vai ser aqui que vou morrer” (N.J., entrevista coletada em campo, 2015). Essa afirmação representa o sentimento de alguns antigos assentados, que tinham origem camponesa e que em algum momento da vida foram alijados do seu meio de trabalho e vida e a partir da organização no MST e na ocupação de terra, tiveram possibilidade de retornar ao campo. Essa relação com o campo não representa a maioria dos assentados e assentadas, porém, é significativo o número de idosos no PA Bela Vista, e entre este grupo, a maioria tem essa visão.



Figura 16: Antigo assentado do PA Bela Vista, Santo Amaro – BA.

Foto: SILVA, J.G., 2015.

Deve-se ter em mente que a fixação do trabalhador rural no campo depende de uma rede de políticas públicas mais amplas, que vão desde as políticas agrícolas e de segurança alimentar e nutricional, às políticas educacionais e de saúde, além da distribuição de terras. Os problemas como falta de água, saneamento, escola, entre outros, são fatores limitantes e repulsores dos/as camponeses/as. A busca por oportunidades na cidade acaba se tornando uma movimentação cotidiana entre esta categoria social.

Destaca-se aqui um aspecto importante relacionado à evasão nos assentamentos, que é a questão de gênero. Entre os assentados que deixaram os PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga nos últimos dois anos, seis eram mulheres e 18 homens. Ou seja, uma proporção de uma mulher a cada três homens. Pode-se atribuir esse desequilíbrio à divisão sexual do trabalho, a qual relega o espaço privado ou espaço doméstico às mulheres, em especial as camponesas. O que torna a conquista do lote algo muito significativo e mais difícil de abandonar.

A foto a seguir é expressão de uma grande quantidade de casas de ambos os assentamentos, onde se vê um desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres, revelando que os assentamentos, assim como a sociedade em geral, é marcado pelas relações sociais de sexo.



Figura 17:Três gerações de mulheres do assentamento Bela Vista.
Foto: SILVA, J.G., 2015

Ter condições de reprodução da vida é uma necessidade que se coloca como uma das principais demandas das mulheres, sobretudo pelo fato da casa, para a grande maioria delas, ser um bem de primeira necessidade. Não é apenas um local que lhes proporciona segurança e privacidade, mas é também – e sobretudo – onde elas exercem muitas das tarefas que socialmente lhes foram impostas, além de ser onde elas historicamente se reservam, ambos em razão da divisão sexual do trabalho. Visto isso, as problemáticas impostas pela migração e abandono dos lotes, traz aos homens e mulheres uma diferença significativa. Carrasco (2002) traz a tona alguns aspectos fundamentais para a compreensão da divisão sexual do trabalho:

A partir de tal tradição tem se pretendido estabelecer a visão de uma sociedade dividida em duas esferas separadas com pouca inter-relação e baseadas em princípios antagônicos. Por um lado, a esfera pública (masculina), que estaria focada no que se considera social, político e econômico-mercantil e regida pelos critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais etc., e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro, a esfera privada ou doméstica (feminina), que estaria focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas. Nessa rígida dualidade, somente o mundo público desfruta de reconhecimento social. A atividade ou participação na denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social (CARRASCO, 2002).

Apesar das mulheres do campo serem duplamente exploradas, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva – espaço de reprodução da vida –, é comum que o espaço da casa tenha mais valor para estas. O que demonstra uma lógica na qual às trabalhadoras rurais é de responsabilidade o espaço doméstico e de cuidados, mesmo quando trabalham fora e isso se expressa no processo tanto de ocupação das terras, nos períodos iniciais, quanto na luta por permanência nela.

(...) Meu marido num queria vir não, eu que ficava insistindo. “homi”, a gente vai ficar fazendo o que aqui? Eu já tinha visto na novela, Rei do Gado, já sabia que existia, quando o pessoal chegou lá no caminhão, falando que era dos sem terra, eu sabia logo o que era, e quis logo vim pra cá. E aí teve polícia, teve tudo, mas eu nunca quis sair não. E agora que eu consegui o título, depois de quase dez anos, agora que eu num saio mesmo. Ele faz uns bicos na fazenda aqui perto, bate veneno lá. Eu cuido aqui do quintal e do lote. Sou eu que vou lá em cima pra plantar, pra fazer tudo. As vezes a gente faz no esquema de mutirão, que aí fica mais leve o trabalho. Vai todo mundo e capina a roça de um, depois vai todo mundo e capina a roça do outro. Mas eu é que num deixo a casinha mais não, tá tudo ajeitadinho agora (...). (NOVAIS, entrevista coletada em campo, 2015)

Ao analisar o impacto que as políticas PNAE e PAA apresentam no processo de imigração nos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitanga, pode-se afirmar que existiram avanços, porém, não é suficiente para a mitigação deste problema, visto que, apenas o aumento de renda não é capaz de fixar o camponês à terra. Vê-se que, isolado de outras políticas, não é possível que este grave problema de esvaziamento dos assentamentos seja resolvido.

5.3 O PAA e o PNAE e as Relações de Trabalho

A partir das décadas de 1980/1990 o capitalismo passa por um processo denominado reestruturação produtiva, uma fase de grandes transformações, nas quais emergem novas formas de organização do trabalho marcadas, principalmente, pela flexibilização do trabalho. É válido lembrar que uma das características mais marcantes da expansão do modo capitalista de produção é a expropriação dos trabalhadores de suas terras e de seus instrumentos de trabalho para que esses fiquem na dependência da troca de sua força de trabalho por um salário. Conforme ressalta Martins (1981):

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, não têm outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão. No caso da agricultura camponesa, os camponeses detêm os próprios instrumentos de trabalho, como a terra e parte das ferramentas básicas, porém, salientamos que essas unidades de vida e produção familiar não estão isoladas do restante da sociedade e, dessa forma, sofrem os efeitos dos processos de sujeição do trabalho à racionalidade do modo capitalista de produção. (MARTINS, 1986, p. 27)

Nesse contexto constata-se, no espaço rural brasileiro, fortes impactos associadas à intensificação da precarização do trabalho assalariado na agricultura e a dificuldade de organizações de trabalho de forma coletiva, mas também, vê-se persistência das formas familiares de produção, onde os camponeses que dependem da terra para produzir e reproduzir suas vidas buscam formas de resistir a esse processo. Muller (2007) elucida:

Os resultados da fase de modernização e industrialização da agricultura foram perversos do ponto de vista social e ambiental. A concentração da propriedade da terra acentuou-se demasiadamente; o grau de utilização da terra era baixo; houve um crescimento das culturas modernas, com o estrangulamento da produção de alimentos básicos; o setor primário teve queda de participação no montante da economia nacional; o trabalho assalariado no campo cresceu; a disponibilidade de alimentos diminuiu, e seu preço aumentou; aumento da precariedade e sazonalidade do emprego no campo. (MULLER, 2007, p. 44)

Os impactos das políticas públicas nas relações de trabalho nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga, traz a tona dois aspectos fundamentais, o primeiro referente à forma de execução das políticas, que podem ou não fomentar o processo de organização

do trabalho coletivo e o segundo a questão da divisão sexual do trabalho, no qual será visto a que ponto as relações sociais de sexo são alteradas a partir de um ganho de autonomia das mulheres que se envolveram no processo de reorganização da associação de pequenos agricultores, a fim de acessar as políticas.

Ao ter acesso a lei que regulamenta o PAA tem-se um destaque, em relação aos beneficiários do programa, que são: agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais assentados, comunidades indígenas e ribeirinhos, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais.

Apesar dessa diretriz, na prática, a estrutura organizativa da política é ainda bastante criticada, já que o MDS e prefeituras acabam privilegiando a contratação do agricultor de forma individual, não contribuindo para a organização dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para a sustentação política do Programa, pois os agricultores desorganizados não têm condições de enfrentar as adversidades do mercado de forma isolada e de reivindicar mudanças e aporte de recursos financeiros junto aos órgãos públicos.

A CONAB executa o PAA diretamente com associações e cooperativas de agricultores familiares, sendo que a questão da organização coletiva é condição indispensável para a realização do projeto, ou seja, o impacto nas relações de trabalho tem um lugar diferente aqui, sendo fortalecido um dos eixos pensados pelo programa que compreende que a forma como o programa é implementado terá influência na estruturação das relações de poder e, conseqüentemente, as relações sociais e econômicas.

A opção pela forma de execução é algo que pode definir o reconhecimento e o fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo ou pode negligenciar a inserção desses atores enquanto gestores e executores locais reconhecidos pelo poder público e pela sociedade. Nesse sentido aponta-se a importância da mobilização e organização dos/as trabalhadores/as para que possam de forma coletiva resolver problemas cotidianos e estruturantes, e por conta disso, a escolha pela compra através de cooperativas e associações é uma das formas de fomentar essa potencialidade. Como afirma Muller (2007, p. 98): “Com a exigência de aglutinação em cooperativas de agricultores a capilaridade das organizações cresceu, chamando a

atenção para um tema até então praticamente desprezado que é a comercialização dos produtos da agricultura familiar”.

No caso do polo produtivo dos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitanga, foi verificado em campo uma grande vantagem por conta do acesso às políticas aqui estudadas a partir da associação de pequenos agricultores. Os assentados afirmaram que por conta da retomada organizativa, reiniciou um processo de assembleias e reuniões, além de voltarem a utilizar a área coletiva do PA Bela Vista, e que o principal ganho que as políticas trouxeram foi essa união entre os assentados:

Tinha muito tempo que a gente não usava a área coletiva, tava tomada de mato. E reunião também num tinha mais, só quando tava perto da marcha, ou período de eleição. A gente fica muito isolado se ficar cada um cuidando do seu lote, é difícil de resistir aqui se num tiver mais gente junto, por que se tem mais gente tem mais força mesmo. Até o samba voltou, por que tem as reunião e depois a gente faz o sambão aqui na escola mesmo. Foi uma vitória, há três ou quatro anos atrás eu num imaginava que a gente ia conseguir não. (A.S, entrevista coletada em campo, 2015)

Segundo Ghizzelini (2013):

A análise e contextualização das formas de operacionalização do Programa, assim como seus impactos, é condição para compreender em que medida há o reconhecimento político e social das organizações de agricultores familiares e, desta forma, verificar se há ou não avanços para a emergência das organizações de agricultores enquanto atores.

Para tanto, faz-se necessário aprofundar a compreensão do funcionamento operacional do Programa nos espaços locais, municipais e/ou comunitários, de forma a detalhar os procedimentos administrativos, pois mais do que uma caracterização dos procedimentos e fluxos, a descrição do funcionamento dos Programas passa a ser condição para compreender em que medida eles possibilitam o reconhecimento social, político e econômico das organizações envolvidas, mas também das inovações e processos fortalecidos ou desconstruídos em função da implantação dos mesmos. (Ghizzelini, 2013 p. 8)

A produção cooperativada é estimulada pelas políticas (PAA e PNAE), de acordo com a forma que ela é executada. No entanto, o MST também tem uma política clara de cooperativismo, compreendendo que não é possível para o camponês progredir de forma individual e apenas com a agricultura familiar. É necessário, para a sobrevivência dos camponeses, a apropriação coletiva de meios de produção, para que seja viável a sua produção e reprodução social. Nesse sentido, vê-se de forma positiva o impacto causado

pela implantação do PNAE e PAA nos assentamentos, que iniciou uma reorganização dos núcleos de família e dos setores de educação e produção, que estavam estagnados.

Outro ponto que deve-se destacar, é que a política de cooperação entre os assentados não tem um objetivo apenas econômico, mas, também político, pois, é uma forma de fortalecer a luta pela reforma agrária, já que a construção cooperativa eleva as consciências dos camponeses, que passam a se compreenderem enquanto sujeitos coletivos e estarem mais presentes nos processos de formação, organização e luta do movimento.

A Associação dos Produtores Rurais do Bela Vista foi criada em 21 de outubro de 1997, porém, a partir de 2007, passou por quatro anos de muitas dificuldades, devido à sua desregulamentação, que impossibilitou por todo esse período o acesso aos créditos. Atualmente, a mesma, tem 69 associados, que fazem contribuição mensal e constroem importantes atividades, essa retomada da Associação se deu por conta da intenção dos/as assentados/as de serem beneficiados do PAA e PNAE. No gráfico a seguir vê-se a evolução do número de associados, desde a sua fundação até os dias atuais:

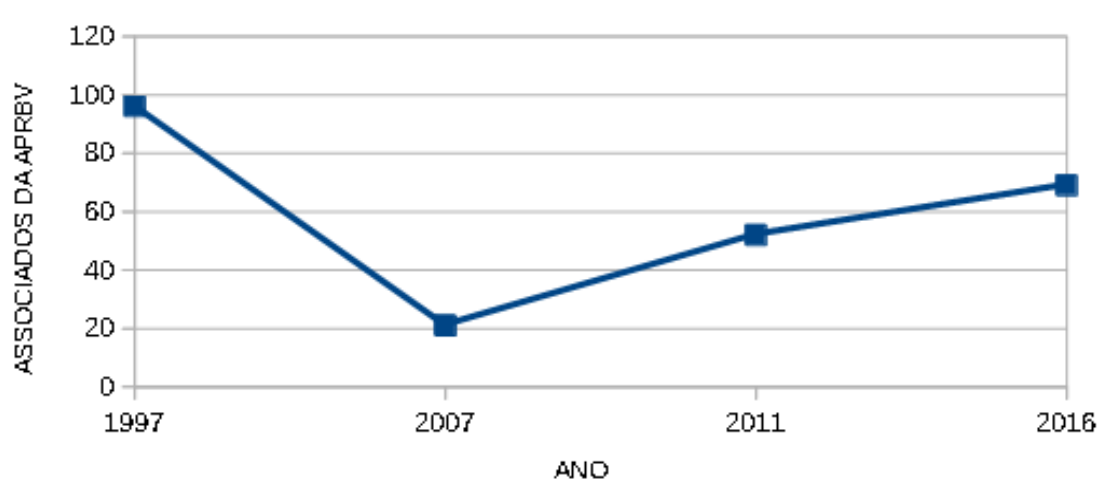


Figura 18: Evolução do número de associados da APRBV (Associação dos Produtores Rurais do Bela Vista)

Fonte: SILVA, J.G. 2015

Esse processo de evolução do número de associados é bastante expressivo. Vê-se em 1997, ano da fundação da associação, o pico de número de associados (96), neste momento há uma maior adesão, já que se tem uma maior condição de acesso ao crédito, além do ânimo dos assentados, que acabam de chegar ao assentamento e vislumbram muitas oportunidades. Com os anos, e as dificuldades de organizativas, esse número foi

diminuindo, chegando a apenas 21 associados em 2007, 10 anos após a fundação. Nesse ano muitos problemas foram apontados para a diminuição do número de associados: “não tinha ninguém que quisesse se responsabilizar”, “não tínhamos condições de contribuir mensalmente”, “não estava servindo para nada, por que não estava regularizada” (Assembleia da APRBV, 2015). Nesse mesmo ano, o NEPPA inicia os trabalhos nos assentamentos de Santo Amaro, e na tentativa de concorrer a editais para a produção, descobre-se a barreira por conta da não negatização das associações dos assentamentos, tanto do Nova Suíça, como o do Eldorado do Pitinga e do Bela Vista. Inicia-se então um processo de retomada da organização, sistematização da experiência e dos documentos.

Esse processo se intensificou em 2011, com a abertura do edital do PAA em Santo Amaro, sendo necessária a regularização para que os assentados pudessem ser beneficiados, desde então, algumas pessoas tomaram a frente do processo e conseguiram regularizar a situação da APRBV, que hoje conta com 69 associados/as.

Pode-se avaliar que as políticas PAA e PNAE influenciaram de forma positiva as relações de trabalho nos assentamentos, que em busca de uma questão econômica de acesso a crédito, também reorganizou politicamente os PA's envolvidos, que tiveram de retomar o setor de produção e as reuniões e assembleias.

Outro aspecto que será aqui abordado é a questão da divisão sexual do trabalho, fundamental para compreender-se as relações de trabalho no campo. Estudos sobre o trabalho familiar no espaço rural têm enfatizado a divisão sexual sob influência da idade e geração e as diferenciações sociais daí decorrentes, reflexos das relações de poder e do acesso aos recursos com o persistente desbalanço entre o reconhecimento do trabalho dos diferentes membros da família.

[...] o trabalho familiar vem incorporando significativas singularidades e pressupondo redefinições na organização de papéis domésticos. No entanto, suas distinções estão muito longe de ser compreendidas, em especial num contexto de reconhecida transformação dos padrões de dominação masculina e de abertura de alternativas de participação econômica e política de homens e mulheres. (NEVES e MEDEIROS, 2013, p. 14)

As mulheres estudadas nesta pesquisa atuam nos dois espaços mencionados, indo da casa ao roçado (mesmo que aqui a preferência de atuação seja dada aos homens),

além de trabalharem nas fazendas vizinhas e nas fábricas de papel de Santo Amaro.

A trajetória das mulheres na construção, formação e manutenção dos assentamentos é marcada por muita opressão respaldada pelo Estado patriarcal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. Apesar disso, as mulheres têm tido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, nas propostas de produção, na geração de ocupação e renda e nas iniciativas organizativas.

O patriarcado, aqui considerado como um sistema de opressão do grupo social masculino sobre as mulheres, tem como base material a divisão sexual do trabalho, a qual determina a posição feminina nas relações sociais. Na hierarquia da reprodução social camponesa, esse sistema é manifestado, de início, na autoridade paterna, que já define a divisão de tarefas no interior da família, baseada em critérios como sexo e idade.

Desde esse momento, o trabalho feminino adquire designações e significados diferenciados e, regra geral, é inferiorizado em relação ao trabalho masculino. Bem verdade, na maior parte do tempo, as atividades domésticas não são consideradas trabalho e, dessa forma, eximem-se o Estado e o homem, enquanto grupo social, dessa responsabilidade. Hirata e Kergoat (2008, p. 264) explicam que há uma opressão específica sobre as mulheres, posto que “a massa de trabalho gratuito efetuado pelas mulheres no âmbito doméstico, não é realizado para elas mesmas, mas para outro”. Os fazeres domésticos são realizados “sempre em nome de uma natureza ou dever femininos”; muitas vezes, invisíveis e “não reconhecido como deveria ser: como um trabalho”.

A divisão sexual do trabalho também está presente no contexto da agricultura camponesa e em todas as outras instâncias existentes nos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga. A DST é anterior ao capitalismo, porém, atingiu o seu auge com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Para Hirata e Kergoat (2007):

A divisão sexual do trabalho é a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599)

Estando organizado, para essas duas autoras, segundo dois princípios, a saber:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Como afirmam, esses princípios são válidos “para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço”, critérios utilizados para a análise da realidade local de Santo Amaro e dos assentamentos analisados.

Saffioti (1969) analisa a inserção da mulher na sociedade capitalista e ressalta a subvalorização das capacidades femininas e sua inserção marginal no sistema de produção. Ressalta que, na formação econômica e social do Brasil, a mulher negra nunca esteve fora do sistema produtivo, indo na contramão dos que afirmavam e generalizavam sobre a reclusão da mulher ao lar (espaço privado). Sempre atuou nos tabuleiros e em diversas negociações. Para a autora, no capitalismo, elementos como sexo e raça fazem com que algumas características sofram desvantagens no processo competitivo.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares, tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 2013, p. 61-62).

Segundo a autora, o modo de produção capitalista alija, em especial, a força de trabalho feminina. A divisão sexual do trabalho foi utilizada pelo capital, tanto para justificar o pagamento de salários mais baixos às mulheres quanto para submetê-las a exaustivas jornadas. Nos PA's BV e EDP, é possível perceber a permanência dessa lógica, as mulheres relataram que a falta de emprego afeta de forma mais incisiva o sexo feminino, já que os fazendeiros preferem contratar homens para lidar com a terra ou demais trabalhos que exigem força física.

A partir da implementação do PAA e do PNAE nesses dois assentamentos é possível que se construa um contraponto aos modelos tradicionais, empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. O fato de as mulheres terem papéis centrais nos processos de produção e reprodução dos assentamentos, é fundamental para que novas relações de trabalho sejam criadas, dando às assentadas uma condição maior de participação de nas decisões sobre gestão produtiva das culturas agrícolas.

Desse modo, pode-se afirmar que existe espaço, a partir do PAA e do PNAE, de haver modificações concretas na realidade da mulher camponesa, que tem lutado cada vez mais pela incorporação das relações sociais de sexo nas políticas públicas, como sujeitas a serem visibilizadas.

No assentamento Bela Vista, entre os/as 86 assentados/as, 57 são mulheres, porém apenas 6 são as titulares dos lotes. Em relação ao acesso a crédito, apenas 2 mulheres foram beneficiadas diretamente, todas as outras 17 famílias tiveram acesso a crédito a partir do homem da família. As assentadas do PA Bela Vista, apesar de serem muito importantes para a produção, não participam efetivamente, da tomada de decisões na administração e no planejamento dos lotes. Porém, vê-se que, o cuidado necessário com a produção, pra que ela possa ser vendida no mercado institucional (PAA e PNAE), é principalmente gerido por elas, como afirma uma das assentadas:

Quando eles vai conversar com a prefeitura a gente num serve pra nada, quando vão resolver lá como é que vai vender, o que vai vender, o dinheiro, e as coisas toda pra começar a vender pra escola, mas, na hora de dizer que tem que lavar num sei como, tem que colocar nos saquinho, tem que regar todo dia, aí a gente presta. Mas, as mulheres daqui num são mole, D. Sinésia quando quer bota ordem, e a gente precisa saber das contas também, precisa saber se tá tudo certinho na associação, por que por culpa deles que a associação ficou um tempão sem poder pegar crédito, e a gente que organiza agora a contribuição mensal, tem boleto, tem tudo. (S.D., Entrevista coletada em campo, 2015)

É lugar comum nas entrevistas, que encontre-se mulheres que nunca tenham tido oportunidade e a experiência de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho, que sejam excluídas dos processos de formação, por conta do trabalho doméstico, afastando-as do conhecimento sobre as regras de financiamento, crédito e relações políticas e mercadológicas necessárias para influenciarem na organização da produção dos assentamentos, porém, a partir da implantação das políticas PAA e PNAE, inclusive

antes disso, no processo de reorganização dos assentamentos para que conseguissem ter acesso, as mulheres foram agentes fundamentais.

O assentamento Eldorado do Pitinga, entre os 146 assentados, 82 são mulheres, e apenas 9 são titulares das terras, porém, todas elas por conta de inviabilidade do homem da casa ou por viuvez, o que demonstra mais uma vez uma reprodução do sistema patriarcal dentro dos assentamentos. No PA Eldorado do Pitinga, vê-se também que as decisões sobre produção, sobre o que plantar, não passam, pelas mulheres, as mesmas são comumente excluídas da elaboração do projeto produtivo, porém, são requisitadas para a manutenção da associação, no papel, principalmente de secretárias.

As mulheres vêm ganhando força, a partir das demandas do PAA e do PNAE, para questionarem a invisibilidade do seu trabalho, entendendo que, não fosse a participação delas na gestão e na produção, não seria possível que os assentamentos fossem beneficiados. Além disso, para o processo de reorganização da associação, o setor de mulheres do MST juntamente com o NEPPA, realiza oficinas de gênero, para que estas questões sejam colocadas, além de debates sobre a violência, a ocupação de espaços de poder e a divisão sexual do trabalho.

Deve-se aqui afirmar que não existe um processo de opressão sem resistência, e as mulheres dos PA's Bela Vista e Pitinga vêm demonstrando que podem reverter esse quadro a partir da organização, e é urgente ao Estado que mais políticas públicas tenham em vista essa condição de subalternidade imposta pelo sistema patriarcal, pensando em programas que insiram cada vez mais mulheres nos processos produtivos e de decisão. No caso das políticas estudadas aqui, não existe um eixo exclusivo para a inserção das mulheres, porém, elas são impactadas de toda forma, tanto pelo beneficiamento das assentadas, como na alimentação escolar, que é parte das preocupações das mulheres do campo e da cidade, pela sua condição de obrigatoriedade de exercer o trabalho doméstico e de cuidados.

A imagem que segue é de uma antiga assentada do Eldorado do Pitinga, que ao conceder entrevista trouxe debates polêmicos, como o questionamento das direções masculinas no MST e a importância das mulheres estarem unidas na luta contra o machismo, afirmou ainda que: “Hoje eu tenho essa terra por que eu lutei muito pra vir pra cá, meu marido não queria não, mas se ele num viesse eu vinha sozinha, e sou eu que planto, sou eu que cuido das coisas, e é assim que eu ensino pras meninas lá de casa, quem tem que mandar é quem trabalha, e quem bem sabe o que é trabalhar somos nós mulheres” (T.J., Entrevista coletada em campo, 2015).

Pode-se destacar que, apesar de haver um número representativo de mulheres participando do processo de reorganização da associação e do processo produtivo, o que traz melhorias para a vida destas mulheres e aumento da sua autonomia, não quer dizer que isso se expresse necessariamente nas relações sociais intra-familiares. Ou seja, apesar das mulheres estarem cumprindo jornadas triplas, de produção no lote, organização da associação e tarefas domésticas e de cuidados, a violência e a opressão ainda são marcantes nos assentamentos.



Figura 19: Antiga assentada do Eldorado do Pitinga, Santo Amaro – BA.

Foto: SILVA, J.G., 2015.

As relações de trabalho nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga ainda tem as marcas das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, além das dificuldades para a realização do trabalho coletivo, porém, é possível afirmar que há um potencial de mudanças a partir do beneficiamento das políticas PAA e PNAE, que deve ser explorado.

É possível dizer que, ao melhorar as condições de vida das famílias assentadas, os programas (PAA e PNAE) vêm contribuindo também para a melhoria geral das condições de vida das mulheres. A melhoria da alimentação e sua diversificação trazem certamente impactos positivos sobre as mesmas, já que ao serem responsáveis pela reprodução da vida, e, logo, pelo preparo da comida, elas são provavelmente as que mais sofrem quando faltam gêneros alimentícios para família. Os programas permitiram ainda um aumento nas possibilidades de produção para o autoconsumo, com uma maior diversificação da produção.

5.4 Geração de ocupação e renda

Frequentemente, devido à Reforma Agrária estar submetida às regras do mercado e não aos interesses dos trabalhadores rurais, a terra desapropriada para este fim possui uma baixa capacidade produtiva, consequência de séculos de exploração promovida pela monocultura e técnicas que degradam a natureza.

Estabelecido em uma área dedicada anteriormente a plantação de mamão, no caso do Bela Vista, e produção de cítricos, no caso do assentamento Eldorado do Pitinga, ambos sofrem atualmente as consequências resultantes dessa exploração, como a limitada produção agrícola, devido principalmente ao solo empobrecido e a falta de auxílio técnico dos governos para a melhoria da produção.

O impacto da baixa produtividade gera implicações negativas no que diz respeito à geração de ocupação e renda nos assentamentos. Aliado a problemas como a dificuldade de escoamento da produção e ao sistemático endividamento gerado pelos frustrados acessos a créditos sem o devido acompanhamento e assistência técnica, o nível de renda entre os assentados acaba sendo muito baixo. Para reverter esse quadro, políticas de ATER, crédito rural, desenvolvimento produtivo, além de políticas de aposentadoria rural e transferência de renda, como o bolsa família, são extremamente necessárias.

Em 2007 os assentados do Bela Vista receberam o PRONAF, que é o financiamento de apoio à produção, que foi investido no plantio de abacaxi, assessorados de forma equivocada, o que gerou um grande prejuízo. Devido à péssima assistência técnica e às condições precárias do solo, a maioria das mudas morreram, de acordo com os assentados apenas seis mudas vingaram, por conta destes problemas as famílias não tiveram o desejado aumento da renda e ainda ficaram endividadas.

A produção do assentamento, devido às dificuldades, se voltou para a subsistência nos quintais, onde plantam uma grande variedade de gêneros alimentícios, e nos seus lotes individuais o principal produto cultivado era a mandioca, para ser beneficiada na casa de farinha, mas, com poucas condições de produzir excedentes e menos ainda de escoá-los.

Em relação à comercialização de produtos agrícolas, a categoria social dos camponeses apresenta dificuldades relacionadas à capacidade de produzir em escala e atender as normas higiênico-sanitárias e, neste sentido, a Companhia Nacional de Abastecimento afirma que:

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil. A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto - e em articulação com outras ações - eleva-se significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural. (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, p. 200).

A partir de 2008, com influência do setor de produção do movimento e assessoria do NEPPA (Núcleo de Estudos em Políticas e Práticas Agrárias) se iniciou alguns projetos, com o intuito de desenvolver atividades de inclusão socioprodutiva de jovens da área de produção agrícola de base familiar, contribuindo com o ciclo de produção e comercialização de suas produções, organizando o trabalho para a consolidação de redes cooperativas entre Associações de Trabalhadores Rurais.



Figura 20: Oficina de agroecologia do NEPPA, 2013.

Foto: SILVA, J.G., 2013.

A partir desse período, se iniciou uma retomada das Associações de Pequenos Agricultores dos assentamentos da Brigada Carlos Marighella, Regional Recôncavo do MST. Em Santo Amaro, três assentamentos estavam em processo de organização, além dos estudados nessa pesquisa, o Nova Suíça (5 de Maio).

A ideia inicial era a formação de um polo de produção agroecológica e de beneficiamento agroindustrial em parceria com a Universidade Federal da Bahia, para a realização do escoamento da produção a partir de uma rede de economia solidária. Porém, a partir de constantes avaliações, foi decidido que um caminho para a autonomia dos PA's, a fim de que não estivessem tão vulneráveis em relação às mudanças na assessoria, seria a inserção dos assentamentos em programas e políticas de mercado institucional, sendo decidido em assembleia em 2011, que as Associações deveriam regularizar as DAP's e iniciar um processo de cooperativismo, a fim de acessar as chamadas públicas do PAA e do PNAE.

Nesse sentido, foi importante o impacto gerado na articulação entre os assentados, que viram a possibilidade de aumentar sua renda a partir da produção agrícola, já que muitos estavam precisando realizar outras atividades, ou como assalariados rurais em outras fazendas, ou em atividades nas cidades, para complementarem o rendimento

familiar. A partir de 2014, usando a Associação dos Pequenos Agricultores do Bela Vista foi possível acessar pela primeira vez o PAA e o PNAE.

Utilizando como base os questionários realizados em campo, e o acompanhamento realizado durante todo o processo de reorganização dos assentamentos para acessar essas políticas, chega-se a alguns dados importantes, que possibilitam, apesar do pouco tempo de beneficiamento, um bom olhar em relação a geração de ocupação e renda nos PA's analisados, além de tentar-se trazer algumas comparações com outros estudos realizados em assentamentos em todo o Brasil.

O PAA tem como objetivos, descritos em seu projeto de lei: a remuneração da produção, a promoção da ocupação do espaço rural, a distribuição de renda, o combate à fome, a preservação da cultura alimentar regional e, também, a preservação ambiental. Cabe salientar que, ao contrário do que acontecia nas outras estruturas que compõem o PAA, “[...] na estrutura da CONAB, o PAA exerceu o papel de diversificar o público com que a companhia atuava e de dar um novo impulso em suas atividades” (MÜLLER, 2007, p. 112).

Em relação ao PAA e ao PNAE, há uma vantagem definida pela minimização da participação dos atravessadores, fomentada pelo mercado institucional, o qual encurta o espaço existente entre a produção e o consumo de alimentos:

Ao instituir instrumentos de aquisição baseados em preços de referência diferenciados para a agricultura familiar, o PAA cria as condições necessárias para que o Estado possa atuar no mercado de produtos agrícolas, exercendo não apenas um efeito regulador sobre os preços regionais, mas dando um tratamento diferenciado para os agricultores familiares, buscando reforçar sua autonomia em relação aos chamados ‘atravessadores’ e fortalecendo sua posição frente aos diferentes agentes de mercado. (SCHMITT, 2005, p. 83).

Porém um dos problemas apontados é a questão do atraso no pagamento, esse espaço de tempo entre a entrega do produto e o recebimento do seu valor correspondente é considerado fator limitante para a comercialização dos assentados com o PAA, e isso fica bastante evidenciado na pesquisa, conforme o relato a seguir:

(...) Demoram muito de pagar, as vezes dura três meses, as vezes quatro meses

ou mais pra poder receber, quando a gente pergunta dizem que é por que demora de vir a verba do governo, só que a gente num pode ficar dependendo disso, já tinham que ta com esse dinheiro na mão, porque a gente vende porque a gente vende pra eles por que confia que vão pagar, e aí tem que ficar esperando esse tempo todo, aí eu tenho que vender aqui na pista mesmo, pra poder comer todo dia (...). (GOMES, entrevista coletada em campo, 2015).

Algumas avaliações apontam para uma melhora na geração de ocupação e renda dos/das camponeses/as, a partir do momento que passam a se beneficiar dos programas analisados. Há uma grande quantidade de trabalhos que reafirmam a boa influência que o PAA exerce diretamente sobre a renda do produtor ao oferecer garantias de compra a preços que remunerem os custos de produção e novas oportunidades de acesso ao mercado. Desse modo, o governo impulsiona a ocupação do espaço rural, pois dá mais estabilidade à atividade agrícola, gera trabalho e incentiva a permanência das pessoas no meio rural, como afirma Fuscaldi (2010): “o PAA promove um círculo econômico e social virtuoso, já que assegura a circulação de dinheiro na economia local, possibilita maior atividade aos agentes econômicos locais e melhores possibilidades de investimento na região (FUSCALDI, 2010, p.123).

Entre as 51 famílias (soma das famílias do PA Bela Vista e PA Eldorado do Pitinga), 17 (33%) têm renda apenas na agricultura; 25 (49%) obtêm renda realizando diárias em fazendas próximas do assentamento, 14 (29%) obtêm renda não agrícola provenientes do comércio, prestação de serviços, e 18 (34%) famílias têm renda da aposentadoria, além de desenvolverem atividade agrícola nos seus lotes. Embora tenham sido identificadas no assentamento rendas não agrícolas (transferências do governo e atividades não agrícolas), grande parte das famílias assentadas (26 – 51%) praticam cultura de subsistência.

A pluriatividade no assentamento (34 famílias – 67%) é oriunda, em sua maior parte, da atividade agrícola, isto é, venda de diárias no interior dos próprios assentamentos ou em comunidade vizinha, bem como da fabricação de doces, prestação de serviços - professor (a) - e comércio.

Quanto à renda não agrícola proveniente de transferências de governo, tais como aposentadoria, pensão e bolsa família, constatou-se a existência de várias famílias beneficiárias. Entre as 51 famílias assentadas, aproximadamente 67% recebem ajuda do

governo, através do programa bolsa-escola, bolsa-família, contra 33% que não são contempladas por esses benefícios.

A renda média dos assentados no PA Bela Vista é de um R\$ 643,00, no PA Eldorado do Pitinga é de R\$ 681,00. Porém existe uma discrepância de renda dos assentados que vivem apenas da renda agrícola e dos assentados que praticam a pluriatividade.

A flexibilidade da produção é uma das estratégias da sobrevivência camponesa, e uma das principais marcas do processo de geração de ocupação e renda dos assentamentos pesquisados é a pluriatividade.

Entre os assentados que vivem da renda agrícola, apenas, a média da renda familiar é de R\$ 567,00, tanto no BV como no EDP. Os assentados que tem algum tipo de renda comercial, como os donos das quitandas e vendas nos assentamentos, a renda é de um salário mínimo.

5.5 Práticas Agroecológicas

A implementação de políticas agrícolas, a partir da década de 1960, voltadas para a modernização da agricultura aumentou o acirramento e desencadeou diversos conflitos e impactos socioambientais. Insumos e defensivos químicos tornaram-se os dois componentes mais marcantes dos pacotes da Revolução Verde. O Brasil tornou-se, a partir de 1970, um dos maiores consumidores mundiais desses produtos sintéticos, fabricados com derivados de fósforo e petróleo.

Ao passo que se acirraram os conflitos, fomentou-se também articulações sociais, para a formação de movimentos ambientalistas além do surgimento dessas pautas em movimentos sociais tradicionais, que colocaram a questão ambiental na ordem do dia, como o MST.

Até meados da década de 90 não havia uma crítica mais elaborada do MST ao modelo tecnológico dominante. A orientação hegemônica era copiar o modelo convencional em áreas reformadas numa lógica de produção coletivizada, coletivização de todos os meios de produção.

O MST optou pelo caminho da modernização da agricultura, reproduzindo o modelo tecnológico dominante voltado à especialização e produção em escala. Esta opção pela

modernização trouxe consigo, em consequência, problemas sociais e ambientais relacionados com o uso do chamado “pacote tecnológico” da Revolução Verde. Embora tenha prevalecido este discurso de economia de escala, existiam discussões, ainda na década de 80, acerca do formato tecnológico que deveria prevalecer nos assentamentos. No Caderno de Formação Política n.10 (MST, 1986), que discutia as formas de organização nos assentamentos, tem um capítulo que aborda o uso de tecnologias alternativas. O capítulo inicia com uma crítica às multinacionais – que impõem novos padrões de consumo, domina a economia nacional, explora a mão de obra brasileira, introduz produtos agroquímicos (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, etc.) – e ao comprometimento do Estado com este modelo. Como principais problemas do uso das tecnologias modernas, destacavam-se:

A introdução de tecnologias externas (EUA e Europa); desmoralização dos conhecimentos e práticas tradicionais utilizadas pelos agricultores; o comprometimento das estações experimentais estatais com “o simples teste dos produtos ou insumos produzidos pelas multinacionais”; uso abusivo de agrotóxicos que, em muitos casos, são proibidos nos países de origem “por afetarem violentamente a saúde dos agricultores, levando-os até a morte, e dos consumidores dos produtos agrícolas produzidos” (MST, 1986, p. 26).

As tecnologias alternativas eram entendidas como substitutas do modelo insumista e destruidor das multinacionais de agrotóxicos, que buscam o desenvolvimento e a aplicação de técnicas a partir do conhecimento da agricultura, do solo, da natureza e do clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente.

Assim entendemos que somente o questionamento global da sociedade capitalista que vivemos pode apontar a saída, pois a necessidade da sobrevivência e experiência cotidiana da luta contra a exploração em que vive o trabalhador, isto é o proletário urbano e rural, e os pequenos produtores camponeses cria solidariedade consistente e a consciência de um projeto histórico, pois só assumindo as perspectivas do projeto histórico dos trabalhadores é que podemos de fato confrontar o modelo tecnológico dominante (FAEAB, 1987, p. 138).

O que fica claro neste depoimento é que o MST não tinha uma elaboração mais clara sobre o que seriam as tecnologias alternativas e nem menciona a existência de experiências ou trabalhos sendo desenvolvidos dentro do movimento. A questão produtiva não era prioridade para as lideranças do movimento neste período – a prioridade era a conquista da terra – e o entendimento era que o problema não estaria no uso das tecnologias modernas, mas no controle pelos trabalhadores dos meios de produção. Este discurso das tecnologias alternativas, ainda bastante minoritário dentro do MST, foi vencido pelo discurso produtivista, que defendia a eficiência econômica e a coletivização dos meios de produção.

De acordo com Petersen e Almeida (2004, p. 26), o tema das tecnologias alternativas era encarado com bastante reserva por parte da maioria dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais. Existiam várias interpretações desqualificadoras do trabalho com agricultura alternativa, que certamente influenciavam as lideranças dos movimentos. Entre elas:

A ideia de que as tecnologias alternativas representam uma volta ao passado e os agricultores familiares deveriam ter o direito de se modernizarem assim como o empresariado rural o vem fazendo, logo, a luta do movimento social deve ser a de garantir o acesso à modernização por meio de políticas públicas orientadas para a democratização da Revolução Verde; O trabalho com tecnologias alternativas revela um viés tecnicista e pouco politizado. A luta dos camponeses é uma luta de classes, pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores; A organização para a produção com tecnologias alternativas é uma opção pela elitização. Está voltada para atender à crescente demanda por alimentos orgânicos de uma camada da sociedade urbanizada disposta a pagar mais por esses produtos (PETERSEN e ALMEIDA, 2004, p. 26).

De acordo com Correa (entrevista, 2015), foi a partir da conquista dos primeiros assentamentos e devido às dificuldades na sua viabilização econômica que o MST começou a se deparar com o esgotamento do modelo de desenvolvimento. A reforma agrária era entendida como um “(...) instrumento para democratizar os meios de produção, para ter nos assentamentos de forma coletivizada a possibilidade de dinamizar o desenvolvimento rural no país”. Contudo, o baixo desempenho econômico provocou um questionamento sobre a viabilidade do modelo tecnológico.

Os membros do movimento, segundo Correa (entrevista, 2015), começaram a perceber os altos custos do pacote tecnológico e que o lucro estava ficando com as

empresas que produziam estes insumos e não com os assentados. Além disso, os agricultores estavam deixando até mesmo de produzir o alimento para o seu autossustento:

(...) este modelo convencional estava nos expropriando até mesmo da nossa alimentação, porque fazia nós entrarmos numa dinâmica doida de produzir para o mercado e também ir buscar no mercado o alimento, principalmente, a partir do momento que se tem um acesso mais amplo ao crédito, não se tem assistência técnica alternativa – a assistência técnica acaba sendo a do Estado neste modo difusionista e cartesiano de se trabalhar a assistência técnica – é a total frustração né, que foi se tendo. Aonde observamos que grande parte da nossa luta pela terra, luta pelo crédito, luta por algumas melhorias sociais estavam retornando para reforçar o modelo excludente da agricultura. Porque o nosso crédito estava em torno de 60 a 65% regressando para as grandes empresas que produziam agrotóxicos, produziam máquinas, produziam sementes híbridas. Estava sendo simplesmente repassadores deste crédito, o que faz parte da história dos pequenos agricultores também de forma mais recente no Brasil. Então com esta leitura crítica o Movimento começou a perceber isso, a fazer este debate e começou a crescer um pouco esta discussão de qual o papel dos assentamentos nesta atual conjuntura e neste modelo que a gente está vivendo aí (CORREA, entrevista 2015).

Este debate sobre modelo tecnológico se intensificou dentro do MST em meados da década de 1990. Começou a aparecer mais incisivamente nas formulações do MST uma crítica ao projeto neoliberal, na qual “a reforma agrária não tem nenhum espaço ou viabilidade nesse modelo de desenvolvimento e com essa política para a agricultura” (STÉDILE, 1997, p.13). E começou a se discutir a necessidade de construir um “projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil. (...) um modelo diferente do da elite, centrado nos valores e princípios socialistas” (MST, 1997, p. 06).

Neste período os membros do MST, com apoio do grupo de intelectuais chamado “amigos do MST”, elaboraram uma nova proposta de reforma agrária, fruto de praticamente três anos de discussão, “(...) necessariamente mais abrangente e mais complexa do que a simples distribuição da propriedade da terra”. Esta proposta foi aprovada no 3º Congresso Nacional realizado em 1995 (MST, 1997, p. 34). Para o MST um programa de reforma agrária deveria ter as seguintes características básicas:

Modificar a estrutura da propriedade da terra; Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; Garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro

agrícola; Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de emprego especialmente para a juventude; Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido; Desenvolver tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola autossustentável; Busca de um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MST, 1995, p. 29).

Neste novo programa de reforma agrária os fundamentos principais defendidos pelo MST permanecem, mas foi ampliada sua abrangência – “Reforma agrária: uma luta de todos” – e foram introduzidas novas questões: produção voltada à segurança alimentar, desenvolvimento harmônico das regiões, a preocupação com a juventude, cuidados com o meio ambiente e modelo agrícola autossustentável.

A criação pelo INCRA do Projeto Lumiar, em 1997, e a filiação do MST à Via Campesina Internacional contribuíram para o avanço do debate agroecológico dentro do MST. Este era um período, conforme visto anteriormente, de conjuntura favorável para a realização da reforma agrária, com crescentes pressões e mobilizações dos movimentos sociais.

A Via Campesina Internacional foi criada em 1993, na Bélgica, por ocasião da realização da 1ª Conferência Internacional da Via Campesina, na qual foram definidas suas primeiras pautas estratégicas e sua estrutura. A 2ª Conferência, realizada em 1996 no México, teve a presença de 37 países e 69 organizações de pequenos e médios agricultores, dentre elas o MST.

As temáticas principais e campanhas da Via Campesina são: reforma agrária; biodiversidade e recursos genéticos; soberania alimentar e comércio; direitos humanos; agricultura campesina sustentável; migração e trabalhadores rurais; igualdade de gênero (VIA CAMPESINA, 2006). A participação do MST na Via Campesina possibilitou que temáticas até então pouco discutidas pelo movimento, a exemplo da biodiversidade e da soberania alimentar, entrassem com bastante força e fossem assumidas como questões prioritárias.

Em 1997 foi criada a Bionatur, uma das experiências mais divulgadas do MST no campo da agroecologia. Esta experiência, coordenada pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados – COOPERAL começou nos municípios de Hulha Negra e Candiota, localizados na região sul do Rio Grande do Sul.

Mais do que uma marca de sementes, a Bionatur representa uma nova forma de produção de sementes de hortaliças, produzidas sem agrotóxicos e adubos químicos e de forma cooperativa, resgatando as variedades locais que correm o risco de desaparecer devido ao predomínio das sementes híbridas desenvolvidas pelas grandes empresas do setor (RIBEIRO, 1998, p. 13).

Monteiro (2007) destaca outro fator que influenciou o avanço do debate agroecológico no MST, que foi a expansão do movimento para outras regiões do país, principalmente Norte e Nordeste. A territorialização do movimento foi tornando mais complexo o olhar sobre a agricultura explicitando suas especificidades. Estas regiões apresentavam contextos e realidades bastante diversificadas das experiências desenvolvidas nos assentamentos do Sul do Brasil. A modernização da agricultura não tinha chegado com tanta força nestas regiões e, em consequência, muitas práticas tradicionais ainda eram mantidas pelos agricultores. No final da década de 90 este discurso passou a ter certa unidade dentro do movimento.

No 4º Congresso Nacional (2000) o MST assumiu a agroecologia como bandeira de luta e foi discutida a questão da preservação ambiental e do respeito ao meio ambiente. Neste encontro foi elaborada uma carta de princípios – “Nossos compromissos com a terra e com a vida” – que teve grande impacto dentro do MST. Os compromissos assumidos foram os seguintes:

Amar e preservar a terra e os seres da natureza; Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e agricultura; Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos; Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água; Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores; Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, comunidade e a natureza; Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade; Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras (MST, 2000, p. 52).

Esta carta ao mesmo tempo em que mostra os compromissos assumidos pelos MST, aponta para diversos problemas que ainda persistem nos assentamentos, tais como: monocultura, agrotóxicos, desmatamento, perda de nascentes e venda de terras.

Em 2001 foi criado pelo MST o Coletivo Nacional de Meio Ambiente, fruto de deliberação da direção nacional do MST. Inicialmente houve uma discussão da conveniência de se ter um setor de meio ambiente dentro do MST, pois a temática deveria permear todos os setores e não se restringir a apenas um.

Existiam dentro do Movimento algumas pessoas que tinham este debate da agroecologia mais presente, alguns debates locais, mas não tinha ainda uma elaboração mais coletiva. O setor de meio ambiente começa a fomentar nos estados, nos coletivos, este debate ambiental; elabora documentos para auxiliar nas discussões e são realizados diversos encontros e reuniões para aprofundamento desta questão, desde as bases até as instâncias estaduais e nacionais. Contudo, Correa (2015), ressalta que este setor nacional de meio ambiente não representa o conjunto das ações ambientais do MST. É um grupo executivo formado por pessoas de todas as regiões que se articula com os estados, com os debates locais, para junto ir conformando uma visão nacional sobre o tema ambiental dentro do MST.

Em 2003 a Via Campesina Internacional lançou no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com presença de mais de 15 mil pessoas, a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”. Esta campanha foi assumida por todos os membros da Via Campesina e teve grande repercussão a nível nacional (VIA CAMPESINA, 2003).

A discussão sobre a importância das sementes crioulas e sua produção já fazia parte da preocupação de algumas organizações e movimentos sociais, especialmente das ONGs que desde a década de 90 já trabalhavam com o resgate de variedades locais e com banco de sementes crioulas. O próprio MST já discutia esta questão anteriormente, mas esta campanha desencadeou um trabalho mais concreto, assumido por diferentes organizações sociais, e com abrangência internacional. O MST assumiu esta campanha com protagonismo e a questão das sementes contribuiu pra avançar o debate da agroecologia nos assentamentos e a dinamizar muitas experiências. Foram criados diversos bancos de sementes e feito o resgate de sementes crioulas em centenas de assentamentos.

Além desta campanha das sementes, o MST vem desenvolvendo outras iniciativas importantes relacionadas à agroecologia. Entre elas destacam-se: a criação da Rede de Pesquisa Agroecológica, composta por uma dezena de centros em todos os biomas, onde são desenvolvidas pesquisas agrícolas com metodologias participativas buscando

aprimorar as práticas agroecológicas; a criação de Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS) desenvolvidos em parceria com o Ministério do Meio Ambiente; a elaboração do Programa Ambiental do MST; a elaboração de um Programa Florestal para as Áreas de Assentamentos; o Projeto de Manejo da Agrobiodiversidade com Enfoque Agroecológico; a realização do Diagnóstico Rápido Participativo da Biodiversidade; a criação e coordenação de diversos cursos médio, pós-médio, superior e uma especialização com enfoque agroecológico.

Esta mudança de orientação em favor da agroecologia pode ser visualizada em diversos documentos e deliberações do MST. Na cartilha “A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”, publicada em 2006, as mudanças são claras. A mesma contém a proposta de reforma agrária desenvolvida pelo MST, destacando as mudanças necessárias para sua realização, como pode-se ver a seguir:

Esta proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza (MST, 2006, p. 20).

Nesta proposta são destacados dez pontos prioritários, cada qual apontando as mudanças necessárias para a realização da reforma agrária:

Terra – democratizar o acesso a terra, aos bens da natureza e os meios de produção; Água – a posse e o uso devem estar subordinados aos interesses dos povos; Organização da produção: voltada para a produção de alimentos saudáveis; promover a cooperação agrícola; organizar agroindústrias próximas aos locais de produção; promover uma agricultura diversificada, sustentáveis em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis; estimular a realização de feiras agroecológicas em todos os municípios; Construção de um novo modelo tecnológico – orientado pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária e às unidades camponesas de produção; Manejo sustentável da água e a irrigação – implementar um amplo programa de manejo sustentado da água, que viabilize a sua conservação natural e a infra-estrutura de captação e uso sustentável; Política agrícola pública – o Estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola;

Educação do campo – garantir o acesso à educação formal e informal para todos; Industrialização – levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres; Desenvolvimento da infra-estrutura social – garantir a toda a população do campo as mesmas oportunidades de todos os brasileiros; Repensar as instituições públicas que atuam na agricultura (INCRA, CONAB, EMBRAPA); capacitação e conscientização dos servidores públicos que atuam com a reforma agrária. (MST, 2006, p. 21).

Verifica-se em campo que a incorporação da agroecologia pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças.

Outro ponto a ser destacado é que o tema que envolve a agroecologia não tem sido prioridade para todos os setores que compõem a estrutura organizativa do MST. O setor que tem uma incorporação mais significativa é o “Setor de produção, comercialização e meio ambiente” – até porque cabe a este setor tentar pensar um pouco mais esta questão da produção, cooperação e meio ambiente dentro dos assentamentos. Este debate está sendo incorporado, de forma menos intensa, em outros setores do MST especialmente Educação, Saúde e Cultura.

A incorporação da temática agroecológica dentro do MST ainda é bastante desigual e existem diferentes entendimentos e interpretações sobre seu potencial de transformação social e percebe-se que as políticas de reforma agrária também vêm tendo um papel importante no fomento às práticas, porém ainda com muitas falhas e lacunas a serem preenchidas, principalmente no que diz respeito à assistência técnica, que aponta ainda o modelo tecnológico hegemônico.

Monteiro (2007) aponta algumas dificuldades para o avanço da agroecologia nos assentamentos, destacando-se:

Áreas bastante degradadas e sem uma política de recuperação; a precariedade das políticas públicas de infra-estrutura (escola, estrada, saúde), que dificulta “toda a organização da vida social e do trabalho, não só da agroecologia, mas de qualquer coisa”; as políticas agrícolas quando existem (crédito, assistência técnica, garantia de preço) são fragmentadas e induzem para uma lógica

convencional, principalmente a política de crédito; a questão da origem das pessoas que estão nos assentamentos (assalariados da cana, pessoas que vieram da cidade), que precisam recuperar sua bagagem cultural da agricultura. Além disso, ressalta que a falta de capacitação em agroecologia e a predominância do modelo neoliberal se constitui num entrave para o avanço do debate agroecológico. (MONTEIRO, entrevista coletada em campo, 2007).

Porém, o MST vem incorporando continuamente a agroecologia em seu discurso e existem várias ações sendo realizadas de promoção da agroecologia. Embora com divergências, as elaborações mais recentes do MST mostram uma unidade cada vez maior das lideranças do Movimento em torno da questão agroecológica.

O enfoque agroecológico, ao ser apropriado e interpretado por um conjunto bastante diferenciado de organizações e movimentos sociais, em suas múltiplas formas de expressão, assume novos significados o que o torna proponente de mudanças de diferentes ordens e dimensões. Contudo, ainda existe um longo caminho pela frente para que a agroecologia seja efetivamente incorporada pelo conjunto do movimento, assim como uma série de problemas de infraestrutura e dificuldades de toda sorte nos assentamentos que precisam ser superadas para que os assentados exerçam seus direitos básicos de cidadãos. O Estado pode exercer, neste sentido, um papel fundamental ao direcionar políticas públicas que fortaleçam o conjunto dos agricultores camponeses e que incorporem o enfoque agroecológico.

O assentamento Bela Vista é um dos exemplos de assentamentos os quais a ideia de produção agroecológica já é bastante enraizada, porém, dificuldades estruturais são um entrave para que haja realmente um avanço no modelo de produção alternativo, percebe-se um grande abismo entre os princípios do PAA e do PNAE e a realidade dos/as camponeses/as. Vê-se na fala dos/as assentados/as:

A gente tenta aqui não bater agrotóxico nem usar nada de veneno, mas ainda tem gente que usa nos seus lotes. Na área coletiva não pode, mas quase ninguém quer fazer os dois trabalhos, de ir pro lote e depois ir plantar na área coletiva, tem que carregar água na cabeça e vim trazendo lá de longe, por que a gente num tem água no cano, se tivesse, era só colocar uma mangueira. Os mais velhos mesmo, quase num podem mais ajudar nisso, é muito peso. (L.P., entrevista coletada em campo, 2015)

A questão que se impõe nas áreas é: “como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como áreas modelo?” (NAVARRO, MORAES & MENEZES, 1999, p. 29). A conquista da terra é um primeiro passo na luta pela reforma agrária, porém existem ainda outros desafios a serem enfrentados. É evidente, também, que devido à complexidade dos problemas existentes nos assentamentos, estes não serão resolvidos em curto prazo.

Ante os inúmeros problemas que se impunham, tanto internamente nos assentamentos quanto na organização e formas de luta do Movimento, o MST redefine sua estratégia e elabora o “Plano Nacional do MST”, aprovado no 5º Encontro Nacional (1989), que deveria orientar as ações do Movimento nos próximos cinco anos. Neste Encontro Nacional o tema foi “Ocupar, resistir e produzir”, que se tornou a bandeira do Movimento até meados da década de 90. Esta incorporação do “produzir” sinalizava um aumento da importância da questão produtiva para o Movimento. Este Plano Nacional do MST é composto de três pontos fundamentais:

O primeiro consta de uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, na qual são desta todas as suas características excludentes e as consequências sociais e econômicas para o setor rural. No segundo ponto foi destacada a importância e a necessidade da luta pela reforma agrária. No terceiro são apontados os desafios da luta pela reforma agrária, era preciso lutar por uma reforma agrária que garantisse a melhoria das condições de vida para todos os brasileiros; busque justiça social e igualdade de direitos; difunda a prática dos valores humanistas e socialistas; busque a participação igualitária das mulheres; produza alimentação barata e de qualidade, com preservação do meio ambiente e visando a sustentabilidade (MST, 1995, p. 34).

Para o MST a reforma agrária deveria estar inserida num projeto popular que “transforme as estruturas econômicas e sociais do Brasil, em benefício do povo brasileiro” (MST, 2000, p. 04). Além de ter participação ativa nas diferentes iniciativas que representem a construção de um “projeto popular para o Brasil”; resgatando a importância do debate em torno de questões como “meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia do São Francisco e da Amazônia, transformando-as em bandeira de luta para toda a sociedade” (MORISSAWA, 2001, p. 166).

Composta por dezoito compromissos assumidos pelo MST, uma agenda de temas e prioridades para os próximos anos foi esparzida. Dentre estes se destacam:

Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc; Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro; Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas; Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região; Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno; Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global. (MST, 2000, p. 5)

Pode-se observar nestes compromissos assumidos uma preocupação ainda maior com as questões ambientais (desmatamento, transgênicos, monoculturas) e com questões mais gerais que estão em discussão também em outros setores da sociedade a exemplo da questão energética e do aquecimento global. O MST vem assumindo cada vez mais uma postura de enfrentamento às empresas transnacionais buscando chamar a atenção para os problemas do agronegócio.

A(s) sustentabilidade(s) em todas as suas dimensões (ecológica, social, econômica, política e ética) exige princípios técnicos e teórico-metodológicos de bases científicas que contemplem o espaço e a população que nele moram. Para isso deve se elencar uma Ciência sistêmica que busque na teoria e na prática alcançar uma próspera sustentabilidade dos agroecossistemas.

A Agroecologia pode proporcionar o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimentos e sua aplicação. (GLIESSMAN, 2000, p. 46).

Conforme a hierarquia de processo em Caporal e Costabeber (2002), agregam-se os elementos centrais da agroecologia para o desenvolvimento sustentável em três níveis

inter-relacionados: a) primeiro nível (dimensões ecológica, econômica e social); b) segundo nível (dimensões cultural e política); c) terceiro nível (dimensão ética). Partindo de um enfoque de totalidade, os agroecólogos, agricultores, pesquisadores, técnicos trabalham em uma visão inter, multi e transdisciplinar, buscando a contribuição de várias ciências.

A dimensão ecológica espelha-se no “cuidar da casa”; não apenas na melhoria das condições físicas, químicas e biológicas dos solos, mas também na melhoria da biodiversidade local das reservas e mananciais hídricos e de todos os recursos naturais disponíveis, com noções de preservação e conservação vindas da ecologia, tornando os alimentos mais ricos biologicamente. A dimensão social é a busca contínua de melhorias na qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica maior, além da preocupação com as futuras gerações e a perpetuação do conhecimento popular parceiro do meio ambiente. A dimensão econômica não se trata somente do aumento da produtividade agropecuária a qualquer preço, mas também da sustentabilidade de agroecossistemas. Supõe, ainda, a necessidade de obterem-se balanços agroenergéticos positivos, e isto nem sempre se manifesta apenas através da obtenção de lucro, mas igualmente na melhoria da reprodução social local, na soberania e na segurança alimentar, tendo por intuito o abastecimento regional e microrregional.

Na dimensão cultural, há a valorização do saber local das populações rurais, que é analisado, compreendido e utilizado como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural através da problematização da realidade, considerando a existência de práticas culturais agressivas ao meio ambiente. A ideia de homogeneização da cultura não deve ser estimulada, já que a agricultura familiar é composta por várias realidades, sendo impossível homogeneizá-la.

A dimensão política da sustentabilidade fortifica processos participativos e democráticos, formadores de colaboração mútua entre os atores e sujeitos, considerando as relações de diálogo, representações das organizações comunitárias e profissionais (associações, cooperativas, movimentos sociais e sindicatos), com a integração harmônica entre seres humanos, agroecossistemas e ambiente, permitindo que agricultores expressem seus interesses e necessidades em pé de igualdade com outros atores envolvidos.

A dimensão ética da sustentabilidade aprofunda a crítica de bases epistemológicas sustentação que deram responsabilidades e valores aos indivíduos (gerações atuais e futuras) a respeito da conservação do meio ambiente e da dignidade humana. Isto acontecerá se, de fato, todas as outras estiverem alinhadas e envolvidas no processo. Para tanto é imprescindível para uma gradativa sustentabilidade de um agroecossistema (ou em etnosistemas, para incluir a dimensão das dimensões culturas humanas no manejo dos ecossistemas agrícolas) a construção do desenvolvimento sustentável através da aplicação dos princípios da Agroecologia.

Os processos de transição agroecológica constituem-se em desafios para a sustentabilidade das regiões rurais. Tais processos, ao invés de enfatizar somente os aspectos produtivos, devem abranger diferentes dimensões (histórica, social, econômica, ecológica, educativa, cultural, política e ética), buscando dar conta da complexidade que envolve os agroecossistemas. Os assentamentos rurais, pela diversidade de situações vivenciadas, tornam-se *lócus* importante para compreensão dos processos de transição, numa tentativa de construção de outro conhecimento, pautado na troca de saberes entre os diferentes atores sociais (agricultores, ONGs, Universidades, outros).

Desta forma, percebe-se que as implicações do PAA e PNAE, no que diz respeito à produção agroecológica, nos assentamentos Bela Vista e Pitinga, não são muito significativos, o que se vê em campo é uma ideia já consolidada da produção agroecológica, porém, devido às dificuldades estruturais, o que ocorre é uma busca dos assentados em adaptar o modo de produção vigente, para que o mesmo seja menos impactante. Em vista à obtenção mais rápida e maior de lucro, os agrotóxicos, associados às demais práticas e técnicas difundidas como benéficas para o controle do ambiente natural, vêm degradando os solos a ponto de comprometer sua fertilidade ou mesmo disponibilidade.

O assentamento Bela Vista era uma antiga fazenda de produção de mamão, era muito comum o uso de agrotóxicos e maquinário, o que tornou o solo muito empobrecido, tanto nas áreas dos lotes como nas áreas de produção coletiva, afirma um assentado:

Mesmo a gente querendo produzir sem veneno, a gente acaba ficando escravo, por que a terra foi muito castigada, quando a gente chegou a gente já percebeu, num era tudo que dava não, mesmo com todo mundo trabalhando junto na ocupação, as vezes a gente precisava de comida de outros assentamentos. Agora você imagina, a gente vem pra terra pra poder viver do que a gente planta, e

quando chega aqui a terra num dá nada, foi muito esforço pra gente fazer essa terra dá alguma coisa de novo, a gente fez composto, pegou terra de fora, colocava folha pra fazer sombra, mas o que dá mesmo é cana e quiabo, nos quintal que a gente consegue mais umas coisinha, além dos bichos, a gente sempre tem uma galinhazinha, por que é rápido né? (S.P., entrevista coletada em campo, 2015).

De acordo com Gliessman (2000) “a degradação do solo pode envolver salinização, alagamento, compactação, contaminação por agrotóxicos, declínio na qualidade da sua estrutura, perda de fertilidade e erosão”, esta provocada pela ação do vento, da água ou pela desintegração das partículas pelo uso de agrotóxico. Portanto, para além do uso de agrotóxicos, devem ser igualmente considerados como responsáveis pela degradação do solo:

O desmatamento, o uso de maquinários e tecnologias elaborados para ambientes de outras latitudes e uso indevido das águas fluviais ou subterrâneas. Além disso, a “agricultura” é responsável pela maior parte do consumo de água doce no mundo. No entanto, a menor parte dessa água é verdadeiramente aproveitada pelo setor agropecuário. No caso das agriculturas irrigáveis, grande parte da água se perde em processos de evaporação ou drenagem. (GLIESSMAN, 2000, p. 41).

Outra questão relevante é o processo de eutrofização, o qual se refere ao excesso de nutrientes na água que provoca a multiplicação de algas e o conseqüente prejuízo à qualidade da mesma pela intensificação de processos oxidantes. A sobrecarga de nutrientes pode estar relacionada com o despejo de efluentes de origem industrial, urbana ou agrícola, esta última justamente devido ao uso de insumos e defensivos sintéticos ou biológicos ricos de fósforos e nitrogênios. Ao restringir a quantidade de oxigênio disponível nas águas, dificulta-se a respiração e, portanto, a sobrevivência de boa parte das espécies daqueles habitats que se encontram sob processos de eutrofização.

Esse processo de eutrofização pode ser visto na barragem do assentamento Bela Vista, onde uma grande quantidade de plantas acaba atrapalhando a produção de peixes que os assentados tentaram iniciar, além de não poder usar a água para irrigação também. A barragem é comumente utilizada para a lavagem de roupas e para banho, e os assentados apontam a fábrica de papel como a culpada, de acordo com os mesmos, a fábrica Penha lança resíduos na água sem tratamento prévio, vê-se na fala de um assentado:

É normal a gente ir lá na nascente e tá cheio de espuma e com o cheiro bem forte, tudo isso sai dos canos da Penha, a gente já denunciou na prefeitura e já mostrou pro pessoal da EBDA que vinha aqui fazer os testes da mandioca, eles disseram que iam fazer testes com a água, mas a gente nunca nem viu o resultado, aí por enquanto a gente fica esperando né? O que num pode é usar essa água da barragem pra irrigação, por que se não a gente vai ficar comendo só os químicos. (S.P., entrevista coletada em campo, 2015)

As concepções modernas de uso intensivo do solo, monocultura, irrigação, fertilizantes inorgânicos e defensivos químicos para a produção no campo são todas interdependentes e seu uso em larga escala é viabilizado com a mecanização desde o preparo do solo, semeadura até a colheita.

Tais práticas agrícolas incidem sobre toda a cadeia alimentar, justamente pela interação e dependência de tudo o que há no ecossistema: animais, plantas, sementes, solo, água, ar, fogo etc. Portanto, quando se fala em erosão cultural e erosão genética, faz-se referência às espécies de plantas e também de espécies animais; fala-se dos aspectos culturais transmitidos de geração a geração e da redução da disponibilidade hídrica, da perda de solo, das contaminações. Logo, é feita referência à concentração fundiária e de apropriação privada dos recursos naturais.

Ao questionar-se os assentados sobre as suas práticas produtivas tem-se níveis diferenciados de compreensão em relação à produção agroecológica. Alguns relacionam apenas com a utilização ou não do agrotóxico, outros apresentam uma visão mais ampla, os quais trazem a diversidade produtiva e a alimentação própria como pontos fundamentais da agroecologia. Vê-se na tabela a seguir algumas práticas utilizadas no processo produtivo dos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga.

Tabela 11. Práticas produtivas nos assentamentos Bela Vista e Eldorado do Pitinga – 2015

Práticas Agrícolas / Assentamento	Bela Vista	Eldorado do Pitinga
	Número de produtores	Número de produtores
Agricultura Ecológica		
Adubação orgânica	11	19
Compostagem	6	14
Consórcio de culturas	8	23
Coleta e reserva de sementes	2	5

Defensivos naturais	13	17
Agricultura Tradicional		
Queima	9	14
Desbaste	0	8
Uso de agrotóxicos	7	13
Fertilizante químico	4	9
Monocultura	0	0

Fonte: SILVA, J.G. dados coletados em campo, 2015.

Dentro do contexto de dominação das cadeias produtivas por parte de grandes corporações de capital industrial e financeiro, a partir da produção de sementes, processamento dos alimentos e comercialização em grandes redes de supermercados, e considerando os processos de erosão genética e cultural, acaba-se por vivenciar o momento histórico caracterizado, de um lado, pela restrição da dieta alimentar e, por outro, pelo aumento do consumo de alimentos industrializados em substituição aos alimentos em seu estado natural.

Nesse sentido, vê-se um potencial das políticas públicas de desenvolvimento agrário que, quando aliadas à políticas de segurança alimentar e nutricional, podem trazer uma nova perspectiva de produção, que aumenta a diversificação da alimentação e um aumento da produção orgânica.



Figura 21: Técnica agroecológica de sombreamento e irrigação, PA Eldorado do Pitinga

Foto: SILVA, J.G., 2015.

Apesar desses aspectos ainda não serem visualizados no estudo de caso dessa pesquisa, talvez pelo fato de se ter apenas dois anos de beneficiamento e participação nas políticas, têm-se alguns estudos de caso que se apontam uma realidade diferente como o aumento, a diversificação da produção e a organização do agricultor para ofertar seu produto guiado por normas de acondicionamento, saúde e higiene dos alimentos.

Alguns autores como Delgado (2005) e Grisa (2009) constataram a melhoria da qualidade da produção para o consumo dos próprios agricultores (incentivo ao menor uso de insumos químicos, por exemplo), e estimavam que os mesmos ganhos se estendessem aos consumidores atendidos pelas aquisições institucionais de alimentos.

Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/ regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 15)

Essas mudanças foram sucessivamente comprovadas em pesquisas posteriores, que assinalaram o ressurgimento de sistemas de produção diversificados (de origem

camponesa) para atender uma demanda qualificada de alimentos.

Schmitt e Guimarães (2008) avaliam que ao viabilizar a comercialização de larga pauta de produtos e dar acesso às sementes de variedades “crioulas, tradicionais ou localmente adaptadas bem como de variedade não híbridas” o PAA atua a favor da recuperação e da preservação da diversidade biológica (no ano de 2011 a aquisição de sementes crioulas representou 2% do valor geral das operações Conab/PAA). É igualmente ressaltado o apoio dado às comunidades indígenas e extrativistas que de receptoras de cestas básicas passaram a produtoras fornecedoras de alimentos (Pandolfo, 2008) contribuindo, assim, para a manutenção da biodiversidade. Ademais, há um bom número de estudos de casos (Doretto e Michellon, 2007; Pandolfo, 2008; Grisa et al, 2009), realizados em diferentes regiões brasileiras, indicando que o Programa incentiva a produção e o consumo dos produtos regionais e resgata culturas alimentares em vias de esquecimento. (FERREIRA e GRANDO, 2013, p. 13)

Tanto no PA Bela Vista como no PA Eldorado do Pitinga os assentados praticam agricultura de subsistência nos seus quintais e cultivam em roças tradicionais - produtos para consumo próprio e para venda na feira local - utilizando ferramentas rudimentares com baixo nível tecnológico.

Entre as culturas exploradas destacam-se mandioca, cana-de-açúcar, milho, abóbora, quiabo e banana. Além da criação de bovinos, suínos e animais de tração, encontram-se animais domésticos como cães, gatos e aves de quintal. Existe também o sistema de transformação (casa de farinha), bastante antiga e manual.

O PA Eldorado do Pitinga tem uma questão fundamental, um solo altamente argiloso que dificulta a produção na área coletiva, e o fato dos lotes serem do outro lado da BR-420, o que faz com que muitos assentados não utilizem as suas áreas de produção. Esse é um problema muitas vezes apontado nas entrevistas em campo, como um dos principais limites para a produção:

Os lotes são distribuídos por sorteio, mas as vezes é muito injusto, muitas vezes uma senhora sozinha fica com um lote lá do outro lado da BR, num tem como ir lá pro outro lado plantar, aí acaba emprestando pra outro assentado, e fica só com um pouquinho dos quiabo que produz lá. E do lado de dentro aqui do assentamento, o problema mesmo é o barro, quando molha aqui vira um lamaçal danado, num dá pra plantar muita coisa no quintal não, quem tem alguma condição cria bicho, mas quem num tem acaba a mercê mesmo. (S.S., entrevista coletada em campo, 2015).

A relação entre o acesso camponês à terra e seu conseqüente projeto de soberania

alimentar apontam possibilidades de construção de modelos agrícolas diferenciados, ao mesmo tempo que indicam contradições, desafios e entraves. Nesse sentido, aponta-se alguns elementos que necessitam de ampla discussão e investigação, no tocante a temática do acesso a terra, da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como das ações voltadas a alcançar uma efetiva Soberania Alimentar.



Figura 22: Viveiro de mudas, Bela Vista

Foto: SILVA, J.G., 2015

Compreender a categoria camponesa e sua permanência tem se constituído ao longo da história num desafio de interpretação teórica da realidade social que se torna mais complexa à medida que avançam as relações capitalistas de produção. Nesse contexto, a busca pela soberania alimentar na atualidade traduz-se de significados que apontam que parte dos camponeses têm buscado permanecer na terra. Um ponto importante quando se reporta ao processo de transição agroecológica é a questão da produção para o autoconsumo, que é um dos aspectos nos quais pode-se afirmar que as políticas analisadas podem atuar de forma favorável, ultrapassando inclusive os limites da alimentação dos/as trabalhadores/as:

Outro aspecto positivo a se destacar é o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comércio local (...) Pela ótica do consumo, estima-se que pesquisa mais apurada poderá comprovar que o PAA tem facilitado o acesso aos alimentos e a

conseqüente diversificação e enriquecimento da alimentação servida nas escolas, creches, albergues, instituições de caridade e demais destinatárias dos alimentos adquiridos pelo governo federal aos agricultores familiares, principalmente na modalidade compra antecipada especial (com doação pré-pactuada). (DELGADO, 2005, p. 21)

Ao se questionar os assentados do PA Bela Vista sobre a diversificação da produção e a relação das políticas com a produção, os mesmos afirmam que o quintal sempre foi uma área de produção importante para o autoconsumo, porém, com a demanda do mercado institucional, os lotes também se tornaram espaços de produção mais diversificada. Onde antes só havia mandioca, hoje há uma produção consorciada, de vários tipos. A relação dos camponeses com a terra é um elemento de fundamental importância na compreensão desses sujeitos sociais, bem como o surgimento das relações capitalistas de produção que redefiniram o lugar social dessa categoria, ao avaliar-se os impactos de uma.



Figura 23: Simbologia do MST, bandeira na entrada do Bela Vista

Foto: SILVA, J.G., 2015.

O que se pode observar nos dois assentamentos estudados é que há uma tentativa de produzir de acordo com as diretrizes do movimento, porém, tanto a ausência de estrutura, como de assistência técnica alternativa, faz com que os/as camponeses/as se vejam de mãos atadas. Para que as políticas como o PAA e o PNAE tenham realmente

um impacto no modelo de produção dessas áreas, é necessário que se tenha mais do que um fomento ou um subsídio para produtos orgânicos. É preciso que as políticas estejam aliadas aos setores de produção do MST, pensando em estratégias para que as políticas tenha uma atuação mais horizontalizada e participativa.

Não é possível falar de produção agroecológica se são negligenciadas as dimensões histórica, social, econômica, ecológica, educativa, cultural, política e ética, entre outras. Quando a produção agroecológica enquanto princípio de uma política pública se centra apenas na “produção do alimento sem agrotóxico” ela está fadada ao fracasso, colocando em jogo todo um trajeto para que a política chegue nesses moldes.

A pesquisa revela até o momento a construção de uma prática agrícola diferente da convencional, especialmente no assentamento Bela Vista. Porém, não atribuímos essa produção à influência das políticas PAA e PNAE, já que os assentamentos tinham uma tradição de produção agroecológica e que vem sendo construída há algum tempo, tanto pela formação do MST, quanto pela intervenção de grupos externos de assessoria, como o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias, que vem fazendo trabalhos na tentativa de formar um polo de produção agroecológica, desde 2007.

Compreende-se aqui que o processo de produção agroecológica envolve muito mais do que a forma de plantio, cultivo e criação de animais, e para que os impactos dessa política sejam medidas, nesse aspecto, é necessário mais tempo de atuação e pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando propõe-se aqui avaliar as políticas agrícolas nos assentamentos do município de Santo Amaro, encontra-se um contexto bastante interessante para compreender de que forma a intervenção do Estado no campo pode trazer impactos, positivos ou negativos.

O caso da ação dos programas municipais de segurança alimentar, em Santo Amaro, apresenta um conjunto de iniciativas que vêm avançando podendo ser uma alternativa de êxito para o avanço das condições sociais do campesinato local. As ações podem levar os agricultores assentados à inclusão social por meio de uma agenda política de âmbito federal e municipal, conjuntamente.

Visualiza-se a partir dessa pesquisa que o principal desafio que se coloca para o desenvolvimento do campo ainda é pela reforma agrária, que não seja apenas uma distribuição de terras, mas que venha aliada a construção de políticas públicas que contemplem os grupos sociais historicamente excluídos em busca de soluções para uma série de problemas que os assentados enfrentam, estruturais e organizativos.

Destaca-se entre as vantagens da implantação dos programas a viabilização de uma alternativa econômica para os assentados do Bela Vista e Eldorado do Pitanga, que têm um problema fundamental na produção e comercialização dos cultivos locais, valorizados pelas políticas pesquisadas. Consta-se também uma formação de rede de segurança alimentar ampla com o fornecimento de produtos regionais para o mercado institucional através dos programas (PAA e PNAE).

Deve-se destacar também o envolvimento dos produtores assentados – o que lhes permite sair do circuito de dependência dos atravessadores no processo de comercialização; a reorganização do trabalho nos assentamentos e a melhoria de qualidade da alimentação escolar podem ser embriões de um modelo alternativo de desenvolvimento agrário, o que merece, sem dúvidas, atenção e acompanhamento.

Desta forma, o PAA e o PNAE têm dado estímulo à reorganização dos assentados, além de apresentarem, de fato, potencialidade para o incremento da renda dos mesmos, auxiliando na fixação do camponês à terra, sendo então uma alternativa viável de

desenvolvimento. Porém, os impactos positivos do incremento de renda para os beneficiários dos projetos de reforma agrária, são ainda baixos, pelo pouco tempo de atendimento dos programas nos assentamentos pesquisados.

Assim, nesta parte conclusiva buscou-se explicar particularidades sobre a implementação do PAA e PNAE nos assentamentos rurais de reforma agrária, segmento historicamente renegado pelas políticas públicas. Ressalta-se a influência dessa política nas dinâmicas migratórias, as quais vê-se uma ligeira modificação.

Vê-se também uma melhoria dos sistemas agroalimentares locais que vêm sendo favorecidos pelo fomento à produção agroecológica, que já era anteriormente uma política do MST, porém, agora com uma perspectiva de viabilidade econômica. Os Programas estimulam os assentados a plantar de forma diversificada, na medida em que assegura o escoamento desta produção de forma vantajosa de uma variedade de itens alimentícios.

Deste modo, os programas permitem às famílias, por um lado, considerar que uma renda real e significativa pode ser obtida no lote, o que é um fato inédito para os assentados, e, por outro lado, revela aos gestores públicos que iniciativas de fortalecimento da agricultura camponesa realmente adaptadas às necessidades dos assentados e pouco onerosas para os cofres públicos, como o PAA e o PNAE, podem ser implementadas, trazendo benefícios para um grande número de pessoas que encontram-se em situação de precariedade.

Neste quadro, os assentados dos PA's Bela Vista e Eldorado do Pitinga até hoje buscam, com muitas dificuldades, construir uma organização produtiva consistente. Seus insucessos favorecem críticas sobre a viabilidade econômica da reforma agrária. O PAA e o PNAE oferecem uma nova oportunidade para permitir reconhecimento aos esforços daqueles engajados na viabilização destes assentamentos.

Dada a importância da agricultura camponesa para o abastecimento interno e para a renda de milhares de brasileiros, esforços no sentido de apoiar tal segmento permitiriam maior estabilidade produtiva, assegurando alimento e renda para grupos sociais vulneráveis, numa perspectiva de soberania alimentar (MORUZZI-MARQUES, 2010).

As dinâmicas em torno dos programas observadas nos assentamentos mostram que estes se aproximam das necessidades dos assentamentos. Portanto, os programas vão no sentido da construção de alternativas viáveis para os assentados e para a sociedade

como um todo, pois abre possibilidades de garantir a produção e reprodução da vida de um grupo social fundamental para o desenvolvimento nacional, que atualmente se encontram refém do mercado e dependente do Estado, favorecendo, mesmo que de maneira tímida (como constatado nessa pesquisa) o protagonismo e a emancipação dos usuários das políticas sociais e o pleno exercício da cidadania.

Nas entrevistas, notou-se que os assentados estão satisfeitos em relação aos preços pagos, reconhecendo que são, de fato, compensadores (comparáveis aos preços de varejo e, portanto, muito melhores do que aqueles obtidos quando o produto é comercializado através dos intermediários). O fato de não dependerem somente dos atravessadores para escoar seus produtos é visto como uma das principais vantagens dos Programas. Todas essas novas oportunidades estão reavivando o ânimo dos assentados graças a esse papel que lhes foi conferido.

Se o quadro hoje é desfavorável para a reforma agrária nas disputas em relação à ocupação e uso do espaço rural, há uma melhora das expectativas dos assentados com a disseminação de políticas de desenvolvimento agrário aliadas às políticas de segurança alimentar e nutricional. Em consequência, as motivações e energias se renovam para assegurar a reprodução social e a melhoria das condições de vida de milhares de famílias assentadas.

A pesquisa foi realizada por meio de uma metodologia participativa, com vistas a construir, além de um produto acadêmico uma sistematização da experiência desses dois assentamentos, para que possa ser replicada, a partir da realidade no qual estará inserido. Os eixos pesquisados (migração, relações de trabalho, geração de ocupação e renda e produção agroecológica) são apenas alguns dos que se pode visualizar de implicações, entendendo as limitações tanto do tempo da pesquisa, como também do tempo em que as políticas foram implementadas.

As entrevistas e todo o processo de construção do trabalho auxiliaram no contexto da reflexão dos/as assentados/as sobre os programas, fazendo com que, os mesmos, passassem a analisar de forma crítica as políticas públicas e trouxessem de forma coletiva os desafios apontados para que a reforma agrária tenha êxito, a partir das demandas que devem ser feitas ao Estado, para que isso ocorra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Hucitec, São Paulo, 1992.

_____. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. Anais do seminário nacional de assistência técnica e extensão Rural. 1997.

_____. **A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável**. Trabalho apresentado no II Fórum Contag de Cooperação Técnica. São Luiz, 1998.

_____. (Coord.). **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2001.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Agropecuária, Guaíba, 2002.

ALTMANN, R. (Coord.). **Perspectivas para a agricultura familiar**. Instituto Cepa, Florianópolis, 2002.

ANJOS, F.S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. EGUPEL, Pelotas, 2003.

ARRUDA, B.K.G., ARRUDA, I.K.G. **Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil**. Rev. bras. Saúde Matern. Infant, v.7, 2007.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos**. Soc. & Nat., ano 23 n. 3, p. 483-496, Uberlândia, 2011.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. **Vigilância alimentar e nutricional: antecedentes, objetivos e modalidades**. Cad. Saúde Pública v.9, sup.1, 1993.

BATISTA FILHO, Malaquias. **Da fome à Segurança Alimentar retrospectiva e visão prospectiva**. Revista Saúde Pública, v. 19, n. 4, 2003.

BECKER, C.; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. A. **O impacto do programa da aquisição e alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural**. Anais XLVII Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010.

BOMFIM, M. V. P. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico**. Dissertação (Mestrado)– Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Unicamp, Campinas, 1999.

BRASIL, Lei 10.683 de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRASIL, Lei 10.696 de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRASIL, Lei 12.512 de 14 de Outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRASIL, Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL, Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRASIL, Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRITO, C. **A PETROBRAS e a gestão do território do Recôncavo**. EDUFBA, Salvador, 2004.

CAMACHO, R.S. **A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista**. Entre-Lugar, ano 1, n. 1, 1º, Dourados, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. In: ETGES, V. E. (Org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. EDUSC, Santa Cruz do Sul, 2001.

CARVALHO, D. G. O. **Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CARRASCO, C. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** Porto Alegre. 2002.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Edições Antares, Rio de Janeiro, 1984.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

_____. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. Brasiliense, São Paulo, 1981.

CHAGAS, J. B. **Recôncavo Baiano: as transformações em curso**. Salvador, 2008.

CORRÊA, R. L.. **Região e organização espacial**. Ática, São Paulo, 1986.

_____. **O espaço urbano**. Ática, São Paulo, 2000.

CORREIA, S. C. **Resistência e formas de (re) criação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geociências. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

- COSTA, F. A. **Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia.** Cadernos do NAEA nº 12, Belém, 1994.
- CUNHA, M. G. C. **Campesinato brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional.** UNIMONTES, Montes Claros, 2011.
- DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** In: JACCOUD, L. (org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.* IPEA, Brasília, 2005.
- DELGADO, G.C et al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar.** (Texto para discussão, 1145), IPEA, Brasília, 2005.
- DEUBEL, A. R. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Aurora, Bogotá, 2007.
- ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha.** In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária.* Brasiliense, São Paulo, 1981.
- FABRINI, J. E.; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FÉLIX, 2010. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato.** Geofrafar, UFBA, Salvador, 2010.
- FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999).** Tese de Doutorado, USP/Departamento de Geografia, São Paulo, 1999.
- _____. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, 2001.
- FERREIRA, G. S. e GRANDO, M. Z. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul.** Textos para Discussão FEE Nº 113 Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Porto Alegre, 2013
- FRANQUES, B. **Histórico da construção da Política de Segurança Alimentar no Brasil.** CONSEA. Sorocaba, 2014.
- FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento.** Nacional, São Paulo, 1989.
- GERMANI, G. **Luta pela terra e identidade camponesa do fundo/fecho de pasto aos assentamentos rurais.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.
- GHIZELINI, A. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: formato e funcionamento das políticas como possibilidade para a conquista de organização e autonomia.** 2 Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. *Anais.* Paraná, 2013.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** Segunda Edição. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GRISA, C. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate.** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Revista NERA, Ano 18, nº. 26 – Edição especial, Presidente Prudente, 2015.

GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Expressão Popular, São Paulo, 2005.

HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave.** Universidade de Nova York, 1973.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cad. Pesq. vol.37, no.132. São Paulo, 2007.

IANNI, O. **A utopia camponesa.** Anais IX encontro anual da anpocs, PUC, São Paulo, 2004.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar.** Brasília, 2000.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos).

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000)

LEHMAN, K. **Once a Generation: The Search for Universal Food Security.** Minesotta, IATP, 1996.

LÊNIN, V. I. **O Programa agrário da social-democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907.** São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital.** São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MACEDO, D. C. Et al. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional**

no Brasil. Revista. Simbio-Logias, v.2, n.1, Botucatu, 2009.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio L. **Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate. v. IV, p 66-88, 1996.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO**. Depto. de Geografia da USP, (tese de doutorado), São Paulo, 2000.

_____. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

_____. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade**. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA, Ano 11, Nº.12, p. 57-67, Presidente Prudente, 2008.

MARTINE, G. **Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. Caetes, São Paulo, 1987.

_____. **Faces e fases da modernização agrícola**. Revista de planejamento e políticas públicas, n. 3. IPEA, Brasília, 1990.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1986.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. Pioneira, São Paulo, 1975.

MATTEI, L. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa**. Cadernos do CEAM (UnB), v.7, p. 33-44, Brasília, 1995.

_____. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina**. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. Contexto, São Paulo, 2004.

_____. **O Que é Geografia**. Brasiliense, São Paulo, 1985.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. v. 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Trabalho assalariado e capital e salário preço e lucro**. Expressão popular,

São Paulo, 2008.

_____. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MULLER, A. L. et al. **A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul**. Sociedade e desenvolvimento rural, v. 1, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Espaço e tempo: Compreensão materialista dialética**. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Prefácio. In: PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PACHECO, M. E. **Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas**. Proposta N ° 97, Brasília, 2003.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, E. T. e ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

PEDRÃO, F. C. **Recôncavo: Uma Análise Social Regional**. Salvador: UFBA, 1992.

PETERSEN, P. e ALMEIDA, S. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da rede PTA**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, ANA, 2007.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROCHA, A. G. et al. **Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Salvador, 2007.

ROSSINI R. E. **A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia

agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, 2009.

RUA, João. **Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades**. In: RUA, João (Org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril, 1985.

SANTANA, E. T. **A Universidade Federal do Recôncavo como política de desenvolvimento regional no espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus**. GeoTextos, vol. 8, n. 2, 2012.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, 2007.

SANTOS, M. **A rede urbana do Recôncavo**. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Hucitec, Edusp, São Paulo, 1978.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, S. M. C. e SANTOS, L. M. P. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem metodológica**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1029-1040, 2007.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. Fondo de Cultura Económica, México, 1979.

_____. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista**. CEBRAP, Brasileira de Ciências, nº. 26, São Paulo, 1980.

_____. **La clase incómoda**. Alianza Editorial, Madrid, 1983.

SCHMITT, C. J. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional**. Revista de Política Agrícola. Ano XIV, n.2, São Paulo, 2005.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, Brasília, 2003.

- SILVA, G. J. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- _____. **O novo rural brasileiro**. Unicamp, Série Pesquisas. Campinas, 2000.
- SILVA, G. J., DEL GROSSI, M. E. e FRANÇA, C. G. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.
- SILVA, A. C. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados. v.9, n.23, Brasília, 1995.
- SILVEIRA, F. R. **A recriação capitalista do campesinato**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual paulista – Estado de São Paulo, 1992.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, Porto Alegre, 2006.
- STÉDILE, J. **A questão agrária no Brasil**. Atual, São Paulo, 1997.
- STRAPAZZON, J. P. **E o verbo se fez terra: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (SC) 1980 – 1990**. Grifos, Chapecó, 1997.
- TAUSSIG, M. T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1980.
- THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explícitos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. Volumes I e II. Originalmente apresentada como Tese de Livre Docência, UNESP, Presidente Prudente, 2009.
- VALENTE, F.L.S. **Do combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação adequada**. Revista de Nutrição PUCCAMP, Campinas, 1997.
- VEIGA, J. E. da. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000.
- _____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- WANDERLEY, M. **Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Unicamp, Departamento de Ciências Sociais, Campinas, 1989.
- _____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas. 2. ed. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS ASSENTAMENTOS SANTO ANTONIO DOS CALMONS (BELA VISTA) E ELDORADO DO PITINGA – SANTO AMARO

(PESQUISA DE MESTRADO POSGEO – UFBA)

Eixos do Questionário:

- 1- Informações gerais;
- 2- Inserção nos Programas PNAE e PAA
- 3- Dinâmicas Migratórias;
- 4- Relações de Trabalho;
- 5- Ocupação da mão de obra;
- 6- Renda,
- 7- Produção Agrária – Práticas Agroecológicas.

1- Informações gerais:

Nome (OPCIONAL):

Assentamento:

Idade:

Sexo () M () F

Escolaridade. () Não alfabetizado, () 1º a 4º série, () 5º a 8º série, () 1º ao 3º ano, () 3º grau, () Pós-graduação.

É assentado desde quando?

Faz parte do núcleo de família / coordenação / regional/ direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra?

SIM NÃO

POR QUE? _____

2- Inserção nos Programas PNAE e PAA

Possui DAP?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Está associado/a à Associação de Pequenos Produtores do Bela Vista?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Se sim, desde que ano? _____

Está inserido no PNAE?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Está inserido no PAA?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Se sim, desde que ano? _____

3- Dinâmicas Migratórias

Quantas pessoas na família?

1 a 3

4 a 6

7 a 10

10 ou mais

Quantas são assentadas?

Quantos jovens (15 a 29 anos)?

Quantos moram fora do assentamento?

Por que? _____

Desde quando e em que condições?

Em que tipo de atividade estão trabalhando essas pessoas que saíram do campo?

comércio, indústria, servidor público, , atividades agrícolas, outro

Onde estão vivendo essas pessoas que saíram do campo

() Na sede do município, () em outro município, () na capital do Estado, () em outro Estado, () outro.

Antes do PAA e do PNAE saíram pessoas da família para viver na cidade?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

Depois do PNAE e do PAA saíram pessoas da família para viver na cidade?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

4- Relações de Trabalho;

Como você se identifica. () camponês, () produtor rural, () Agricultor familiar, () lavrador, () outro

Por que? _____

Participa do Trabalho coletivo no assentamento?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

A inserção no PNAE e do PAA mudaram a dinâmica do trabalho coletivo?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

A inserção no PNAE e do PAA mudaram a dinâmica do trabalho na família?

SIM NÃO

POR QUE? _____

A associação é importante para os assentados?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Utiliza o lote?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Trabalha na área comum?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Participa das assembleias?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Vende a produção do lote individualmente?

SIM NÃO

POR QUE? _____

5- Ocupação da mão de obra:

Você trabalhava fora de sua propriedade antes do PNAE e do PAA?

SIM / LOCAL

NÃO

POR QUE? _____

Você trabalha fora de sua propriedade com o PNAE e o PAA?

SIM / LOCAL

NÃO

POR QUE? _____

Além da agropecuária você desenvolve outro tipo de atividade?

SIM / QUAL?

NÃO

POR QUE? _____

Onde vendia a produção antes do PNAE/PAA?

feira livre, centro de abastecimento, supermercado, atravessador, de porta em porta, outro/ qual?

Onde vende a produção com o PNAE/PAA – Além da prefeitura?

() feira livre, () centro de abastecimento, () supermercado, () atravessador, () de porta em porta, () outro/ qual?

6- Renda:

Qual a sua renda média mensal (familiar), atualmente?

() Inferior a 1 salário mínimo

() 1 a 3 Salários Mínimos

() 4 a 6 Salários Mínimos

() 7 ou Mais Salários Mínimos

É Beneficiado/a pelo programa Bolsa Família ou outra política de transmissão de renda?

() SIM /quais?

() NÃO

POR QUE? _____

A inserção no PNAE modificou a sua renda?

() SIM

() NÃO

POR QUE? _____

A inserção no PAA modificou a sua renda?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

Antes do PNAE qual era sua renda media por mês aproximada?

- Inferior a 1 salário mínimo
- 1 a 3 Salários Mínimos
- 4 a 6 Salários Mínimos
- 7 ou Mais Salários Mínimos

Antes do PAA qual era sua renda media por mês aproximada?

- Inferior a 1 salário mínimo
- 1 a 3 Salários Mínimos
- 4 a 6 Salários Mínimos
- 7 ou Mais Salários Mínimos

Depois do PAA qual a sua renda media por mês aproximada?

- Inferior a 1 salário mínimo
- 1 a 3 Salários Mínimos
- 4 a 6 Salários Mínimos
- 7 ou Mais Salários Mínimos

Antes do PNAE sua renda era satisfatória para a sobrevivência da família?

- sim
- não

por que? _____

Com o PNAE sua renda está sendo satisfatória para a sobrevivência da família?

() sim

() não,

por que? _____

Antes do PAA sua renda era satisfatória para a sobrevivência da família?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

Com o PAA sua renda está sendo satisfatória para a sobrevivência da família?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

7- Produção Agrária – Práticas Agroecológicas:

Conhece a Agroecologia?

O que entende por práticas agroecológicas?

Quais práticas produtivas acredita que sejam agroecológicas?

O quê produzia antes dos Programas?

Com o PNAE e PAA passou a plantar novos tipos de alimentos?

() sim / quais?

() não

por que? _____

O Quê passou a produzir depois da inserção dos Programas?

Foi necessário modificar a forma de plantar para atender as exigências dos Programas?

() sim / quais práticas?

() não

por que? _____

Utiliza Agrotóxico?

() SIM () NÃO

POR QUE? _____

Desde quando?

Utiliza técnicas de queimada?

() Sim

() Não

Por que? _____

Utiliza defensivos naturais?

SIM NÃO

QUAIS? _____

Faz uso de Práticas Agroecológicas?

SIM NÃO

POR QUE? _____

QUAIS? _____

Desde quando?

Utiliza a produção familiar para consumo?

SIM NÃO

POR QUE? _____

Se sim, Quanto da produção familiar é consumida e quanto é vendida?